



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGAIÁNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM DEMANDAS
POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE

VALÉRIA PEREIRA SANTOS

MULHERES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: SABERES E OLHARES DAS
CAMPONESAS SOBRE OS IMPACTOS DA SOJA NA SERRA DO CENTRO,
CAMPOS LINDOS/TO

Araguaína/TO
2019

VALÉRIA PEREIRA SANTOS

**MULHERES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: SABERES E OLHARES DAS
CAMPONESAS SOBRE OS IMPACTOS DA SOJA NA SERRA DO CENTRO,
CAMPOS LINDOS/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/PPGDIRE da Universidade Federal do Tocantins como um dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. Édi Augusto Benini
Coorientador: Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior

Araguaína/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237m Santos, Valéria Pereira.

Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO. / Valéria Pereira Santos. – Araguaína, TO, 2019.

129 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2019.

Orientador: Édi Augusto Benini

Coorientador: Demival Venâncio Ramos Junior

1. Saberes e fazeres das camponesas . 2. Lavouras de soja. 3. Conflito Socioambiental. 4. Desassossego. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VALÉRIA PEREIRA SANTOS

MULHERES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: SABERES E OLHARES DAS
CAMPONESAS SOBRE OS IMPACTOS DA SOJA NA SERRA DO CENTRO, CAMPOS
LINDOS/TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais/PPGDIRE da Universidade Federal do Tocantins como um dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Édi Augusto Benini, UFT/Palmas – Orientador

Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior, UFT/Araguaína – Coorientador

Prof^a. Dr^a. Patrícia Rocha Chaves, UNIFAP/ Macapá - Avaliadora externa

Prof^a. Dr^a. Gleys Ially Ramos, UFT/ Porto Nacional – Avaliadora

Prof. Dr. Gecilane Ferreira, UFT/Araguaína – Avaliador interno

Araguaína/TO
2019

*Dedico este trabalho à minha mãe, Maria
José, ao meu pai, Manoel e a minha filha,
Anny Vitória. Pelo companheirismo e carinho.*

Quisera eu com estas mãos rudes
Tocar o lápis e sobre o papel escrever meu nome.
Melhor ainda seria poder saborear o produto do meu trabalho e ver minha pole viver uma
vida diferente, desta que passa por mim.
Cada coco partido ao meio
E a amêndoa que surge, podendo respirar a liberdade em forma de azeite
É o filme em preto e branco que ganha cores e se transforma em realidade.
O macete que solta lascas de pau ao chocar-se ao cutelo e este emite faísca de fogo ao
chegar ao mesocarpo, me traz lembranças da minha dura infância na roça.
De menina me fiz mulher,
Carregando neste cesto a minha história
E nos meus joelhos a crença de um novo tempo.
De joelhos sob a pindoba incontáveis vezes me peguei a rezar,
Pedia e peço ao Nosso Senhor que proteja meus filhos para que eles não venham padecer das
maledicências de fazendeiros cruéis.
Nestes momentos de consternação e respeito, as palmeiras riste e fortes
Tocadas pelo vento, envergava-se diante de mim
Parecendo aceitar minhas humildes súplicas.

Oração de um novo tempo

Milton Teixeira

Poema dedicado a Querubina e Dona Raimunda do Coco

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Orientador, Dr. Édi Augusto Benini, pela disponibilidade e companheirismo na construção coletiva desse trabalho. E ao Coorientador, Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior, por caminhar junto dando apoio em todos os momentos, por proporcionar segurança na primeira entrevista e pelo apoio nos momentos de desânimo e insegurança.

Agradeço as camponesas, Dona Lurdes, Dona Rosaria, Jaqueline e todas que me receberam em suas casas. Agradecimento especial a Dona Luzia e sua família, pela recepção carinhosa e pela confiança, pois, sem vocês com certeza seria mais difícil a pesquisa de campo. A todas as camponesas, o meu carinho e reconhecimento pela ousadia e coragem, pois foi prazeroso conviver e aprender com vocês na comunidade Raposa/Ribeirão D'anta.

Ao Seu Domingos Raposa, por fazer as articulações dos encontros e possibilitar a convivência na comunidade. E ao Wanderson, por nos guiar durante as viagens pelo deserto verde da soja na Serra do Centro, sendo uma companhia irreverente e amável, sempre disposto a ajudar.

À todas as pessoas que me acompanharam no trabalho de campo, em especial a Janine, companheira de pesquisa. Gratidão a Sariza Caetano, Mirian e a Dani pela importante contribuição na realização da Roda de Conversa.

Tenho muito a agradecer a Maria Madalena, por conceder exemplos de mulheres destemidas com garra e convicções. Entre tantas mulheres fortes que encontrei pelo meu caminho, minha mãe, Maria José, é esse exemplo de mulher guerreira e companheira, que não mede esforços para dar apoio em todos os momentos. À outras tantas mulheres importantes no meu cotidiano, a minha filha, Anny Vitória e as colegas e amigas, Laudinha, Lorrany, Rejane Medeiros, Jucilene, Ana Maria, Beatriz, Bruna e Fernanda, que estiveram sempre na torcida e apoiando nos momentos mais angustiantes.

Aos colegas da CPT Araguaia-Tocantins, pela partilha de informações. À CPT, pela parceria com empréstimos de equipamentos e veículos para as viagens a campo.

Às professoras e professores do PPGDIRE, pelas reflexões e orientações durante esses dois anos. Por apresentarem o real sentido da vida acadêmica que tanto contribuiu para o amadurecimento crítico e intelectual.

À CAPES, pelo apoio através da bolsa de estudo, a qual possibilitou a permanência e dedicação a essa pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Lócus da pesquisa.....	18
Figura 2 – Roda de Conversa Mulheres da Raposa/Ribeirão D’anta.....	22
Figura 3 – Expansão da soja no Brasil.....	34
Figura 4 – Campos Lindos.....	40
Figura 5 – Mobilização contra grandes projetos no Bico do Papagaio.....	42
Figura 6 – Elos familiares entre as comunidades da Serra do Centro.....	46
Figura 7 – Território tradicional da Serra do Centro.....	53
Figura 8 – Loteamento Projeto Agrícola Campos Lindos.....	54
Figura 9 – Mobilização de mulheres.....	71
Figura 10 – Mapeamento das conquistas das mulheres quebradeiras de coco babaçu....	72
Figura 11 – Tapera na Raposa.....	80
Figura 12 – Mulheres jovens fazendo o mapa.....	88
Figura 13 – Mulheres mais velhas fazendo o mapa.....	88
Figura 14 – Mapa comunitário da Raposa/Ribeirão D’anta.....	89
Figura 15 – Roda de conversa.....	91
Figura 16 – Força policial na Serra do Centro.....	93
Figura 17 – A soja mudando Campos Lindos.....	95
Figura 18 – Polícia Militar executando despejo na Serra do Centro.....	97
Figura 19 – Último apelo de uma camponesa antes do despejo.....	97
Figura 20 – Despejo.....	98
Figura 21 – Rio Manoel Alves.....	99
Figura 22 - Moradia camponesa	104
Figura 23 – Preparo do suco de buriti (fruto do cerrado)	104
Figura 24 – Fogão de lenha.....	105
Figura 25 – Tecnologias sociais – cacimba d’água.....	106
Figura 26 – Tecnologias sociais – triturador de mandioca a pedalada.....	106
Figura 27 – Lavouras de soja, dezembro de 2017.....	108
Figura 28 – Criação de galinhas.....	110
Figura 29 - Escola da Raposa/Ribeirão D’anta.....	111
Figura 30 – Estrada que dar acesso às comunidades da Serra do Centro.....	114

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1- Perfil das participantes da pesquisa	19
Quadro 2 – Mapeamento da ocupação camponesa da Serra do Centro.....	45
Quadro 3 – Síntese da linha do tempo.....	86
Quadro 4 – Descrição do mapa da Raposa/Ribeirão D’anta.....	89
Quadro 5 – Síntese da roda de conversa.....	91
Gráfico 1 – Comparativo das culturas soja, mandioca e arroz por hectares	35
Gráfico 2 - Ameaças, assassinatos e tentativa de assassinatos	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
UHE	Usina Hidroelétrica Estreito
PRONERA	Programa de Educação nas áreas de Reforma Agrária
CAI'S	Complexos Agroindustriais
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PROCAMPO	Programa de Apoio a Formação da Educação em Nível Superior através da Licenciatura da Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EUA	Estado Unidos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CONORTE	Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano
PRODECER III	Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados III
IDAGO	Instituto de Terra do Estado do Goiás
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
CRI	Certificado de Recebíveis de Imóveis
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
STTRS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PL	Projeto Lei
PPGDIRE Regionais	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
MPF	Ministério Público Federal
UDR	União Democrática Ruralista
SIG	Sistema de Informações Geográficas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

SNCR	Sistema Nacional de Crédito
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
UFT	Universidade Federal do Tocantins
IC	Inquérito Civil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IAC	Instituto agrônomo de Campinas
PNARA	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ONGs	Organizações Não Governamentais

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
1.1Caminhos metodológicos.....	16
2. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA CAMPONESA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA.....	25
2.1 A formação do campesinato brasileiro.....	25
2.2 O desenvolvimento e as transformações nas relações de produção no campo brasileiro: a expansão da soja.....	29
2.3 A questão do território tradicional na Serra do Centro, Campos Lindos.....	39
2.4 A visão dos de fora: dominação da natureza e invisibilidade dos saberes tradicionais.....	58
3. MULHERES E AS LUTAS SOCIOAMBIENTAIS.....	69
3.1 Gênero, feminismo e a condição social da mulher no desenvolvimento capitalista....	63
3.2 A representação social das camponesas nos conflitos socioambientais.....	70
3.3 As histórias de vida das mulheres da comunidade Raposa/Ribeirão D’anta.....	76
4. OS SABERES E OLHARES DAS MULHERES DA RAPOSA/RIBEIRÃO D’ANTA.....	84
4.2 O mapeamento social como instrumento de resistência e autonomia das mulheres...	84
4.3 O desassossego: insegurança da posse da terra e degradação ambiental.....	92
4.3 A produção de vida no espaço da Raposa/Ribeirão D’anta.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
ANEXOS.....	128

RESUMO

O estudo mulheres e conflitos socioambientais, olhares e saberes das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, buscar dar visibilidade às mulheres camponesas e seus modos de vida. Pois a vida das mulheres camponesas, nas áreas de conflitos socioambientais, é permeada por diversas desigualdades, além das violências intrínsecas ao modelo de sociedade patriarcal, as mulheres com liderança sofrem violências extremas, como assassinatos e a perda dos bens comuns, que são fontes de sustentação dos seus modos de vida. Na Serra do Centro, o conflito socioambiental chegou juntamente com os sojicultores do Projeto Agrícola Campos Lindos, em 1997, que é um grande projeto de interesses econômicos e políticos privado, com dimensão regional e nacional. Já são mais de vinte anos de conflito, e o território tradicional e os modos de vida das mulheres camponesas sofreram grandes transformações. Por isso, o objetivo do estudo foi identificar e refletir sobre os impactos socioambientais gerados pelo Projeto à vida das mulheres camponesas a partir dos seus olhares e compreensões. E para construir o enredo dessa história, foi realizado um mapeamento social dos saberes e olhares das camponesas da Raposa/Ribeirão D'anta, refletindo sobre as histórias de vida das mulheres, as relações de convivência com o ambiente, a inserção na organização política, social e familiar e o que essas mulheres defendem como desenvolvimento. E para compreender o espaço vivido pelas camponesas e as mudanças deste mesmo espaço, frente às transformações socioambientais ocorridas na Raposa/Ribeirão D'anta após a implantação das lavouras de soja, foi reproduzida cartograficamente a dinâmica do território, identificando as relações cotidianas das mulheres no espaço vivido. A pesquisa é de cunho qualitativo, participativa e teve como procedimentos metodológicos o registro da história de vida das mulheres, a roda de conversa e o mapeamento social da ocupação do território da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta pelas camponesas. Destaca-se que os saberes, fazeres e olhares das mulheres camponesas, têm uma profunda relação com a ancestralidade e com o meio ambiente que vivem. Elas se colocam como parte da natureza e sabem que, se preservar, podem desfrutar do potencial econômico, medicinal e alimentício da biodiversidade do cerrado. Assim, suas vidas na Serra do Centro estão marcadas pelo doce dos frutos do cerrado e pelo amargo sentimento do desassossego com a insegurança da posse da terra, as violências, a contaminação das águas por agrotóxicos e o desmatamento. Conclui-se que devido aos homens irem trabalhar nas lavouras de soja para completar a renda das famílias, as mulheres padecem com a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades com a família: cuidar dos filhos; trabalhar na casa; trabalhar na roça/trabalhar na escola; ser esposa; e fazer a luta em defesa do território. Esse excesso de responsabilidades também tem contribuído para o adoecimento físico e psicológico.

Palavras chaves: Saberes e fazeres das camponesas; Lavouras de soja; Conflito Socioambiental; Desassossego.

SUMMARY

The study of women and socioenvironmental conflicts, looks and knowledge of peasants on the impacts of soybeans on the “Serra do Centro”, seek to give visibility to peasant women and their lifestyles. Because the life of peasant women on areas of social and environmental conflicts is permeated by diverse inequalities, in addition to the violence intrinsic to the patriarchal model of society, women with leadership experience in cases of extreme violence, such as murder and the loss of common goods, which are sources of their livelihoods. In “Serra do Centro”, the socio-environmental conflict came together with soybeans farmers in “Campos Lindos” Agricultural Project on 1997, which is the major project of private economic and political interests, with a regional and national dimension. There are already more than twenty years of conflict, and the traditional territory on the lifestyle of peasant women have undergone great transformations. Therefore, the objective of the study was to identify and reflect on the socio-environmental impacts generated by the Project on the life of peasant women based on their looks and understandings. And to build the plot of this story, a social mapping of the knowledge and looks on the peasants of “Raposa / Ribeirão D'anta” was carried out, reflecting on women's life histories, relationships with the environment, insertion into political organization, social and family life and what these women advocate as development. And to understand the space lived by peasants and the changes of this same space, in view of the socio-environmental transformations that occurred in Raposa / Ribeirão D'anta after the implantation of soybean crops, the territory dynamics was mapped, identifying the daily relations of women in the lived space. The research is qualitative, participatory and has as methodological procedure in the record of the life history of women, the talk wheel and the social mapping in the occupation of the territory on “Raposa / Ribeirão D'anta” community by peasants. It should be noticed that the knowledges, doings and looks of the peasant women have a deep relationship with the ancestry and with the environment they live. They place themselves as a part of the nature and knowing that if they preserve, they could enjoy the economic, medicinal and food potential of the cerrado's biodiversity. Thus, their lives in the Serra do Centro are marked by the sweetness of the fruits on cerrado and the bitter feeling of unrest with the insecurity on the land tenure, violence, contamination of water by agrochemicals and deforestation. It is concluded that because the men go to work in the soybean fields to supplement the income of the families, the women suffer from the overload of work and responsibilities with the family: taking care of the children; doing the housework; working in the countryside / working in school; being a wife; and fighting in defense of the territory. This excess of responsibilities has also contributed to physical and psychological illnesses.

Keywords: Peasant knowledge and practices. Soybean farms. Socio-environmental conflict. Unrest.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, mulheres e conflitos socioambientais, saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO, trata-se de descrever os resultados do mapeamento participativo dos saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja. Aqui, são abordadas questões relacionadas às transformações nos modos de vida das mulheres, depois da implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos. Dando visibilidade aos saberes, que são materializados na dinâmica do cotidiano das camponesas e seus olhares sobre as transformações das relações sociais e ambientais depois das lavouras de soja.

Durante muito tempo as mulheres não foram ouvidas e nem puderam registrar suas histórias. Seus questionamentos e pontos de vistas a respeito dos contextos que estavam inseridas foram ignorados. Mas houve grande ascensão das mulheres na sociedade contemporânea, e por meio da resistência cotidiana e dos movimentos feministas, começaram a se fazerem ser ouvidas e conquistaram importantes espaços.

Contudo, ainda existe um ranço ou naturalização da representação da voz feminina por homens: primeiro o pai, depois o marido, o filho mais velho, a liderança política masculina da comunidade ou os homens da literatura. Desse modo, no cotidiano, vão se sucedendo a representação da mulher na trajetória de vida. Com as mulheres camponesas se reproduz um lugar de fala secundário, na qual elas ouvem mais do que falam. Esse lugar secundário, que historicamente foi construído, impôs uma condição de subjugação da voz, dos saberes e da visão de mundo da mulher na esfera pública e privada.

Com isso, a participação feminina nas tomadas de decisões continua limitada. Às vezes é garantida por cotas de inclusão ou pela luta insistente dos movimentos feministas que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No nível mais local das camponesas da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, Serra do Centro, a desigualdade se intensifica com as violações no modo de vida das mulheres pela expansão da agricultura industrial, que exaure a natureza, provocando empobrecimento das comunidades rurais e das mulheres, uma vez que desmata, contamina a terra, o ar e as fontes de águas, elementos fundamentais no dia a dia das camponesas.

Por isso a justificativa, para escolha do tema desta pesquisa, ocorre na perspectiva que adverte Demo (2009, p.14) em relação ao papel do pesquisador, assim sendo chama atenção para o fato de que, “Como ator social, o pesquisador é fenômeno político, que na pesquisa, o

traduz sobretudo pelos interesses que mobilizam os confrontos e pelos interesses aos quais serve [...]”. Assim, se esclarece que as opções feitas neste trabalho, não são meramente pessoais, mas sim, resultados de uma formação/descendência/convivência familiar/militante camponesa e retirante nordestina que migraram para a Amazônia Legal em busca de terra e trabalho. São 21 anos de experiências e de apoio à organização política do campesinato no Tocantins: primeiro, através do Movimento Sindical de Trabalhadores(as) Rurais, depois pelo Movimento dos Atingidos (as) por Barragens (MAB) e nos últimos anos, através da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (CPT). Nessa trajetória, se produziu muitas reflexões individuais e coletivas, a maioria de forma empírica que necessitavam de estudos e pesquisa para a sua devida sistematização.

A temática sobre mulheres camponesas e os conflitos socioambientais, só foi abordada empiricamente a partir de 2013, com a contribuição na realização de quatro encontros de mulheres camponesas organizados pela CPT. O público dos encontros eram mulheres de treze comunidades que se consideravam impactadas por grandes projetos (UHE Estreito, Ferrovia Norte Sul, monocultivos de eucalipto e soja). E foram as narrativas das mulheres sobre os impactos dos grandes projetos nos seus modos de vida que provocou abordagem dessa temática e as questões que definem o objeto de pesquisa deste trabalho.

Logo, o presente trabalho foi orientado por duas questões norteadoras, qual o olhar e a compreensão das mulheres camponesas sobre os impactos socioambientais gerados pelas lavouras de soja do Projeto Agrícola Campos Lindos? E de que forma esses impactos interferem no modo de vida das mulheres nas comunidades tradicionais?

Nesse sentido, a hipótese desta pesquisa aponta que é possível que os saberes das mulheres camponesas da Serra do Centro padeça duplamente da invisibilidade: primeiro, por serem consideradas voz secundária na dinâmica social da comunidade, nem sempre participam nas tomadas de decisões políticas e segundo, por não serem considerados os impactos diferenciados que o modelo de produção baseado no agronegócio provoca nos modos de vida das mulheres. As autoras dessa teoria ecofeminista apontam que o avanço da produção agrícola altamente tecnificada tem exaurido os recursos naturais, e impactado espaços privados das comunidades tradicionais, ocupados principalmente por mulheres.

O ecofeminismo, é um movimento social e uma teoria feminista, que faz reflexão sobre a reconversão da natureza e dos seres humanos, defende a libertação das mulheres e da natureza das relações de opressão e dominação pelo sistema capitalista patriarcal. As ecofeministas Mies e Shiva (1993), questionam a dicotomia criada entre homens e mulheres, bem como, a distinção entre grupos sociais, que defini o que é produtivo e improdutivo.

A população da Serra Centro, desde a criação do Projeto Agrícola Campos Lindos, tem sido foco de investigação científica. O Relatório “Do Sertão à Periferia, a expropriação camponesa pela expansão da Soja, o caso da Serra do Centro em Campos Lindos/TO” (CASTILHO; CASTRO, 1996), repercute naqueles trabalhos acadêmicos, e mobiliza pesquisadores e movimentos sociais. Os estudos acadêmicos mais recentes fazem abordagem teórica da expansão do agronegócio da soja, espoliação do campesinato e da fronteira agrícola do Matopiba (CIFUENTES, 2013; LIMA, 2014). Outros trabalhos realizados sobre essa temática é o levantamento ocupacional e de informações da tradicionalidade dos camponeses da Reserva Legal do Projeto Agrícola Campos Lindos, que são peças produzidas em função do Inquérito Civil (IC) 08127.000074/97-8 movido pelo Ministério Público Federal (MPF) (SANTOS; SOUZA, 2014; ITERTINS, 2014).

Percebe-se que as pesquisas levantadas possuem grande relevância acadêmica e social. No entanto, as reflexões e análises não abordam a perspectiva de gênero nesse conflito socioambiental. Sendo assim, existe aqui um vácuo teórico e empírico, que busca abordar por meio da discussão sobre a relação das mulheres com a natureza, com o território tradicional, e as transformações no modo de vida das mulheres com os impactos socioambientais gerados pelas lavouras de soja da Serra do Centro (INSTITUTO PACS, 2017).

É um estudo vinculado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Tecnologias Sociais, do Programa de Pós-graduação Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Esse estudo alinha-se ao programa de pós-graduação pelo aspecto da compreensão do ambiente natural rural a partir das intervenções humanas e das relações de produção.

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela abordagem sociocultural da realidade empírica numa perspectiva de gênero, através das reflexões teóricas do Ecofeminismo (MIES; SHIVA, 1993; SHIVA, 1997; 2003; 2006) e Desenvolvimento (WANDERLY, 2004; 2014; FURTADO, 2009). Nessa análise, se pretende desvelar a relação das mulheres com a natureza, e com as transformações socioambientais que o desenvolvimento do agronegócio da soja provocou no modo de vida dessas mesmas mulheres camponesas tradicionais. E para contextualização social e geográfica da região, teve suporte em Castilho e Castro (2006; CIFUENTES, 2013; LIMA, 2014).

Sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa foi baseado nas narrativas, reflexões coletivas e no mapeamento dos saberes e olhares das mulheres sobre mudanças socioambientais, provocadas na Serra do Centro. Desse modo, o uso das técnicas do mapeamento social e das narrativas orais se justificam, pois, serão, a partir delas, realizadas as

reflexões e as análises do modo pelo quais as mulheres percebem e sentem os impactos socioambientais da soja.

Nessa perspectiva investigativa, o objetivo desse estudo buscou identificar e refletir sobre os impactos socioambientais gerados pelo Projeto Agrícola Campos Lindos à vida das mulheres camponesas a partir dos seus olhares e compreensões. E para construir o enredo dessa história, foi realizado um mapeamento social dos saberes e olhares das camponesas da Raposa/Ribeirão D'anta, refletindo sobre as histórias de vida das mulheres, as relações de convivência com o ambiente, a inserção na organização política, social e familiar, e o que essas mulheres defendem como desenvolvimento.

E para compreender o espaço vivido pelas camponesas e as mudanças deste mesmo espaço, frente às transformações socioambientais ocorridas na Raposa/Ribeirão D'anta após a implantação das lavouras de soja, foi reproduzida cartograficamente a dinâmica do território, identificando as relações cotidianas das mulheres no espaço vivido.

1.1 Caminhos metodológicos

Esse é um estudo que tem como abordagem metodológica a crítica dialética, por defender a partir de Demo (2009, p. 73) que é necessário “[...] dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente”. Segundo Minayo (2002, p. 24) a abordagem dialética ajuda compreender os sistemas de relações exteriores aos sujeitos e compreender a construção das “representações sociais que traduz o mundo dos significados”.

Dessa forma, o ponto de partida para compreender a singularidade dos impactos socioambientais do Projeto Agrícola Campos Lindos sobre as mulheres camponesas é justamente deduzir da totalidade, a saber, das dinâmicas hegemônicas de desenvolvimento, que favorecem uma lógica de acumulação para poucos a partir de uma matriz de produção baseada na espoliação da natureza e do trabalho, os vetores que elegem, condicionam ou mesmo sustentam tal tipo de projeto.

Logo, para abordar a questão em tela, foi articulado uma pesquisa qualitativa e descritiva que tem como objeto o específico, mas uma realidade específica que é referenciada pela totalidade, permitindo assim, após os resultados da pesquisa empírica, fazer o caminho de volta, a saber, induzir da aparente singularidade (efeito único ou pessoal), particularidades repetidas

ou reiteradas, logo, com possíveis efeitos ou impactos na totalidade, isto é, na problematização da atual matriz de desenvolvimento em curso.

A opção pela pesquisa qualitativa se faz porque segundo Minayo (2002, p. 21, 22) é uma pesquisa que aborda a realidade a partir de pontos específicos “[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

É uma pesquisa participante, por se tratar da produção de conhecimento de forma coletiva, por meio da interação entre a pesquisadora e as mulheres envolvidas na pesquisa, sem esquecer da particularidade das histórias de vida de cada mulher. Nesse sentido, esta é uma pesquisa em que o método foi construído a partir da realidade investigada, pois, para Bofert (2009, p.52) a pesquisa participante “[...] trata-se, na verdade, de adaptar em cada caso o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sociopolítico, os objetivos perseguidos etc.)”.

Esse tipo de estudo possibilita coleta de dados e análises com maior identificação e conhecimento dos sujeitos pesquisados por meio do cruzamento de narrativas e representações espaciais. E possibilita ainda a formação das participantes, uma vez que a sequência metodológica levou as mulheres jovens e mais experientes a refletirem sobre suas histórias de vidas e sobre o seu cotidiano comunitário, alocando no tempo e no espaço as transformações vividas por elas. Dessa forma, a metodologia consiste no esforço da combinação de reflexões de memórias individuais, com reflexões coletivas temporais e espaciais do território (TORRES; GAONA; CORREDOR, 2012).

Ainda dentro da epistemologia dialética, o conjunto de abordagens empírica buscam contrapor a aparência versus a essência da realidade estudada. Por conseguinte, o caminho investigativo desta pesquisa deu-se no cruzamento de dados bibliográficos com dados empíricos a respeito da caracterização sociocultural das trajetórias de vida, das percepções do ambiente, dos espaços vividos pelas mulheres camponesas e das representações espaciais dos impactos da soja (THOMPSON, 2002; ACSERLRAD, 2008; HAESBAERT, 2004).

Os lócus desse estudo trata-se da comunidade Raposa/Ribeirão D’anta, localizada na região da Serra do Centro, município de Campos Lindos/TO. Conforme a figura 1:

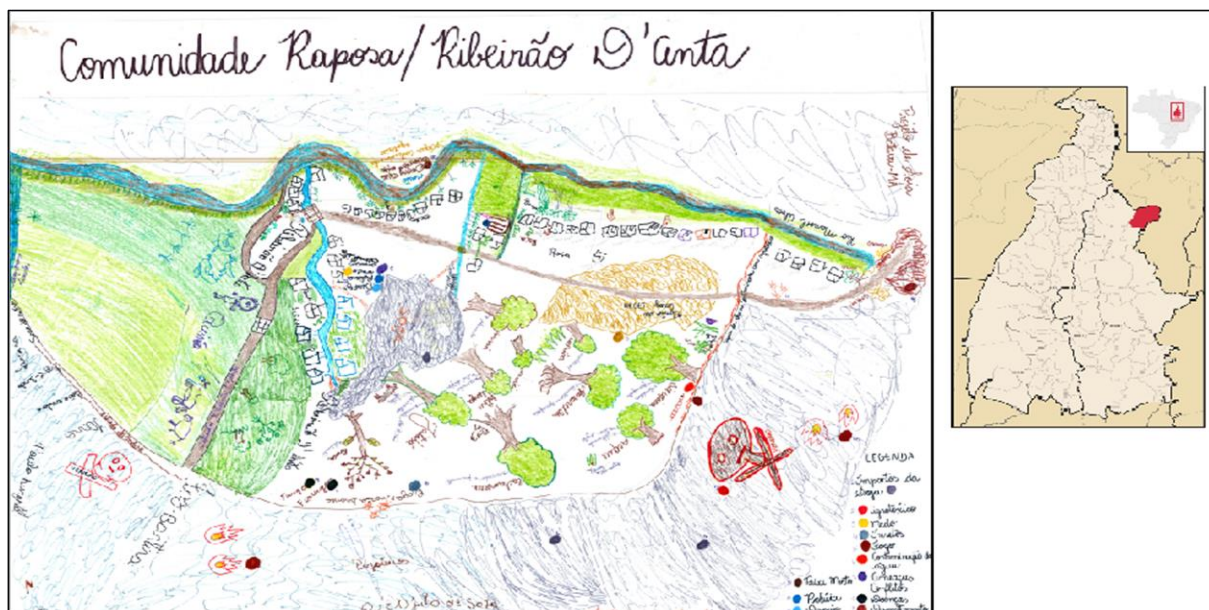


Figura 1 Lócus da pesquisa

Fonte: Autora (30/06/2018)¹

A Comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, é localizada na região da Serra do Centro, onde está o Projeto Agrícola Campos Lindos. A Serra do Centro é um grande território camponês formado por volta da década de 1900 (SANTOS; SOUZA, 2014). Atualmente esse território é composto por sete comunidades (mais de cem famílias), consideradas por estudos anteriores como impactadas pela produção de soja. O que modificou a natureza e o modo de vida local, deixando a maioria das famílias confinadas em pequenas faixas de terras entre as margens do rio Manoel Alves Grandes e as lavouras de soja, área considerada pelos produtores de soja como Reserva Legal do projeto agrícola (CASTILHO; CASTRO, 2006; SANTOS; SOUZA, 2014).

Entende-se a partir de Haesbaert (2004, p. 20, 21), que o território tem duas dimensões, “material e simbólica”, que tem a ver com a dominação jurídico-político da propriedade da terra e com a identificação-apropriação do território. Nas duas dimensões, o território é poder, todavia, com relações e significados diferentes. Por um lado, quando a terra é vista como matéria prima ou propriedade privada e valorada pela troca mercantil, o território pode “inspirar terror e medo”, espoliação e exclusão dos menos favorecidos. Por outro lado, o poder simbólico de relações positivas ocorre quando os sujeitos valorizam a terra pela vivência e uso, o que implica uma maior identificação com o espaço-local, ocorrendo a apropriação e “possessão” do território.

¹ Mapa produzido na oficina de mapeamento social na comunidade Raposa com a colaboração da pesquisadora Janinny Castelo Branco.

A partir disso é possível compreender o território das comunidades tradicionais da Serra do Centro, como um conjunto de relações políticas, de identificação/apropriação pelas camponesas e suas comunidades que ali vivem. Enquanto que os sojicultores, do Projeto Agrícola Campos Lindos, mantêm relações de dominação jurídica e político da propriedade da terra sem a vivência com o território, apenas exercendo a exploração econômica sobre a terra.

Então, do universo das comunidades consideradas impactadas pela monocultura empresarial da soja na Serra do Centro, foi necessário o recorte geográfico e de gênero, optando-se por desenvolver a pesquisa de campo com as mulheres da Comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, que está distante da sede do município 75 km e tem aproximadamente quarenta e nove famílias.

A opção pela comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, se justifica pelas características de comunidade tradicional, mas que não compõe o elo de relações familiares com as demais comunidades do seu entorno, conforme apontou o relatório de Santos e Souza (2014). Outro aspecto que contribuiu para essa escolha, são as condições inóspitas que se encontram as famílias, no isolamento na parte baixa da serra, entre o rio Manoel Alves Grande e as lavouras de soja.

Vale esclarecer que Ribeirão D'anta é compreendido como uma área de extensão territorial da comunidade Raposa, onde estão os moradores mais recentes, inclusive a geração mais jovem de filhas(os) dos antigos moradores da Raposa.

A pesquisa foi desenvolvida exclusivamente com o público feminino, conforme descrito no quadro 1. No início, se pretendia envolver vinte e cinco mulheres, mas durante o trabalho de campo só foi possível a participação de dezessete camponesas, sendo quatorze mulheres que vivem na comunidade Raposa/Ribeirão D'anta antes da chegada da soja e apenas três chegaram depois da soja (faixa etária entre 18 a 91 anos de idade).

Quadro 1 Perfil das participantes da pesquisa

PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIZAÇÃO	ESTADO CIVIL	FILHOS
ROSA	91	Não alfabetizada	Viúva	8
FRANCISCA	61	Não alfabetizada	Viúva	6
JOANA	57	4ª série	Casada	9
LINDA	54	Não alfabetizada	Casada	8
MARIA	52	4ª série	Casada	10
LUZIMAR	50	4ª série	Casada	6
EUNICE	38	Não alfabetizada	Solteira	9
ALINE	26	2º grau	Casada	2
LÚCIA	24	Estudante	Casada	1
LAURIENE	-	2ª série ensino fundamental	Casada	7

MARLENE	26	4ª série	Casada	1
LEILA	43	4ª série	Casada	4
LILIAN	25	4ª série	Casada	1
NAYRA	20	Ensino fundamental	Casada	2
VERA	28	Segundo grau	Solteira	1
DALVA	60	Não alfabetizada	Casada	8
LEDIANE	50	4ª série	Casada	6

Fonte: Autora (2018).

Na comunidade existem quatro formas de ocupação da posse da terra, assim definido por Santos e Souza (2014): perfil camponês proprietário, com a terra titulada pelo Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS); perfil camponeses posseiros tradicionais, que não tem a posse regularizada; camponeses com perfil de reforma agrária; e especuladores.

Devido a diversidade da população local, foram incluídas na investigação as mulheres camponesas das famílias de perfil tradicional com terras regularizadas, perfil tradicional posseiras e perfil de reforma agrária. Essa opção se justifica porque são os três perfis de famílias que possuem residência fixa na Raposa/Ribeirão D'anta e que mantém relações com o território tradicional e com a vida comunitária.

A pesquisa de campo foi desenvolvida de modo contínuo em duas fases: diagnóstico e levantamento das narrativas das mulheres da Raposa/Ribeirão D'anta e da representação espacial das relações de apropriação e dominação do território físico (HAESBAERT, 2004). Os procedimentos metodológicos adotados foram: o registro da história de vida das mulheres através das narrativas, a roda de conversa e o mapeamento social da ocupação do território da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta pelas camponesas.

Essa múltipla abordagem metodológica se fez necessária devido à complexidade subjetiva do objeto e das características das mulheres envolvidas na pesquisa, bem como da necessidade de correlacionar com a questão estruturante do tipo de desenvolvimento em curso. O mapeamento social, possibilitou a combinação do exercício narrativo através da história de vida, permitindo às mulheres camponesas narrarem suas memórias, representando individualmente o lugar que ocupam e a compreensão das mudanças socioambientais no território (FASE, 2015).

Na primeira fase da coleta de dados, para identificar o perfil das mulheres da comunidade e compreender as relações com a natureza e com o território tradicional, antes e depois do Projeto Agrícola Campos Lindos, registrou-se oito histórias de vida. A entrevista oral foi individual e contou com uma conversa livre, iniciada com a explicação do objeto de pesquisa seguido de uma única abordagem (na qual foi solicitado, às mulheres, contarem a sua história

de vida, a origem, os lugares por onde passaram, as relações sociais e políticas) e foram gravadas em mídia digital e depois transcritas.

A opção pela entrevista livre se justifica por buscar nas memórias das mulheres, como elas enxergam suas experiências de vida na comunidade, antes e depois das lavouras de soja. A pretensão com esse tipo de entrevista foi observar “o modo como falam sobre elas, como a ordena, o que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe”, evitando assim moldar as narrativas (THOMPSON, 2002, p. 258).

Ainda na primeira fase, optou-se por fazer uma roda de conversa com o objetivo de conhecer melhor as mulheres da comunidade, e para isso, foi construída uma metodologia específica que orientou o diálogo, permitindo que todas as mulheres se manifestassem na conversa. O que resultou num mapeamento das representações das relações de gênero na comunidade (MOURA; LIMA, 2014).

Na segunda fase, para compreender os saberes sobre o ambiente e os espaços vividos pelas mulheres, foi produzido um mapa da comunidade, representando a realidade territorial (ACSERLRAD, 2008; FASE, 2015), o cotidiano feminino e as interferências da soja nessa dinâmica. Para isso, foi desenvolvida uma oficina de mapeamento social com nove mulheres da Raposa/Ribeirão D’anta.

A terceira fase, compreende a organização e a interpretação dos dados. Para isso, fez-se a opção pela técnica de análise de conteúdos (MINAYO, 2002), por meio da organização e análise dos dados de forma temática e contextual. A análise contextualiza as visões “opiniões, crenças e compreensões sustentadas e partilhadas” no cotidiano social, através da interpretação da subjetividade, das relações sociais e políticas, buscando entender as histórias de vida das mulheres (DEMO, 2001, p. 38), e também identificar a presença de determinados vetores do desenvolvimento capitalista que impactaram na realidade socioambiental dessas mulheres.

Nesse sentido, foi empenhado na pesquisa de campo cinco visitas de dois dias consecutivos cada. A primeira visita, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2017, teve por objetivo a realização de um breve diagnóstico da comunidade foco da pesquisa. Nessa ocasião, foi observado a dinâmica cotidiana e algumas características culturais que provocou a necessidade de ampliação dos procedimentos metodológicos de forma a dar conta da complexidade do objeto de pesquisa. Durante a primeira visita de campo, se ensaiou a realização de uma roda de conversa com as mulheres camponesas, mas não houve êxito. Na roda de conversa prevaleceu a participação masculina, uma vez que os homens foram acompanhar as mulheres.

A terceira visita, foi realizada nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2018, ocorreu a roda de conversa só com mulheres, momento que se abordou a observação participante e anotações. Foi

observado como as mulheres se apresentam, que características elas usam para se apresentarem em público; e depois observou-se as expressões e as falas em relação às palavras trabalhadas. Cada mulher pegou uma palavra, depois cada uma falou o que achava do assunto que a palavra remetia. A dinâmica roda de conversa com mulheres camponesas, abordou o seguinte esquema de palavras chaves conforme a figura 2.



Figura 2 Roda de conversa mulheres Raposa/Ribeirão D'anta

Fonte: Elaborada pela autora (2018)².

A oficina de mapeamento social, foi realizada no dia 30 de junho de 2018 (8 horas de oficinas), na escola da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta e foi dividida em três momentos:

a) o primeiro momento - apresentação das participantes, dos objetivos da pesquisa e objetivos da oficina. E através da data show, foi apresentado o que é a cartografia social e a importância da construção de mapas sociais para a gestão e defesa dos territórios tradicionais (ACSELRAD, 2008; ALMEIDA, 1995). Nesse momento, também foram apresentados os mapas oficiais de representação geográficas do Brasil, Tocantins, Campos Lindos e da Serra do Centro.

b) o segundo momento – foi a contextualização histórica da comunidade, realizada por meio de um exercício de memória coletiva e com as narrativas foi sistematizada a linha do tempo da comunidade em folhas de papel A4 fixadas na parede (TORRES; GAONA; CORREDOR, 2012).

² Metodologia da roda de conversa construída com a colaboração de Sariza Caetano.

c) o terceiro momento – foi dedicado a construção do mapa social do território (TORRES; GAONA; CORREDOR, 2012). Conforme Acselrad e Coli (2018, p.13), “o mapa não deixa de ser um enunciado performático, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver”.

O mapeamento participativo é uma nova abordagem de produzir representações de determinadas espaços físicos, envolvendo os sujeitos que vivem no local. Surgiu a partir de 1990, sendo uma metodologia de cartografia social disseminada mundialmente entre organizações da sociedade civil e universidades. Ela visa ampliar ou contrapor a cartografia oficial, que é limitada e não dar conta da realidade vividas pelos sujeitos sociais. As cartografias sociais têm uma base tecnológica que varia desde a “cartografia de esboço” até os mais sofisticados “Sistemas de Informação Geográfica - SIG” (ACSELRAD, 2008).

Se entende a cartografia social como uma metodologia participativa Pesquisa colaborativa que convida à reflexão, organização e ação em torno de um espaço físico e social específico. Como metodologia de trabalho no campo e como ferramenta de pesquisa, o mapeamento social é concebido como uma técnica dialógica (FALS BORDA, 1987, *apud*. TORRES; GAONA; CORREDOR, 2012, p. 5).

O mapeamento espacial das mulheres no território da comunidade Raposa/Ribeirão D’anta, abordou como técnica a “cartografia de esboço”, que segundo Acselrad (2008) e Almeida (1995) é uma técnica simples de cartografar elementos de uma dada realidade com a participação das pessoas que compõem a paisagem local que se pretende representar:

A cartografia de esboço é um método ligeiramente mais elaborado. Esboça-se um mapa com base na observação ou memória. Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente ou referencias geográficas. Normalmente envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel para representar as características da paisagem (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 21).

O uso da técnica de cartografia de esboço se justifica pelo processo formativo e pela riqueza de informações representadas nos rabiscos coloridos das mulheres, que vai desde a escolha das cores, dos detalhes dos símbolos, até os resultados finais, onde elas se enxergam no mapa.

É importante ressaltar, que se trata de uma pesquisa desenvolvida a muitas mãos. A qual além do apoio do orientador e co-orientador, o trabalho de campo só foi possível com o apoio e contribuição de várias pessoas: Sr. Domingos (apoio na articulação); Wanderson (apoio como guia pelas estradas no labirinto do deserto verde da soja); Pesquisadora Janinni Branco (parceira

de pesquisa em todas as fazes do trabalho de campo); Professor Dernival Ramos (apoio na ida a campo e orientação na realização das entrevistas); Sariza Caetano (contribuição na construção da metodologia e realização da roda de conversa); Professora Miriam e Dani (apoio na realização da roda de conversa); Jucilene (apoio na logística e transporte); Dona Luzia e sua família (apoio na hospedagem e animação das mulheres para participarem das reuniões).

Com relação a ética na pesquisa científica, foi assumido o compromisso de preservar a identidade das participantes. Para isso, foi usado codinomes para identificar as mulheres entrevistadas e participantes dos espaços coletivos. Assim, as fotografias foram editadas para preservar a identidades das participantes da oficina de mapeamento social.

Quanto à forma de exposição, este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo aborda-se reflexões e conceitos a respeito da formação do campesinato brasileiro, da modernização tecnológica e as transformações no agrário/agrícola brasileiro que impulsionou a expansão da soja no Brasil Central, região de convergências dos biomas Cerrado-Amazônia, onde se encontra o município de Campos Lindos. É um capítulo dedicado a compreender o processo de dominação/colonização dos territórios tradicionais pelos projeteiros (produtores de soja)³, focando especificamente para a dominação do território camponês da Serra do Centro.

O segundo capítulo apresenta uma discussão teórica a respeito do objeto de pesquisa. Aborda-se reflexões sobre as desigualdades de gênero, aprofundadas no modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal. Nessa abordagem analítica, busca identificar as relações das mulheres com a natureza, a reorientação social das mulheres nas lutas socioambientais e as trajetórias de vida das mulheres da Raposa na defesa de seu território.

O terceiro capítulo é dedicado a descrição e sistematização do mapeamento dos saberes e olhares das camponesas, reproduzidos por meio das narrativas, das reflexões coletivas e do mapa da comunidade. São apresentados os resultados da pesquisa, por meio do mapa comunitário, quadros descritivos e imagens. Também são apresentadas reflexões a respeito do desassossego vivido pelas camponesas com o despejo de outubro de 2016 e a produção de vida no espaço da Raposa/Ribeirão D'anta.

Nas considerações finais, foi abordado os resultados da pesquisa advindos de reflexões analíticas sobre o objeto de estudo, bem como os apontamentos sobre os impactos específicos

³ Projeteiros é uma expressão usada pelas famílias camponesas que são impactadas pelas lavouras de soja. Foi observada nas comunidades da Serra do Centro em Campos Lindos/TO e no território indígena Vão do Vico, em Santa Filomena/PI.

das lavouras de soja na vida das mulheres e o que as mulheres compreendem e defendem como desenvolvimento, que em síntese, é entendido por elas como vida boa.

2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A LUTA CAMPONESA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA

Para compreender os saberes e olhares das mulheres camponesas frente aos impactos da soja na Serra do Centro, se apresenta neste capítulo as discussões teóricas sobre o campesinato brasileiro na sua diversidade. Contextualiza-se o avanço das lavouras de soja sob as terras das comunidades tradicionais na Serra do Centro, Campos Lindos/TO, resultado de uma matriz de desenvolvimento dita “moderna”, resultante da combinação de ações governamentais e privadas que visam o crescimento produtivo e econômico a partir da ocupação-dominação das riquezas naturais do cerrado. Aqui, trata-se especialmente das chapadas do Brasil Central, onde se encontra uma vasta riqueza natural nas áreas de convergências dos Biomas Cerrado-Amazônia, que é uma região historicamente tida como “vazios demográfico”, mas que nos últimos tempos tem se intensificado e ampliado a agricultura industrial.

O Projeto Agrícola Campos Lindos trata-se de um grande empreendimento agrícola que foi oficializado através de decreto governamental de desapropriação por utilidade pública. É um projeto de interesse econômico e político privado, com dimensão regional e nacional, e é alinhado às políticas desenvolvimentistas que possibilitaram a expansão da soja no país na década de 1970, e mais recente na década de 1990, nas chapadas campolindenses, provocando conflitos socioambientais com as mulheres camponesas e suas comunidades que ali vivem há mais de um século.

Para essa reflexão, temos como aporte teórico os termos modernização da agricultura (SILVA, 1996; TEDESCO, 1993), desenvolvimento e revolução verde (SOUZA, 2000; KAJEYAMA, 1996), frente de expansão (MARTINS, 2009; VELHO, 2013), dialogando com o termo dominação/colonização abordado por (MIES; SHIVA, 1993; ESCOBAR, 2005; LOUREIRO, 2002; QUIJANO, 2011; SERGE, 2011), os termos camponeses e comunidades tradicionais com (CARVALHO, 2005; ALMEIDA, 2004); e conflitos socioambientais (SVAMPA, 2011; DIEGUES, 2002).

2.1 A formação do campesinato brasileiro

A luta das camponesas e camponeses pela permanência na terra vem atravessando vários séculos, resistindo aos processos de transformações nas estruturas sociais e econômica mundial. A cultura desses povos permanece cravada na história de muitas nações, e a relação com a terra

constitui um dos elementos de identidade e cultura da família camponesa. O próprio conceito de cultura englobaria os significados que surgem e se difundem nas diferentes classes e camadas sociais, como as práticas por meio das quais os valores e os significados se exprimem.

Assim, segundo Hall (1992, p. 38, 45), a identidade de uma pessoa não é estática, ela vai se formando no decorrer da sua experiência de vida. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Já a “identidade política” é um fenômeno da modernidade tardia, os movimentos que vão surgindo apelam para uma identidade social aglutinadora de seus adeptos, por exemplo, o feminismo, as lutas raciais, as lutas ambientais e o movimento camponês.

A organização camponesa no Brasil teve ênfase com a formação das Ligas Camponesas em 1945, que foi um movimento aglutinador de diversas categorias de camponesas e camponeses. Objetivava a organização de processos de luta contra as injustiças da estrutura agrária do país. As Ligas Camponesas, apoiadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve força para fazer vários enfrentamentos no campo e deixou um legado histórico de lutas e de conquistas.

No conceito clássico, a camponesa e o camponês são aqueles que têm:

relativa autonomia face à sociedade global, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre sociedade local e sociedade global (MENDRAS, 1976, *apud* CAVARLHO, 2005, p. 27).

Para Eric Wolf (1976), “os integrantes das sociedades camponesas são aqueles segmentos da espécie humana que permanecem a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial”. Mendras (1984) entende que o tipo camponês clássico existiu no Oriente europeu da Idade Média até o século XIX (*apud* CARVALHO, 2005, p. 32).

Martins (1995, p. 21, 22), por sua vez, chama atenção para os termos “camponês” e “campesinato”, o autor diz que essas terminologias foram importadas da Europa pela esquerda brasileira na década de 1950. O autor alerta que, a denominação camponês, foi sendo aplicada para identificar os grupos sociais que já tinham denominações regionais e étnicas: “o caipira na região de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul; o caiçara na região litorânea de São Paulo; o tabaréu na região Nordeste e o caboclo na região Norte e em Goiás”.

Todavia, é importante salientar que esses termos regionais foram e são usados com duplo sentido, ao mesmo tempo que identifica, deprecia a trabalhadora e o trabalhador do campo em relação ao grande proprietário de terras e aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

Os termos regionalizados, foram usados na literatura brasileira para representar vários estereótipos das trabalhadoras e trabalhadores do campo: como aquela família “jeca tatú”, que aparece nos filmes, histórias infantis e festa juninas, sendo sujeitos atrasados, desleixados, ignorantes e preguiçosos.

O campesinato brasileiro, diferente do campesinato europeu, é uma classe social que sempre esteve excluída dos “pactos políticos” e em confronto com o Estado, afinal de contas são várias experiências de resistências camponesas com conflitos direto com as forças do Estado: Canudos; Contestado; Trombas e Formoso; Guerrilha do Araguaia; a Cabanagem; a Balaiada; e a luta das camponesas e camponeses em Santa Terezinha no Mato Grosso, no Bico do Papagaio no Tocantins e mais recente as lutas pela terra e defesa da terra coordenadas por movimentos autônomos e movimentos sociais ligados a Via Campesina. A luta das mulheres camponesas por defesa dos territórios e soberania alimentar, como a luta das quebradeiras de coco, as ações do 8 de março e as ações contra o avanço do eucalipto no Rio Grande do Sul e no Tocantins. Contudo, a exclusão social, política e ideológica do campesinato, causou uma limitação conceitual e uma sujeição política que permanece até os dias atuais (MARTTINS, 1995, p. 27).

O Estatuto da Terra, criado em 1964, é um instrumento jurídico que regula e fundamenta o uso e a propriedade da terra no Brasil e poderia ser um importante instrumento para garantir a reforma agrária e a fixação camponesa na terra. No entanto, a lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, não tem sido efetivada. Das duas propostas apresentadas, apenas a agricultura de exportação e a segurança da propriedade privada tem recebido maiores incentivos. Enquanto a reforma agrária, a segunda proposta, não tem sido prioridade nos planos dos governos.

Na aliança política entre latifundiários, empresários e banqueiros, que ocorreu em 1964, mas continua nos dias atuais, as terras públicas tem sido a grande moeda de troca, principalmente as terras do Centro Oeste e da Amazônia Legal. As concessões públicas ao interesse privado, ao passo que modernizou parte das relações de produção no campo brasileiro, intensificou a dominação do agrário/agrícola por grandes empresas nacionais e internacionais aliada a grandes produtores rurais que compuseram a União Democrática Ruralista (UDR) na década de 1985 (SILVA, 1996) e se rearticulam na realidade contemporânea.

Sendo assim, é importante para esse trabalho compreender que existe uma diversidade no campesinato brasileiro. Que para continuar existindo, principalmente nas fronteiras econômicas, foram necessárias construção de estratégias e ressignificações das lutas sociais desses povos. Nesse sentido, as “comunidades tradicionais”, segundo Almeida (2004, p.14), é

uma categoria social de resistência política e organizativa, que aglomera uma “diversidade de situações correspondente aos denominados seringueiros (as), quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos (as), castanheiros (as) e pescadores (as). Que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais” e os povos indígenas, que se articulam em defesa de uma concepção de desenvolvimento a partir dos seus modos de vida. Assim, de acordo com Diegues (2001, p. 15),

As populações e culturas tradicionais não-indígenas, são, de forma geral, consideradas "camponesas" (Queiroz, 1973), e são fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. [...]. São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra.

As terras tradicionalmente ocupadas, não são apenas as reconhecidas pela Constituição de 1988 e na Convenção nº 169, da OIT - sobre povos indígenas e tribais, de 07 de junho de 1989, que diz que são terras de preto e terra de índio, mas também, “as terras comuns voltadas para o extrativismo, para pequena agricultura e para o pastoreio, focalizadas por diferentes instrumentos jurídicos, que buscam reconhecer suas especificidades”. Essa diversidade de categorias sociais, reivindicam o reconhecimento das suas relações socioambientais históricas com o lugar onde se constituíram como comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2004, p.11).

Embora, o termo “populações tradicionais” tenha sido reconhecido pelo Estado brasileiro na Constituição Federal de 1988, inclusive com a criação de aparatos administrativos como o Centro Populações Tradicionais via o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1992. Almeida (2004) destaca que ainda assim não foram atendidas as pautas das comunidades, resultando na intensificação dos conflitos socioambientais e na organização política das diversas categorias sociais que se intersecciona com as questões étnicas/territoriais/ambientais/gênero.

Desde Welch (2012, p.142), compreendemos que a origem dos conflitos no campo está no período colonial e tem a ver com a espoliação da terra e do trabalho pela “acumulação primitiva” protagonizada pela oligarquia rural, representada pelos: grileiros; políticos ruralistas; senhores de engenho e agrocomerciantes. No período contemporâneo permanece o processo de espoliação das mulheres, da terra/território, trabalho e natureza pelos grupos patronais, mas também ocorre o oposto: os conflitos no campo também passam a serem protagonizados por

mulheres e homens de comunidades tradicionais e originárias que se organizam em processos de lutas socioambientais, culturais e territoriais, opondo-se à desterritorialização e a dominação pelo Estado, pelas oligarquias rurais contemporâneas e as companhias globais.

Conflitos são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2017, p. 13).

De acordo com Svampa (2011, p. 143), os conflitos socioambientais podem ser entendidos como “aqueles ligados ao acesso e conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder”. Na especificidade das comunidades camponesas da região em questão, os conflitos socioambientais estão relacionados a resistência pela permanência na terra, a defesa das fontes de água, da biodiversidade do cerrado e da dominação das mulheres e suas comunidades.

2.2 O desenvolvimento e as transformações nas relações de produção no campo brasileiro: a expansão da soja

No Brasil, por muito tempo, considerou-se o campo como um lugar de atraso, comandado por coronéis que controlavam a terra, a produção de alimentos e a política do país. Aqueles que não faziam parte das oligarquias, a exemplo as camponesas e suas comunidades, foram ignorados. Seus modos de vidas, saberes e fazeres, permaneceram marginalizados nas políticas de Estado e sendo explorados pelos donos das terras. Assim, as desigualdades no campo brasileiro são históricas, vem desde o império, passando pelo período escravocrata e se acentuando nos tempos do dito desenvolvimento moderno.

Por sua vez, o desenvolvimento é um fenômeno que na visão liberal vem ocupando diversos espaços, e em determinados períodos, focou no desenvolvimento industrial, tornando as cidades espaços produtivos e o campo apenas fornecedor de matéria prima para as indústrias. Mas recentemente, as forças políticas e econômicas têm buscado o mesmo desempenho econômico urbano também no campo, ligando a agricultura à sua industrialização (FURTADO, 2009). Para isso, foi criado novas configurações do campo com o modelo de desenvolvimento capitalista baseado no agronegócio e na acumulação da propriedade privada da terra⁴:

⁴A propriedade privada da terra, no Brasil, surgiu com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Trata-se de uma das primeiras leis que defini a questão do direito agrário no país, criada logo após a independência do Brasil em

O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo dos recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singulariza cada fenômeno histórico de desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 27,28).

Todavia, é partir de 1945, no pós Segunda Guerra Mundial, que surge o foco maior da discussão da modernização do campo, provocando uma grande transformação nas relações de produção, a chamada “Revolução Verde”, um braço do desenvolvimentismo (crescimento econômico acelerado pela indução do investimento público). Essa transformação na base produtiva ocorreu principalmente nos países de Terceiro Mundo, e é caracterizada por Kageyama (1996, p. 113), como a modernização da agricultura que se entende como basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola:

É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.

A revolução verde teve duas fases: a primeira fase experimental; e uma segunda fase difusora de tecnologias e insumos agrícolas. Com a difusão de tecnologias Norte Americanas, na década de 1970, países de Terceiro Mundo passaram por grandes transformações em seus meios de produção, provocando mudanças nas técnicas e costumes da população urbana e rural. No Brasil, a Revolução Verde ganhou espaço nos governos militares, que não defendiam políticas voltadas para a reforma agrária e melhorias da qualidade de vida da população do campo, mas sim para os ditos “grandes” projetos desenvolvimentistas. Assim, apostou-se numa política industrial que alterou profundamente as relações de produção no campo, porém manteve e intensificou as desigualdades sociais (2005, p 230, 231).

1822. A Lei de Terra, como ficou chamada, estabeleceu a propriedade privada da terra, sendo o acesso à terra definido por meio da compra e extinguido as sesmarias, antigo regime de terra brasileiro. A Lei de Terra, foi importante passo para fazer avançar o desenvolvimento capitalista no campo e tem contribuído desde então, com a crescente desigualdade e conflitos socioambientais no campo. Pois logo em 1888, ocorreu a abolição dos/as escravos/as, tornando-os “trabalhadores/as livres”. Quando escravos/as, os trabalhadores/as eram vendidos/as como mercadorias e como produtores de mercadorias. Como trabalhadores livres, vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocratas, então fazendeiro capitalista. Permanecera a separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Com a “constituição da propriedade da terra, mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra se tornara cativa. De modo que os escravos se tornaram livres e sem terra” (FERNANDES, 2005, p.1).

Silva (1996) usa o termo “modernização conservadora” para explicar esse processo desenvolvimentista de transformação do agrário/agrícola brasileiro, que se assemelha a revolução industrial ocorrido na Alemanha e no Japão, que não seguiram os moldes da revolução industrial originária da Inglaterra, Estados Unidos e França, que fizeram uma ruptura nos sistemas antigos. A modernização conservadora da Alemanha, Japão e a brasileira, que conta com forte protagonismo estatal, apesar das suas especificidades, consistiu em “pactos políticos” entre as elites que conduziram o desenvolvimento por meio de regimes “autocráticos e totalitários”:

Então, a modernização econômica do Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terratenentes que acabaram determinando um padrão de capitalismo dependente, que amarrou ainda mais os interesses conservadores à lógica da “[...] permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista [...]” (LESSA; DAIN, 1998, *apud* PIRES; RAMOS, 2008, p. 468).

Esse modelo de produção agrícola dito moderno e globalizado, que atualmente é representado pelo agronegócio, foi impulsionado pelas políticas de incentivos do governo federal através dos planos de desenvolvimento e créditos: Plano Nacional de Desenvolvimento 1968-1973 (PND) e o segundo PND/1975-1979; e Sistema Nacional de Crédito/1995 (SNCR) (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018):

A inserção do Brasil na globalização encontrou seus preâmbulos na política agrícola do país, nas décadas de 1960 e 1970, e na adoção do pacote da “Revolução Verde”, importado dos EUA. Pacote destinado a aumentar a produção e a produtividade agrícola por meio do 'melhoramento genético' de sementes, do uso intensivo de insumos industriais, da mecanização e a da redução dos custos de manejo. Foram privilegiadas as culturas para exportação em detrimento da produção interna de alimentos; a opção pela intensa mecanização e o uso de adubos e defensivos químicos levou à maior concentração da propriedade rural impondo um modelo de produção que excluiu os pequenos agricultores, dada sua escassez de recursos financeiros, de assistência técnica e as dificuldades de acesso ao crédito(CIFUENTES, 2013, p. 28) .

Entretanto, é consenso para os autores (CIFUENTES, 2013; SILVA, 1996; TEDESCO, 2000) que ocorreu uma determinada modernização, mas há divergência em relação à condição dos excluídos do modelo moderno de agricultura. Tedesco (2000, p. 24) por exemplo, faz uma leitura a partir da condição das camponesas e camponeses do Sul do Brasil, ele considera que apesar de excluídos, as famílias camponesas têm um lugar nessa engrenagem da economia capitalista, quando apresenta que “é interessante para o capital, principalmente urbano(agro)industrial, que haja um contingente de agricultores tradicionais, seja para vender

seus produtos a preços bem reduzidos, seja, ao mesmo tempo, para que sirva de mão de obra [...]”.

Silva (1996), faz uma leitura mais geral e considera que serão poucos os excluídos do sistema de integração dos Complexos Agroindústrias (CAI's) que conseguirão se sobressair. O autor mostra que nas primeiras décadas do desenvolvimento moderno (1960 – 1980), ocorreu intenso êxodo rural que considera ser resultado dessa exclusão social: “[...] Os produtores não integrados – possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras - estarão condenados a atividades marginais do ponto de vista produtivo, em particular do ponto de vista da reprodução da classe trabalhadora” (1996, p. 175,176).

Importante ressaltar que ambas leituras (TEDESCO, 2001; SILVA, 1996), corresponde com a realidade das diferentes regiões brasileiras. A agricultura de base familiar do Sul do país, embora de forma marginal, mantém-se inserida na lógica dos complexos agroindústrias e alguns sulistas expandiram sua produção agrícola para outras regiões: como o Sul do Maranhão e Tocantins. Enquanto que a agricultura camponesa do Brasil Central não foi inserida na lógica capitalista. Ao contrário, as comunidades tradicionais e mesmo os assentamentos foram excluídos da lógica moderna de produção, mantendo preservado seus modos de vida.

Por sua vez Jacob (1987) complementa dizendo que a agricultura no modo de produção capitalista torna-se mais um ramo da indústria, assim como “a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico, como o ramo químico ou qualquer outro”. A diferença está no fator terra, que é o limite para o capital, assim sendo, o autor destaca dois elementos centrais em relação a renda da terra, que é:

o resíduo da mais valia, um resíduo da mais-valia sobre o lucro médio capitalista, obtido na exploração agrícola por um arrendatário ou pelo mesmo proprietário da terra e o domínio do capital se sobrepõe ao domínio da propriedade da terra e a acumulação capitalista deriva, do lucro do capital e não da renda da terra (JACOB, 1987, p. 15).

Com este modelo de produção agroindustrial, implantou-se no campo brasileiro o sistema de exploração agropecuário/industrial absenteísta⁵. Um sistema de produção que afasta (ou mesmo segrega) o ser humano dos meios de produção e torna a terra mercadoria de exploração econômica. O produtor (a grande maioria homens), por sua vez, mantém apenas a exploração econômica da terra, não reside e sequer precisa ter a propriedade. Um exemplo, são

⁵ Absenteísmo, entende-se a partir de (SANDRONI, 1999, p. 8): “Sistema de exploração agrícola caracterizado pelo fato de o proprietário viver muito distante de suas terras e raramente visita-las para administrar a produção. O proprietário absenteísta vê em sua propriedade exclusivamente uma fonte de renda, não estabelecendo vínculos mais profundos com a terra e com os que nela trabalham”.

os grandes produtores de soja, que mantém várias propriedades administradas a distância, a produção agrícola é para atender uma demanda externa e tem mais força mecânica do que humana.

A soja, por exemplo, faz parte das agroestratégias de grandes potências econômicas como Estados Unidos, Japão e em momento mais recente a China. Pois, para Scheesinger e Noronha (2006), a expansão agrícola da soja foi fortalecida através *Plano Marshall* que objetivou uma proposta “salvacionista” do EUA para recuperar os países europeus que estavam em crise após a Segunda Guerra Mundial. Esse ato de bondade do país norte americano consistiu num acordo comercial com a União Europeia para a compra da soja do Estados Unidos. O acordo durou até 1970, período da crise ambiental dos Estados Unidos que provocou quedas na produção agrícola do país.

Deste modo, tudo indica que a crise agrícola norte americana, provocada por problemas ambientais, impulsionou a produção da soja na América Latina, visto que o país estadunidense ficou impedido de cumprir com os acordos comerciais com o Japão e União Europeia. No entanto, a soja já era um grão conhecido em alguns campos agrícolas brasileiro e na Argentina, na década de 1950.

No Brasil, em 1882, a Escola de Agronomia da Bahia começou fazer estudos sobre a soja e depois em 1900, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) também tenha iniciado experimentos com a variedade (*Glycine max*). Mas, até então, a soja não tinha grande expressividade no país, é só mais tarde, por volta de 1950, é que o grão passa a ser cultivado em maior escala pelos gaúchos (CIFUENTES, 2013) e a partir da década de 1970 se expande para outras regiões do país, conforme a representa a figura 3:

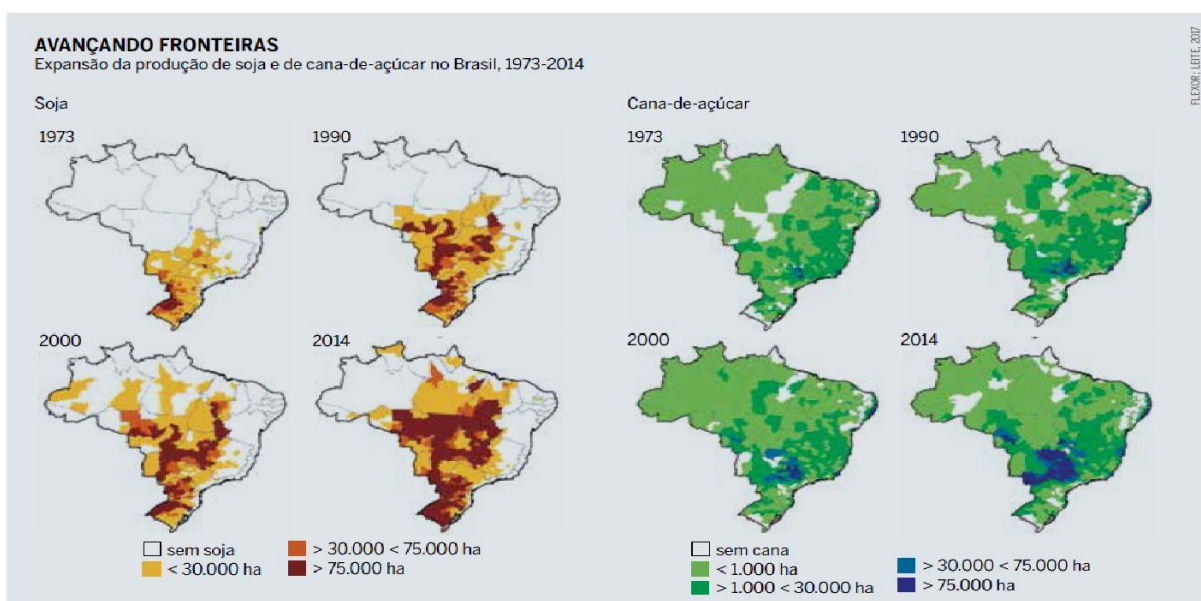


Figura 3 Expansão da soja no Brasil

Fonte: (SANTOS; GLAS, 2018, p. 15).

Através da figura 3, é possível perceber que tanto a soja quanto a cana de açúcar, têm se expandido no território brasileiro. A cana de açúcar, é uma cultura agrícola que expandiu bem antes da soja de forma distribuída por todo o país e mantém maior concentração de terra na região sudeste. Já a soja, se expandiu ligeiramente do sul do país para os biomas Cerrado e Amazônia, intensificando a concentração de terra nos últimos cinco anos no cerrado.

O aumento da participação da soja só foi possível devido à incorporação da produção da oleaginosa nos cerrados do Centro-Norte, disponibilizando uma imensa área para a valorização do capital a partir da monopolização da terra, recurso estratégico para a acumulação de capital. [...] (LIMA, 2017, p. 132).

Por exemplo, no estado do Tocantins, já é percebido essa monopolização das terras pelo agronegócio da soja que segue evoluindo em áreas exploradas: de 748, 4 mil hectares na safra de 2013/2014; 849,6 mil hectares na safra de 2014/2015; 870,8 mil hectares na safra de 2015/2016; 964,0 mil hectares na safra 2016/2017; e 990,0 mil hectares na safra de 2017/2018. Tendo o crescimento médio é de 2,7% na última safra. A produtividade se comparada com os Estados do Piauí e Bahia, o Tocantins é o que mais cresce (IBGE, 2018, *online*). Em Campos Lindos, que é o maior polo da produção de soja do Tocantins, apesar da queda na safra de 2016/2017, a oleaginosa tem se destacado na ocupação de áreas, enquanto as outras culturas mandioca e arroz, mantêm-se estagnadas, conforme ilustrado no gráfico 1.

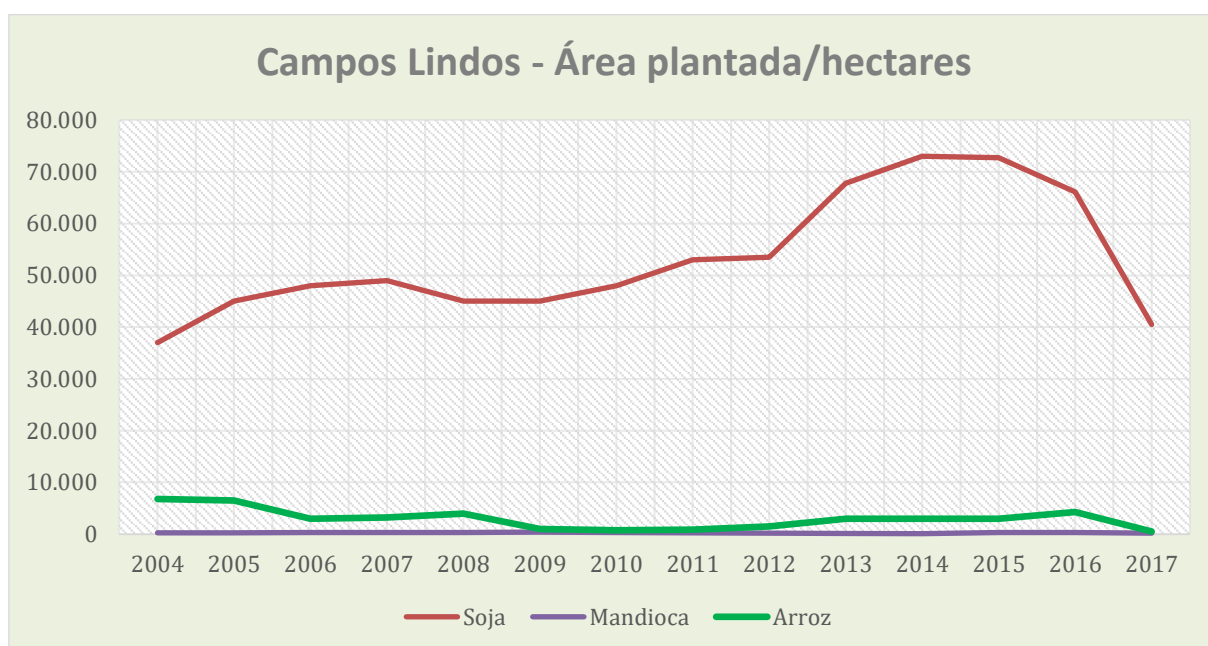


Gráfico 1 – Comparativo das culturas soja, mandioca e arroz por hectares

Fonte: gráfico elaborado pela autora com base nos dados da SEPLAN (2017).

A soja, nos últimos anos, é a *commodity* que mais cresce, inclusive substituindo a produção de outras culturas agrícolas e é a mais favorecida com o pacto da política econômica do agronegócio, que consiste na articulação de interesses públicos e privados em torno da frouxidão da questão fundiária e da política agrária, que objetiva concretizar as agroestratégias de acumulação capitalista das empresas globais (ALMEIDA; CARVALHO, 2009).

Porém, a maior demanda do uso da soja no Brasil e no mundo, não é só para o consumo humano, e sim, para a ração animal e agrocombustíveis. Esse mercado, cresceu principalmente a partir do sistema de criação de animais em confinamento, que vem demandando aumento da produção agrícola, por exemplo, o frango de granja e os suínos:

Simultaneamente ao avanço da cultura da leguminosa, desenvolveu-se uma complexa agroindústria, que envolve grandes empresas transnacionais de agroquímicos e de sementes transgênicas, de pesquisa genética, empresas agrícolas, bancos, tradings e indústrias de setores tão diversos como vernizes e alimentos. Além de virtual líder em exportações de soja em grão, o Brasil também é vice-líder nas vendas externas de farelo e óleo de soja, em ambos os rankings atrás da Argentina. É ainda o primeiro em exportações de carne de aves e o quarto de suínos – setores que utilizam a soja como base de ração (CIFUENTES, 2013, p. 30).

Desse modo, o país se encontra com grande potencial agrícola para a soja, no entanto, a exploração desse potencial significa a expropriação camponesa e a degradação ambiental. Como visto, a soja é o grão que mais cresce no país e cresce simultaneamente o consumo de agroquímicos, principalmente os agrotóxicos. Pois, de acordo com Bombardi (2012, p. 3), dos agrotóxicos consumidos no Brasil, a soja é o grão que mais consome com 47,1%, seguida de outras culturas que também se destacam no consumo de agrotóxico: o milho 11,4%; a cana 8,2%; algodão 7,4%; café 3,8%; citros 3,0% e outras culturas 19 %.

Quanto aos tipos de agrotóxicos, 59,2% é herbicida, 19% inseticida, 12,4% fungicida, 1,7% acaricida e 7,7% outros. Assim, o Brasil tem se tornado um dos maiores consumidores de agrotóxicos, correspondendo a 725,577 mil toneladas. Os herbicidas são produtos químicos usados no controle de plantas invasoras, especialmente nas novas áreas exploradas pela soja transgênica que são resistentes ao glifosato⁶.

⁶Soja transgênica, é uma semente geneticamente modificada para resistir aos herbicidas, como por exemplo “a Soja Raundup Ready da Monsanto, sementes que são tolerantes ao herbicida Raundup da Monsanto e [...] os cultivos Bt (*Bacillus thuringiensis*) que foram desenvolvidos pela engenharia genética para produzir seu próprio inseticida” (ALTIERI, 2004, p. 18).

Outro fator ligado ao crescimento das áreas de soja, é supressão da vegetação para dar lugar às essas lavouras. Assim, os agrotóxicos e o desmatamento são consequências do pacote verde da modernização tecnológica, que não tem nada de verde no sentido ecológico do termo. O que os dados mostram é a substituição do ecossistema natural por monoculturas, que é o foco do desenvolvimento moderno dominado pelas forças globais do agronegócio.

Para Almeida e Carvalho (2009, p. 57), esse modelo de produção tem como base as agroestratégias que fazem parte das prioridades das “agências multilaterais do (BIRD, FMI, OMC)⁷ e de conglomerados financeiros. No quadro de uma propalada com alarde e como uma medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gênero alimentícios”.

Desta forma, a produção de *commodities* tem dominado as áreas agrícolas no país e tem muito potencial no cenário político brasileiro. A insaciável ampliação de terras para a produção de grãos tem estruturado paralelamente o mercado especulativo de terras, que tem crescido a partir da espoliação das terras nas áreas de cerrado, especialmente na fronteira agrícola do MATOPIBA. Então, entende-se a partir de Martins (2009, p.133) que:

A fronteira é essencialmente um lugar da alteridade. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. [...] A fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital (expansão das relações mercantis). Os novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital.

Sendo a fronteira agrícola o avanço do capital sobre novas áreas, na fronteira agrícola do MATOPIBA o agronegócio tem avançado sob as faixas de terras dos povos tradicionais que estão nas áreas de transição dos biomas Cerrado-Amazônia e Cerrado-Caatinga, nos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O MATOPIBA, é resultado das políticas macroeconômicas que financiaram diversos setores, principalmente o da infraestrutura e da logística. Vem a ser a convergência de um complexo processo de construção de grandes obras para viabilizar a expansão do agronegócio e mineração. No estado do Tocantins, por exemplo, foram construídas quatro Usinas

⁷Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comercio (OMC).

Hidrelétricas (UHE); ferrovia Norte-Sul; rodovias; portos; instalação de agroindústria de processamento de biodiesel; e silos para armazenamento de grãos.

Por sua vez, a integração econômica das fronteiras agrícolas ao modelo econômico dominante resultou na deflagração de conflitos pela terra e na também massiva desarticulação das tradicionais relações de posse, predominantes nestas regiões. Fragilizados pela ausência de titulação jurídica de suas posses, os camponeses sofrem as consequências da concentração fundiária, que é a face mais aparente do capital que se impõe por meio de grandes empresas agropecuárias (ESTERCI, 1987, *apud* WANDERLEY, 2015, p. 29).

Dessa forma, as fronteiras agrícolas consideradas pelas políticas governamentais como o avanço do desenvolvimento e civilização têm estrangulado a questão fundiária, gerando diversos conflitos territoriais e ambientais. Todavia, esse processo de modernização mantém protegida a antiga e desordenada estrutura fundiária brasileira.

Pois, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), tem ocorrido um movimento de concentração da terra, com a redução dos pequenos e médios estabelecimentos rurais (100 a 1000 hectares) e o crescimento dos grandes estabelecimentos (áreas acima de 1000 hectares). No Brasil há cerca de 5.072.152 estabelecimentos rurais, que se somam 350.253.329 hectares de terras. Entretanto, de 2006 para 2017, reduziu 103.484 estabelecimentos e concentrou as áreas ocupadas em 16,5 milhões de hectares.

Ainda com base nos dados do IBGE, observa-se que o fenômeno da concentração da propriedade da terra tem influenciado na redução do número de postos de trabalho no campo:

Em 2017, havia 15.036.978 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Em 11 anos, isso representa uma queda de 1,5 milhão de pessoas, incluindo produtores, seus parentes, trabalhadores temporários e permanentes. A média de ocupados por estabelecimento também caiu de 3,2 pessoas, em 2006, para 3 pessoas, em 2017. Em sentido oposto, o número de tratores cresceu 49,7% no período e chegou a 1,22 milhão de unidades. Em 2017, cerca de 734 mil estabelecimentos utilizavam tratores (IBGE, 2017, *online*).

O cenário socioeconômico, demonstrado através desses dados, aponta a crescente concentração fundiária e uma ampliação da mecanização agrícola. O que implica, entre outras coisas, no aumento do êxodo rural e aprofunda o empobrecimento da população assalariada do campo. Uma vez que, conforme Esterci (1987) e Martins (2009), o fenômeno da concentração fundiária, especialmente nas áreas de fronteiras agrícolas não ocorre de forma pacífica. A implantação de monoculturas com uso de tecnologias sofisticadas exige cada vez mais terra e menos mão de obra, sendo a mão de obra assalariada nas grandes fazendas substituídas por maquinários.

Dentre outros fatores, a falta de formação formal também é um elemento importante a ser considerado na contradição desse modelo desenvolvimento moderno do campo. São quase cinco décadas de crescente investimentos técnicos e científico voltado para a modernização do setor agroindustrial. No entanto, 79% da população rural se encontra semianalfabeta, e 15% não tiveram acesso à escola, 29% das pessoas foram apenas alfabetizadas, apenas 5,58% alcançaram a graduação e 0,29% acessaram a pós-graduação (IBGE, 2017).

Em que pese tal cenário conservador, como contraponto, é preciso salientar que nos últimos anos o cenário da educação no campo teve avanços importantes, especialmente com o Programa Nacional de Educação na Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 e com a recém-criada Política Nacional de Educação do Campo nº 73.52/2010 (ALMEIDA, 2016). Que beneficia atualmente, 185.403 pessoas, nos programas Projovem Campo - Saberes da Terra e Procampo⁸ (INCRA, 2018, *online*).

Além de tudo isso, o campo é impactado pelas concepções que só enxerga a agricultura alicerçada nas grandes propriedades com atividades altamente tecnológicas e agroexportadora. Essa visão para Wanderley (2015), é carregada de “amnésia social” que exclui o campesinato e nega sua contribuição histórica com a sociedade.

Assim, para Furtado (2009, p.228, 229), a pequena agricultura, que agrega um modo de produção diferente da agricultura industrial, tem perdido espaço para as grandes lavouras:

A pequena propriedade, formada por elementos que já não encontravam na economia agrícola de exportação, localizou-se em terras de inferior qualidade, ou mais distantes dos centros urbanos de consumo. Na ausência de fatores externos que a dinamizassem e em razão do seu baixo padrão técnico, a economia de pequena propriedade, desagregada do latifúndio, permaneceu como um precário meio de subsistência de parte da população rural.

A marginalização da agricultura e do modo vida das mulheres e de suas comunidades camponesas, pode ser entendida como “amnésia social”, a qual Wanderley (1996) se refere, como uma construção ideológica que ignora o modo de vida das comunidades tradicionais na contemporaneidade e tem como característica predominante a competitividade e a sobrevalorização do que é tido como moderno⁹. Contudo, pode-se compreender essa amnésia

⁸Projovem Campo – Programa voltado para qualificação profissional e escolarização do ensino fundamental para jovens agricultores entre 18 a 29 anos. O Procampo - Programa de apoio a formação da educação em nível superior através da licenciatura de Educação do Campo (MEC, 2018).

⁹A reportagem da revista eletrônica Conexão Planeta, publicada no dia 28 de junho de 2018, intitulada “Agro é Pop, Agro é Tudo: os donos do poder e a manipulação da comunicação”, fala da manipulação da opinião pública através das campanhas “Agro é Tudo (apresentada pela Rede Globo de Televisão) e Nosso Agro (Apresentada

social como resultado de uma concepção colonizadora, que considera produtivos aqueles modos de produção que estão inseridos numa lógica de produção moderna, e improdutivo o modo de produção tradicional (SHIVA, 1997).

Isto posto, o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, segundo Carvalho (2005), é economicamente e politicamente dominante, e ideologicamente hegemônico. Tem grande poder de controle nos planos dos gestores do Estado e consequentemente da economia rural. Mantém grande influência nas massas populares rurais e urbanas. E é um modelo de desenvolvimento técnico e econômico que busca também impor uma “cultura planetária”, mas que não consegue dominar totalmente. Tem-se como exemplo, as comunidades tradicionais e os povos originários, que mesmo convivendo com uma sociedade capitalista, ainda mantêm suas crenças, mitos e auto organização¹⁰.

2.3 A questão do território tradicional na Serra do Centro, Campos Lindos

Campos Lindos é o município tocantinense que possui o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado (0,544)¹¹, perdendo apenas para Recursolândia (0,500). Está situado na região nordeste do Tocantins, distante 473 km da capital Palmas e 250 km da cidade de Araguaína. Se limita ao Sul com o município de Balsas/MA e Recursolândia/TO, ao Norte com Carolina /MA, a Leste com Riachão/MA e ao Oeste com Goiatins/TO. Esse território tem uma área de 3.255,57km².

A população do município chega a 8.139 pessoas, sendo que 4.819 vivem na cidade e 3.320 no campo (IBGE, 2010). No campo a população se subdivide em 1.475 mulheres e 1.845 homens. O município, em 2010, se encontrava com 90,01% da população em situação de pobreza e 42,45% em situação de pobreza extrema. No entanto, o PIB municipal é de R\$321.028,56 e tem um PIB per capita de R\$ 34.867,88, ocupando a 14ª colocação a nível de

pela Televisão Bandeirantes), ambas campanhas apoiadas pela Ford e Seara (pertencente ao grupo JBS)” (CONEXÃO PLANETA, *online*).

¹⁰ “O mito é uma fonte produtora de sentido para a reprodução da cultura que o gerou, é vivido coletivamente e tem uma significação transcendente, vive nela e com ela morre, ajuda a justificar sua presença. Se uma cultura desaparece, desaparece o mito ou vice-versa” (DOURADO, 2017, *online*). Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/12/06/os-limites-do-nosso-imaginario-e-o-bem-viver-artigo-de-claudio-dourado/>. Acessado em: 03 de agosto de 2018.

¹¹ Segundo a SEPLAN (2017, p. 19), Campos Lindos, se encontra entre os estados mais pobres do Brasil e o segundo a nível de Tocantins: “ocupa a 5.277ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5.276 (94,81%) municípios estão em situação melhor e 289 (5,19%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 139 outros municípios de Tocantins, Campos Lindos ocupa a 138ª posição, sendo que 137 (98,56%) municípios estão em situação melhor e 2 (1,44%) municípios estão em situação pior ou igual”.

estado. É visível a contradição uma vez que a “conta não bate”, pois ao mesmo tempo que Campos Lindos produz muitas riquezas, seus povos se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza (SEPLAN, 2017).

A figura 4 ilustra bem a situação da Campos Lindos, apenas algumas ruas do centro da cidade têm asfalto e iluminação pública.



Figura 4 - Campos Lindos

Fonte: autora (Campos Lindos, 30/06/2018).

Campos Lindos é um dos 139 municípios do Estado do Tocantins, que foi criado em 1989, logo após a emancipação do Tocantins em 1988. Em 1993, o município foi emancipado pelo Governador José Wilson Siqueira Campos que alterou o nome de Montes Lindos para Campos Lindos. Coincidência ou não, “Campos” é o sobrenome do governador.

A história de Campos Lindos, rememora as disputas de poder pela emancipação do estado do Tocantins, após o desfecho da construção de Brasília e a implantação dos planos governamentais de integração da região Amazônica a demais regiões do país. Segundo Ribeiro (2001, p. 52), “A criação do estado do Tocantins era vista como a solução do país, a região que daria sustentação ao desenvolvimento nacional, ponto de partida para as reformas de base”.

Assim, a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte)¹², entidade responsável pela condução do processo de emancipação do estado do Tocantins, era nutrida por ideologias de “interiorização da civilização” presente no discurso desenvolvimentista de

¹²A Conorte foi criada em 1981, em Brasília, na época era composta por empresários, pecuaristas e profissionais liberais que residiam em Brasília.

colonização da Amazônia, a exemplo, a Marcha para o Oeste. Logo, o ambicioso projeto de civilização do Norte Goiano, propagandeava o potencial natural e político não aproveitado pelos gestores do estado de Goiás.

Desse modo, os grandes projetos agrícolas incentivados pelo estado do Tocantins: Projeto Javaés em Formoso do Araguaia (1979); o Prodecer III na região de Pedro Afonso (1996); Programa Polo de Fronteira Campos Lindos (1997); e o Projeto Sampaio na região do Bico do Papagaio (2000), resultaram da agenda política de colonização da Amazônia alinhado aos interesses dos idealizadores da emancipação do Tocantins. Todavia, ocorreram em ambos projetos a aliança entre os líderes políticos e a oligarquia rural da região, pois, segundo Ribeiro (2001, p. 65), o real interesse da Conorte e dos políticos aliados eram,

atender, de um lado, os interesses da elite agrária local que via no separatismo uma forma de ampliar a sua participação no cenário da política nacional: e do outro lado, os interesses de uma população urbana que via na criação do Estado uma perspectiva de desenvolvimento do setor terciário, de ampliação do comércio e dos serviços governamentais.

As campanhas de emancipação do Tocantins ocorrem em simultâneo ao processo de expansão da frente econômica nas áreas de convergência dos Biomas Cerrado- Amazônia, que produziu uma incalculável herança de violações de direitos dos povos dessa região. Por exemplo, na bacia dos rios Araguaia-Tocantins, microrregião que corresponde o Sudeste do Pará, o Oeste do Maranhão e o antigo Norte de Goiás (atual Tocantins), nas décadas de 1970 a 1980, foi destaque nos planos governamentais, através da propaganda das “terras ditas de ninguém que provocou o mais trágico processo de grilagem, especulação e destruição organizada de famílias de posseiros [...]” (KOTSCHO, 1981, p. 19).

Neste período, a região do extremo Norte do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, foi foco de conflitos socioambientais, se destacando pela extrema violência praticada contra camponeses (as) e lideranças sindicais.

Contudo, o processo de luta e organização social das camponesas e camponeses na região do Bico do Papagaio, como mostra a figura 5, resultou na diminuição dos conflitos e redução da pobreza na década de 2000. A conquista dos assentamentos potencializou a organização política das associações de mulheres quebradeiras de coco babaçu, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e o acesso às políticas públicas¹³.

¹³A região do Bico do Papagaio é composta por 25 municípios e foram criados 364 assentamentos da reforma agrária, com 24 mil famílias assentadas (ALMEIDA, 2016).



Figura 5 Mobilização contra grandes projetos no Bico do Papagaio

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (2001).

Entretanto, parece que a resistência aos conflitos socioambientais, contra a dominação das terras e dos modos de vida das comunidades tradicionais, é o que tem motivado a organização política e a visibilidade das demandas dessas comunidades.

Pois, a representação do “vazio demográfico” e a invisibilidade do modo de vida originário e camponês, provavelmente tenha sido construída pelos pioneiros (Estado) e projetada no imaginário dos de “fora” (instituições globais BID e FMI e empresas transnacionais), como uma “quimera do Eldorado”. Percepções essas que fomentam a ocupação do vazio, como “terra de ninguém”, uma vasta riqueza para ser desbravada e extraída pelos que têm maior poder aquisitivo (SERGE, 2011, p. 18).

De outra forma, Shiva (1997, p. 26) entende, que “a pressuposição de terras não ocupadas, terras “*nullius*”, está agora sendo estendida a “vida não ocupada”: sementes e plantas medicinais. Sendo assim, a espoliação das riquezas naturais, é argumentada por um viés reducionista, sob alegação da incapacidade produtiva das comunidades tradicionais e povos originários.

Desse modo, o espaço fundiário de Campos Lindos, assim como toda a região Norte do país, tem passado por várias etapas de conflitos socioambientais e desterritorializações: frente de expansão demográfica, frente pastoril¹⁴ avançando sob territórios originários, frente pioneira avançando sob a frente de expansão e, por conseguinte a expansão da fronteira econômica

¹⁴Frente pastoril criadores de gado que atravessaram o rio Manoel Alves Grande, avançando do Sul do Maranhão para o antigo Norte de Goiás (VELHO, 2013).

(MARTINS, 2009). Little (2002, p. 254, 255), argumenta que, a questão territorial é intrínseca a expansão das fronteiras brasileiras, “é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que aí residem”.

A desterritorialização ou as tentativas de desterritorializações que ocorrem nessa região, pode ser entendido a partir de Almeida e Carvalho (2009, p. 103), “como a negação do direito ao território, a negação da identidade coletiva das comunidades. Essa anulação dos direitos territoriais pode ser lido como uma forma de expulsar das terras para incorporá-las aos grandes empreendimentos”.

No caso específico de Campos Lindos, a ameaça ao território tradicional, se intensifica devido a caótica organização fundiária do município. Que tinha sua área geográfica dividida em dois títulos paróquias, data Santo Antônio e Santa Catarina (foco do nosso estudo se situa na região da data Santa Catarina). O título paroquial Data Santa Catarina, foi registrado como Fazenda Santa Catariana em 1858, com 44.000 hectares de terras em nome de dois fazendeiros (Soares Gil e Cruz) criadores de gado que migraram da região Sul do Maranhão para o antigo norte de Goiás, atual Tocantins (SANTOS; SOUZA, 2014).

A data Santa Catarina, onde está localizada a Serra do Centro, nas últimas três décadas tem sido objeto de intensa disputa entre famílias camponesas e sojicultores. No entanto, os conflitos socioambientais dessa região reportam-se a disputa pela terra no passado. Onde todo o território atualmente disputado por famílias camponesas e sojicultores, era de fato território originário Timbira, dos povos “Krahôs” que foram expulsos para as margens do rio Vermelho distante quase 100 km de Campos Lindos.

O amansamento da área na época (a expulsão dos indígenas), foi realizada a mando dos fazendeiros criadores de gado, Soares Gil e Cruz, com o uso da força dos seus agregados (peões). Contudo, os agregados em troca dos serviços prestados receberam terras, e mais tarde se tornaram os posseiros que formaram o campesinato da Serra do Centro, mantendo forte relação com a cultura dos povos indígenas (SANTOS; SOUZA, 2014).

O conflito pela terra nessa região, tem sua gênese na expansão da frente pastoril maranhense que se expandiu pelo município de Riachão, no final do séc. XIX para o Norte de Goiás, atravessando o rio Manoel Alves Grande e seguiu via rio Tocantins para o estado do Pará. No percurso da frente pastoril, vários povos Timbiras foram violentados, exemplo: no município de Campos Lindos e em Araguatins, na época São Vicente (VELHO, 2013).

Desse modo, é possível cogitar que a “desterritorialização” dos povos Krahôs no século XIX na Serra do Centro, os Apinjés em Araguatins, antigo São Vicente, bem como outros povos

da Amazônia Legal e os povos originários do “Novo Mundo” nos Estados Unidos (DIEGUES, 2001) tem a ver com a ideologia moderna reducionista do “lugar vazio e selvagem”, do século XVI. Para Quijano (2011), essa visão de mundo tem como base a supremacia das ciências cartesianas, que concebeu o indivíduo iluminista, o homem branco, dotado de razões e capacidades próprias, o centro de todas as relações.

Segundo Mies e Shiva (1993, p. 14, 15), a cosmovisão do mundo sofreu drásticas mudanças e “desde os escritos de Hobbes, a sociedade tem sido contextualizada como uma assembleia de átomos sociais, atividades por interesses antagônicos. A teoria econômica moderna vê o interesse próprio como impulso de toda a atividade econômica [...]”, constitui cosmovisões dicotômica e hierárquica da realidade.

Desse modo, o campesinato da Serra do Centro não enraizado nos padrões da sociedade moderna capitalista, mas com algumas relações impregnadas de sujeição, reproduziu as relações patriarcais e racistas. Pois, eram os homens que iam para os confrontos com os indígenas (VELHO, 2013; SANTOS; SOUZA, 2014), “é com os homens que os colonizadores guerrearam e negociaram, e é com os homens que o Estado dominador/moderno também faz” e negociam (SEGATO, 2012, p. 116).

Todavia, Segato (2012, p. 115) salienta que o patriarcado das comunidades camponesas de origem “índigenas e afro-americanas” não pode ser igualado ao patriarcado da sociedade moderna global, visto que nessas comunidades locais existem um “patriarcado de baixa intensidade”. No entanto, é importante ressaltar, que apesar da baixa intensidade, as relações de poder patriarcais nas comunidades tradicionais têm sido responsáveis pela sujeição das mulheres camponesas, e o campesinato da Serra do Centro não está isento desse tipo de relações.

As evidências dessa relação patriarcal, rememora a origem do campesinato da região, constituído inicialmente pela frente de expansão, composta majoritariamente por peões e vaqueiros homens (MARTINS, 2009; VELHO, 2013; ESTERCI, 1987), e é perceptível também, na reconstituição histórica do território tradicional através dos relatos da população local, onde a história é contada a partir da memória e trajetória dos homens (SANTOS; SOUZA, 2014). Assim, no quadro 2, é representada a constituição histórica do território camponês na Serra do Centro.

Quadro 2 -Mapeamento da ocupação camponesa na Serra Centro

Famílias tradicionais/Patriarcas	Ano da migração para a Serra do Centro	Origem/ comunidade constituída na Serra do Centro

Marcelos Hilário Marcelo Ramos	1860 – Eram agregados dos fazendeiros de gados, os ancestrais vieram para amansar o território que era ocupado por indígenas Krahôs. 1880 – Fixação como posseiro em terra cedida pelos fazendeiros as margens do Rio Manoel Alves Grande.	Riachão (MA)/Taboca
Caboclos Carro Pedro Eduardo	1912 – Ancestrais com origem indígena, migraram para região com o objetivo de amansar a área para os fazendeiros, logo se fixaram as margens do Ribeirão Centro.	Região da Lapa (MA)/Gado Velhaco
Rodrigues Horozinos Samuel	1913 – Migraram fugindo da seca no Estado do Piauí.	Corrente (PI)/Passagem de Areia
Miranda João José Miranda	1926 – Migraram para Sitio Novo e depois 1931 se fixaram nas proximidades do Ribeirão Centro na Vereda Bonita.	Riachão (MA)/ Sitio Novo/Vereda Bonita
Noletos Raimundo Oliveira Noletto	Final do sec. XIX – De origem italiana.	Região da Lapa/Primavera.
Alves da Silva Fabricio Alves da Silva	1910 – Dona Justina ocupava a área e motivou a vinda da família do seu irmão. 1973 – Chegada da Dona Rosária (Matriarca da família Alves da Silva).	Balsas (MA)/ Raposa – Ribeirão D’anta.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações de Santos e Souza (2014).

Como visto, o território camponês da Serra do Centro, foi se formando gradativamente no início da década de 1900, por meio das novas migrações, dos casamentos interétnico, casamentos endogâmico, casamentos entre a vizinhança e relações de compadrios intercomunitária e extracomunitária. A figura 6 mostra o elo de relações familiares das comunidades tradicionais da Serra do Centro:

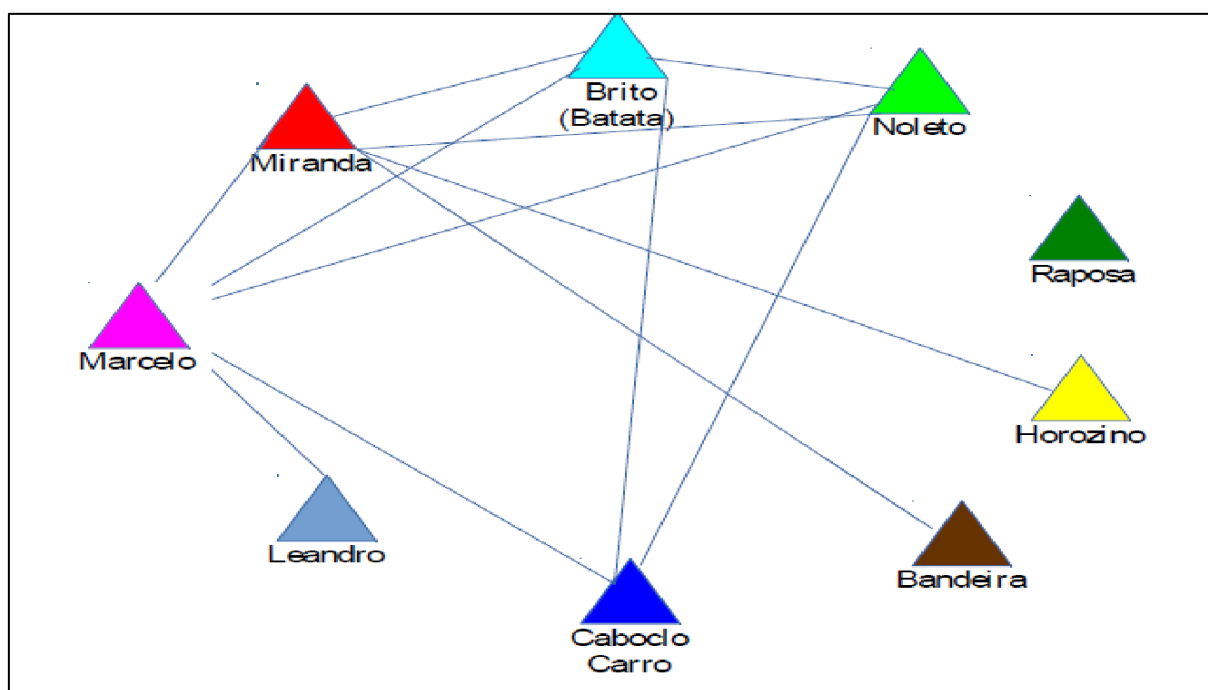


Figura 6 -Elos familiares entre as comunidades na Serra do Centro

Fonte: (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 33).

As relações de casamentos e compadrio estabelecidas entre as famílias, constituíram o campesinato da Serra do Centro, através das comunidades: Vereda Bonita e Sítio (família Miranda); Raposa/Ribeirão D’anta (família Alves da Silva); Gado Velhaco (família Caboclo Carro); Passagem de Areia (Horozino); Primavera (família Noletto); e Taboca (família Marcelo). Entretanto, a comunidade Raposa/Ribeirão D’anta, é a única que não se integrou ao elo de relações familiares. Talvez por ser uma comunidade mais recente, formada na década de 1970 e por manter fortes relações familiares com pessoas da região de Balsas/MA.

Dessa maneira, por quase um século, as famílias camponesas da Serra do Centro viveram na “invisibilidade” dos planos governamentais, ocupando um território sem cercas e nem propriedades privadas, mas mantendo forte relações intercomunitárias. Assim, se mantiveram num modo de vida camponês tradicional com pequenos cultivos de roças de toco, criação de animais e coletas de frutos do cerrado. A restrita relação com os centros urbanos, Goiatins/TO (na época município Piacá) e principalmente Balsas/MA, só era possível a pé ou através de animais (cavalo e mulas), pois, não existiam estradas pavimentadas e o percurso das comunidades às cidades era longo, conforme a narrativa de Rosa:

Tudo que a gente queria comprar era no Balsas. Vendia o arroz. Atravessa esse ribeirão tem uma veredona pra chegar na terra seca, pegava o arroz, botava nas costas, atravessava a vereda e botava na beira da estrada. Atravessava a vereda de pé, pisava um pé numa moita o outro em outra, caía com o saco na cabeça e nas costas, rapaz. Se contar, pensa que é mentira. Eu atravessava menino, as vezes farinha, as vezes arroz e atravessava. Se eu não tivesse as pernas desse jeito, ia mostrar pra você ver a dificuldade e o sofrimento. Tudo que queria aqui era obrigado a atravessar pra outro lado, porque aqui não tinha ninguém, e quem tinha não tinha nada. E não achava aqui desse lado nem uma mão cheia de sal, nem de farinha, nem de arroz, não achava nada, quem quisesse que atravessasse (a travessia era no rio Manoel Alves). Melhorou a situação, muito (a criação de Campos Lindos) porquê é mais perto que o Balsas, a gente ia de bicicletinha e ia. Moto ninguém via nem falar, não podia comprar, porque não era para pobre (Entrevista Oral, ROSA (nome fictício), 3 de dezembro 2017).

Dona Rosa, entrevistada, lembra que viviam sem nenhuma infraestrutura pública de estradas e transportes para beneficiar a população local, para ela era difícil, mas enfrentavam as dificuldades como podiam. Com a implantação do município de Campos Lindos, segundo as camponesas, proporcionou aproximação com a vida da cidade, mas possibilitou também a chegada das grandes lavouras soja, que passou as ameaçar.

Se por um lado, a situação de invisibilidade dificultava a vida no campo, devido à falta de acesso aos serviços público básicos do município (escola, energia elétrica, estrada, atendimento à saúde e acesso aos meios de comunicação). Por outro lado, as comunidades tinham no topo da Serra do Centro, o “refrigério” (MARTINS, 2009), que para Maria,

entrevistada, era um lugar de muitas riquezas naturais como “pequi, bacuri, murici, mangaba, bacaba, caças e pastagens naturais para os animais”:

Não tinha ninguém...Só para os animais, para os animais viver lá sossegado de boa. As caças e os gados do povo que nessa época ninguém prendia gado...Hum, isso era mais importante, porque aquele pessoal de Campos Lindos, os bichos vinham todos pra cá, quando chegava no tempo cada um sabia o que era seu... Era mata assim, como essa daí, tinha estradinha feitinha de facão. De lá para o Chinelo tinha outra estradinha berando o rancho do João Cardoso. A gente caminhava para as outras comunidades assim, por dentro do mato. Aí era assim mesmo carregava tudo nas costas...Tinha animal para carregar as cargas...Não, lá era só para os animais se divertirem lá em cima, era só mesmo as árvores...Bacuri, pequi, caju, faveira que era do que os animais se alimentavam, tudo se alimentava de lá...Buscavam (pequi), naquela época não tinha facilidade, as mulheres pegavam e faziam sabão para lavar a roupa. Eu mesmo não fiz não, mais minha mãe e minha avô (Entrevista Oral, MARIA (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

Como não havia cercas, todos moradores podiam fazer uso comum da área e era frequente as migrações nos limites do território. As famílias tinham a terra de uso individual, as roças e os sítios, e uma área comum em cima serra (área que atualmente é explorada pelas lavouras de soja). O uso comum do território da Serra do Centro, se dava através da criação de animais a solto, do extrativismo de frutas e árvores medicinais do cerrado que aliviavam a escassez de alimentos e a falta de medicamentos (Entrevista Oral, MARIA; ROSA, 3 de dezembro de 2017). Nesse sentido, Santos e Souza (2014, p. 36), afirmam que o território tradicional não é “um espaço apropriado, privatizado e fragmentado, como o fazemos na “sociedade moderna”, logo, tratava-se de um espaço de pertencimento e de apropriação simbólico-religiosa coletiva”.

Na década de 1980, o pacato modo de vida narrado por Rosa, começou a ser alterado com a chegada dos “aventureiros pioneiros” (SERGE, 2011) da soja que se diziam donos das terras. Esses foram os primeiros homens que começaram a investir na produção de soja na Serra do Centro.

A rotatividade de pessoas reivindicando a propriedade das terras da Serra do Centro, tem sido contínua desde a expulsão dos povos indígenas. Assim, em 1972 a Tabacaria Londres (Rio de Janeiro) alegava ter comprado a Fazenda Santa Catarina dos criadores de gado. Na década de 1980, o Instituto de Terras de Goiás (IDAGO) faz a distribuição dessas terras da Fazenda Santa Catarina para empresários da região Sul e Sudeste do país (ignorando os camponeses que ali viviam) através da venda de lotes de 2.000 e 3.000 hectares.

E no final da década de 1990, o governo do Tocantins desapropria os proprietários dos títulos do Idago, expulsou centenas de famílias camponesas do território de origem, e concede

títulos de mais de mil hectares a outros empresários do ramo do agronegócio e títulos de cinquenta hectares para sessenta famílias camponesas. No entanto, muitas famílias camponesas foram ignoradas, não receberam títulos, mas permaneceram ocupando outras terras dentro do grande território da Serra do Centro (SOUZA; SILVA; BERGAMASCO, 2012). Segundo Maria, quando os primeiros produtores de soja chegaram, as famílias camponesas já estavam na terra,

Eles começaram implicar com nós lá em 1985, mas antes eles já mexiam em 1983 por aí assim, eles já começaram. Eles já mexeram com soja mermo. Quando eles chegaram já foi para plantar soja mermo. Os primeiros que vieram pra qui: era os senhores de Fino; o outro era Epifânio; o outro Domingo Lião e; o outro era Ênio e o outro era, como era o nome do outro? Esqueci o nomezinho dele, mas era o pai desse Ênio (Entrevista Oral, MARIA (nome fictício), 2 de dezembro de 2017).

Os primeiros produtores de soja na Serra do Centro, a maioria de origem do Sul do País¹⁵, iniciaram o conflito, obrigando algumas famílias a migrarem para outras terras dentro do território. Foi nesse período que surgiu o cultivo da soja, no entanto, não eram grandes áreas, pois os produtores não contavam com muitos recursos e nem com o apoio do Estado.

Foi a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos na Serra do Centro que transformou a dinâmica agrária e agrícola do município, intensificando os conflitos, atingindo diretamente as comunidades camponesas (CIFUENTES, 2013). O projeto foi criado através do decreto nº 436, de 8 de maio de 1997 e publicado no Diário Oficial do Estado nº 597/97. Com este ato governamental, foram desapropriados 105 mil hectares do Loteamento Fazenda Santa Catarina, na região da Serra do Centro em Campos Lindos. O decreto, desapropriou 35 lotes (do lote 30 a 65) cada lote variava de 2.200 a 2.900 hectares, ambos cadastrados com Certificados de Recebíveis de Imóveis (CRI) de Goiatins/TO¹⁶ (TOCANTINS, 1998).

A forma como procedeu a desapropriação e a desterritorialização da população local, em tempo recorde¹⁷ e sem consulta pública, agravada pela destinação das terras desapropriadas para grandes produtores agrícolas, não foi convincente e ainda hoje as famílias camponesas questionam a utilidade pública do decreto (SANTOS; SOUZA, 2014). A soma desses

¹⁵Um fato curioso é que os *gaúchos* foram atraídos aos Gerais de Balsas após um equívoco de uma empresa de colonização particular, do Estado de Goiás que: “[...] teria vendido terras em Mato Grosso acerca de vinte produtores do município de Não me Toques, Rio Grande do Sul. A situação legal destas terras, porém, era irregular e, por isso, já que os compradores haviam antecipado certa quantia, a empresa lhes oferecera terras no Maranhão [...]” (PAULA ANDRADE, 2008, p. 159, *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 8).

¹⁶Valor de indenização proposto pelo Estado correspondia a R\$1.013.672,30, R\$10,31 por hectares, sendo 5% do valor pago pelo mercado de terra regional

¹⁷Durou apenas um ano os trâmites entre a publicação do Decreto e a imissão de posse do Estado nas terras desapropriadas por utilidade pública.

procedimentos administrativos e políticos, chamou atenção de diversos atores sociais: incluindo o STTR de Campos Lindos, a Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que passou apoiar e assessorar a luta das comunidades camponesas; e da imprensa que publicou várias matérias sobre o assunto. Desde então, o conflito socioambiental de Campos Lindos tem mobilizado diversos interesses: de pesquisadores acadêmicos e Organizações Não Governamentais (ONG's) que se dedicam a estudar esse caso considerado emblemático na região (CASTILHO; CASTRO, 2006; REVISTA ÉPOCA, 2001).

A população local, inclusive as camponesas e camponeses desterritorializados, só tiveram conhecimento do decreto de utilidade pública em 1998. A partir disso, foram realizadas várias denúncias e audiências na tentativa de reverter a situação das famílias ameaçadas de expulsão. As denúncias repercutiram positivamente para a causa dos grupos locais, mas não se chegou a resolução do problema, resultando na judicialização do conflito com ações movidas pelos fazendeiros contra as famílias camponesas.

Quanto aos desapropriados (os pioneiros da soja), a procuradoria do Estado do Tocantins, alegou na época que dos 35 lotes, 27 estavam em nomes de pessoas desconhecidas, “sendo seus proprietários brasileiros, estado civil, profissão e endereços ignorados pelo Expropriante [...]” (TOCANTINS, 1998).

Na época da desapropriação das terras, apareceram 27 (vinte e sete) fazendeiros reivindicando o direito de indenização, alegando serem ocupantes dos lotes com mais de 2.000 ha cada da fazenda Santa Catarina (desapropriada pelo decreto estadual). No entanto, muitos destes fazendeiros nunca foram vistos na região e receberam a indenização do governo estadual. (Processo Administrativo 08127.000074/97-82) (SOUZA; SILVA; BERGAMASCO, 2012, p. 241).

O Itertins, também não reconheceu o direito dos 27 fazendeiros a indenização, e a origem desconhecida da posse desses fazendeiros também foi atestada na vistoria *in loco* através da Certidão de Avaliação produzida em 16 de fevereiro de 1998, pelo Oficial de Justiça Avaliador da Comarca de Goiatins. No entanto, essas informações não foram consideradas pelo Governo do Estado que manteve a indenização de R\$ 99.980,00 aos desapropriados (Idem).

Segundo a matéria intitulada “Negócio entre amigos, o governador é acusado de favorecer aliados com desapropriação ilegal” (REVISTA ÉPOCA, 2001, p. 70), o conteúdo da matéria apontou que na região na Serra do Centro já havia o cultivo de grãos na década de 1980 e que os produtores pioneiros recorreram ao Estado do Tocantins em busca de melhorias para infraestrutura (energia elétrica, silos e estradas), mas não foram atendidos.

O escândalo da implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos repercutiu no Brasil e fora do país, desagradando o governo estadual na época. Assim, em nota intitulada “Esclarecimentos sobre a desapropriação de terras para implantação do polo de fronteira de Campos Lindos”, o secretário de comunicação, negou as acusações e tenta esclarecer o propósito do projeto:

Para implantar o Polo agroindustrial de Fronteira de Campos Lindos, o Governador do Estado desapropriou uma área de 105 mil hectares, para evitar a ação de especuladores, de fora do Estado, que adquiriram as terras irregularmente ao Idago, de Goiás, antes da criação do Estado do Tocantins, sem considerar a existência de posseiros sofrendo os efeitos perversos da exclusão social. As informações distorcidas dadas, dentro e fora do Estado, partiram de pessoas desinformadas, algumas estrangeiras há pouco chegadas ao Tocantins, que não tiveram o cuidado de procurar o órgão de terras do Governo, para saberem das intenções e dos objetivos que se procura atingir com o Projeto Campos Lindos, integrante do Programa de Pólos de Fronteiras. O Governo pretende titular as terras para os posseiros e proprietários e apoiar a instalação de uma cooperativa para organizar a área, respeitando os direitos de todos, dando-lhes a oportunidade de participarem de um moderno processo de produção agroindustrial, com elevados benefícios para as suas famílias, o Estado e o País. Os posseiros, ocupantes de posses, mansas e pacíficas há mais de 30 (trinta) anos, estão sendo informados de tudo que está sendo feito. Eles serão os primeiros beneficiários com o Projeto, criado em razão da situação de abandono e de injustiça a que estão relegados. **Não há qualquer financiamento externo e interno, concedido ou pleiteado, para a área de Campos Lindos, nada tendo a ver com o PRODECER III, PERTINS, MALHA RODOVIÁRIA, etc.** Com a desapropriação da área, o Governo assume o comando das ações, exatamente para dar garantia às famílias que, há decênio, moram na área e para ensejar uma correta parceria de posseiros, proprietários não especuladores e investidores, não estando em cogitação financiamentos internacionais ou mesmo nacionais, a não ser de crédito agrícola que cada proprietário rural, suas associações e cooperativas venham a pleitear. Palmas, 30 de março de 1998, Sebastião Vieira de Melo, Secretário de Comunicação. Grifos da autora (JORNAL DO TOCANTINS, 1998, *apud*. ARQUIVO CPT, 2018).

Contrapondo ao discurso do governo tocaninense, a matéria da Revista Época (2001), intitulada “Reforma agrária de luxo”, denunciou as irregularidades na criação do Projeto Agrícola Campos Lindos e repercutiu positivamente para a luta das camponesas e camponeses pela titulação dos lotes. Mas não foi suficiente para impedir os reais objetivos do projeto, que era beneficiar pessoas influentes próximas ao governo do Estado¹⁸ (CASTILHO; CASTRO; 2006, SOUZA; SILVA; BERGAMASCO, 2012, p. 149).

¹⁸As primeiras pessoas beneficiadas com a criação do Projeto Agrícola Campos Lindos: ex-diretor da Infraero (1.541 há.), senador do PMDB catarinense (1.550 ha.); filho de um ex-ministro da agricultura (1.188 há.); ex-ministro da agricultura (3.400 há.); presidenta da Federação da Agricultura do Estado do Tocantins (FAET) (1.263 há.). Além, dessas pessoas, outras 43 foram beneficiadas, residentes nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão Goiás, Tocantins e também pessoas de Portugal (CASTILHO; CASTRO; 2006, SOUZA; SILVA; BERGAMASCO, 2012, p. 149). Fonte: REVISTA ÉPOCA. Negócios entre amigos, o governador Siqueira Campos é acusado de favorecer aliados com desapropriação ilegal. Edição Especial nº147, de 12 de março de 2001. Disponível em: http://www.epoca.globo.com/semanal/_materias/cult3a.htm. Acessado o recorte da matéria nos arquivos na CPT, em: maio de 2018.

O auto de imissão de posse da área foi lavrado em fevereiro de 1998 na Comarca de Goiatins. Em 1999, após a FAET ter realizado, como apoio de técnicos da Companhia de Promoção Agrícola -CAMPO. A seleção de produtores para ocuparem a área, o INTERTINS formalizou o repasse da terra por meio de Licença para Ocupação e Exploração de Terras Públicas, dando o prazo de 3 anos para a efetivação da atividade agrícola. Assim, a área foi configurada em 48 lotes agricultáveis (CASTILHO; CASTRO, 2006, p. 41).

O convênio com a companhia Campo objetivou o trabalho topográfico e a demarcação do Loteamento Santa Catarina. Entretanto, diferente do que o governo declarou na nota de esclarecimento, o polo de produção agrícola de Campos Lindo recebeu de início R\$ 80 milhões aprovado pelo Senado Federal brasileiro, sendo a prioridade do recurso para correção do solo, desmatamento e infraestruturas (JORNAL DO TOCANTINS, 1998).

Outra fonte de financiamentos para o Projeto Agrícola Campos Lindos, foi Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro (Prodec III), que objetivou o desenvolvimento agropecuário do cerrado. O Prodec III, atendeu especificamente três Polos Agrícolas: Polo Agrícola de Pedro Afonso/TO e os municípios no entorno; Polo Agrícola de Campos Lindos/TO e Goiatins, (US\$ 69.000.000); e o Polo Agrícola de Balsas/MA com investimento de US\$ 69.000.0000 (LIMA, 2017).

Logo, com a oficialização das doações de terras e com a garantia de financiamentos para Programa Polos de Fronteira Campos Lindos, a produção de *commodity*, principalmente a soja, foi se expandido nas chapadas da Serra do Centro. Deste modo, com os incentivos do governo tocantinense ao agronegócio, o município que outrora era “esquecido” passou a ser o foco da especulação imobiliária por grandes fazendeiros e empresas globais.

Com o avanço do agronegócio em Campos Lindos, as famílias camponesas ocupantes de posses tradicionais da Serra do Centro, mas não regularizadas pelos órgãos Idago em 1980 e Intertins em 1998, foram expulsas de seus territórios de origens e empurradas pelas grandes plantações de sojas para as áreas periféricas ao projeto. A partir de então, as famílias de posseiros passaram a viver sob constantes ameaças de reintegração de posse. As ações judiciais são movidas pelos produtores de soja, que estão organizados e representados pela Associação de Plantadores do Alto Tocantins (Associação Planalto), que alega ocupação indevida das camponesas e camponeses na área de reserva em condomínio que corresponde 15.858,3975 hectares de terra (INTERTINS, 2014).

Para melhor ilustrar a reflexão sobre a transformação fundiária e ambiental da Serra do Centro, as figuras 7 e 8 representam as mudanças no território tradicional com a implantação

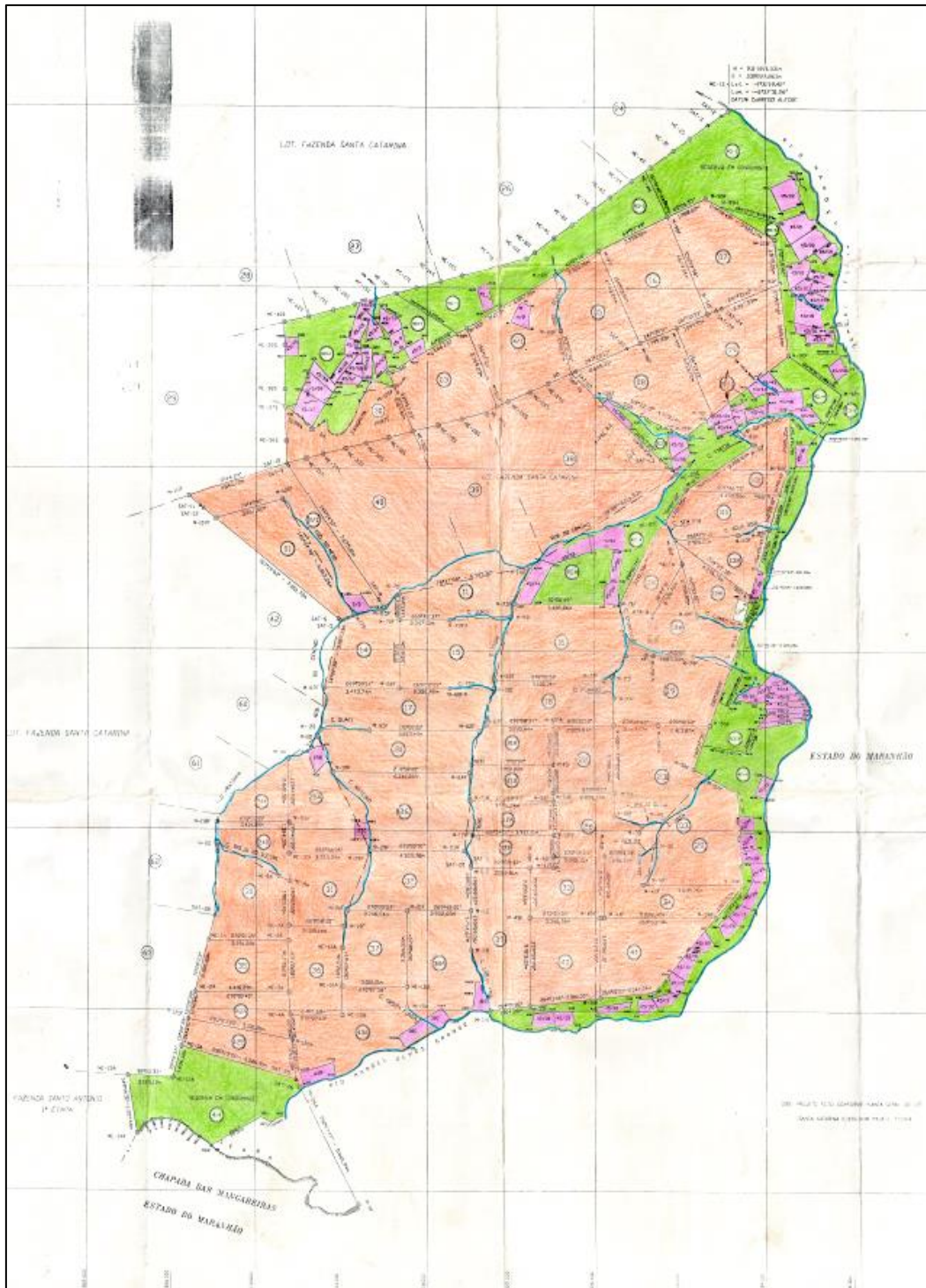


Figura 8 Loteamento Projeto Agrícola Campos Lindos

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins

A sobreposição do território camponês pelo projeto agrícola gerou intensos conflitos socioambientais entre camponeses e sojicultores, pois as mudanças ocorridas neste ordenamento territorial implicou na transformação do modo de vida daqueles que viviam no território sem a instituição da cerca (propriedade privada do território), logo, antes do projeto

havia maior disponibilidade de terras e de riquezas naturais para a reprodução social das famílias camponesas. Desta forma, Santos e Souza (2014) descreve o conflito socioambiental da Serra do Centro da seguinte forma:

A configuração atual deste território camponês está fragmentado: no meio da Serra do Centro estão os produtores de soja integrados à economia capitalista global, concentrando a maior parte das terras, enquanto nas bordas permanecem os núcleos familiares descendentes dos Marcelos, Caboclos Carro, Miranda, Brito, Horozino e Noleto que foram expropriados de sua terra e, num certo sentido, do próprio direito à cidadania (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 36).

Vale ressaltar que inicialmente as terras, disputadas pelo agronegócio em Campos Lindos, estavam em torno da região da Serra do Centro, que fica às margens do rio Manoel Alves Grande. Com o avanço do agronegócio, as terras da região da Rancharia e Mirante, que estão na divisa do atual território indígena Krahô e as margens do rio Vermelho, também passaram a serem alvo de interesse dos novos investidores na produção agrícola de *commodities*.

Pois, segundo Cifuentes (2013, p.181), é crescente a exploração de novas áreas com o plantio de soja e milho:

A intensificação no capital e no uso da terra na agricultura de Campos Lindos pode ser percebida com alguns dados mais recentes: a cultura do milho já é a segunda cultura em importância na agricultura comercial. Vários plantadores de soja, após a safra da soja estão cultivando o milho. Na safra 2011/12 foram cultivadas 19 mil hectares de milho e colhidas mais de 107 mil toneladas do grão. Nessa mesma safra, foram colhidas mais de 53 mil hectares de soja, as quais deram uma produção de mais de 164 mil toneladas do grão. De uma comparação rápida com os dados da área da agricultura comercial do censo 2006 com dados da safra 2011/2012 resulta que a soja avançou em mais de 11 mil hectares no período 2006/2012.

As comunidades Serra do Centro e Mirante, foram reconhecidas como comunidades tradicionais nos Estudos Antropológicos realizado pelo Ministério Público Federal (MPF). A definição de famílias camponesas tradicionais se fundamenta, segundo Santos e Souza (2014, p. 1), pelos “vínculos socioculturais tradicionais com este território, manifestados pela posse e uso coletivo da terra, pelo modo de produção doméstico e pela relação com os recursos naturais, bem como pela organização social em famílias extensas”:

Os camponeses da Serra do Centro, desde a origem da ocupação no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, desenvolveram as suas atividades de forma tradicional, sendo que o *modus vivendi* baseado no uso da terra e no manejo dos recursos naturais para subsistência, bem como as relações sociais caracterizadas pelos casamentos endogâmicos e pelas formas particulares de organização dos

espaços foram profundamente alterados a partir da chegada dos sojicultores à região, conforme estudos anteriores já demonstraram (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 5).

O modo de produção camponês tradicional, para a economia capitalista, significa a improdutividade, principalmente nas áreas de fronteiras econômicas. Isso porque, segundo Mies e Shiva (1993), a modernização tecnológica tem sua gênese nas ciências cartesianas, onde se estabelece parâmetros de comparação do que é produtivo e o que é improdutivo. A produtividade de uma determinada região tem sido medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é um cálculo incapaz de contabilizar as complexas relações econômicas estabelecidas pelas comunidades tradicionais. Com essa pressuposição, os sistemas considerados produtivos são aqueles que dependem da indústria química e tecnológica, capazes de extrair da terra de forma intensiva mercadorias para exportação, exaurindo a capacidade regenerativa do ecossistema.

Woortmann (1997, p. 13), estabelece a diferença do modo de produção camponês da seguinte forma:

para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela reprodução de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção/reprodução de bens simbólicos que constituem o corpo do saber.

Dessa maneira, o modo de produção do campesinato na Serra do Centro tem um jeito próprio de convivência com a natureza, constituído de visão mais holística do meio que vive e dos bens comuns que precisam para se reproduzirem.

Nos estudos anteriores Castilho e Castro (2006), Cifuentes (2013), Santos e Souza (2014), às comunidades tradicionais da Serra do Centro, foram consideradas impactadas pela instalação do projeto Agrícola Campos Lindos. Deste modo, a instalação do projeto modificou o modo de vida local, deixando as famílias confinadas em pequenas faixas de terras entre as margens dos córregos e as lavouras de soja. Todavia, os grandes produtores alegam que as famílias camponesas é quem são invasoras da reserva ambiental em condomínio do projeto agrícola.

Para elucidar ambas acusações, o Levantamento Ocupacional realizado pelo Itertins (2014), identificou oitenta e duas famílias de posseiros ocupando a referida reserva legal do projeto agrícola e constatou que cinquenta e quatro famílias viviam permanentes na área. Que a produção dessas famílias era baseada em pequenas roças de arroz, feijão, milho, abóbora, fava, batata doce, mandioca, criação de animais de pequeno e grande porte e produção de

farinha de mandioca. Trata-se de uma produção familiar, que conta basicamente com recursos internos, pois apenas oito famílias acessaram o Pronaf.

O levantamento também constatou quatro escolas rurais (Bom Jesus I e II; Vereda Bonita, Arcanjo Soares e Juvêncio Ferreira da Cruz) que atendem os filhos das camponesas e camponeses, mas são escolas com estrutura bem precária. No entanto, existe na comunidade Sítio, um Colégio Agrícola com boa estrutura, que foi construído pelo governo estadual, mas nunca funcionou.

Desta forma, o estudo antropológico do território tradicional da Serra do Centro (SANTOS; SOUZA, 2014), que também teve como base os dados do levantamento ocupacional (ITERTINS, 2014), definiu três perfis das famílias de posseiros que vivem na alegada Reserva Legal do projeto Agrícola Campos Lindos, que são réus na ação judicial de reintegração de posse nº 5000008-77.2005-2720. O perfil tradicional, são trinta e uma famílias, que têm algum vínculo de parentesco com as famílias proprietárias de títulos do Itertins destacadas na figura 6. O perfil de reforma agrária são oito famílias, que não tem vínculo familiar com as famílias tradicionais da Serra do Centro, mas que possuem vínculos tradicionais com comunidades de outras regiões. E o perfil de especulador são aquelas pessoas que não vivem da agricultura tradicional e que possuem outras atividades (comerciantes, empresários, corretores de imóveis e etc.):

As referidas terras da Reserva Legal do Projeto Campos Lindos, bem como de outras áreas da Serra do Centro, pertencem ao território camponês ocupado há mais de um século. As famílias que habitam a Reserva Legal são, majoritariamente, ramificações dessas cinco principais famílias: Caboclo Carlos, Miranda, Marcelos, Horozino e Noleto. [...] (SANTOS; SOUZA, 2014, p. 37).

Contudo, o estudo antropológico conclui que a Serra do Centro é um território tradicional, que foi fragmentado pela implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, o qual impossibilitou as famílias camponesas tradicionais usufruírem com liberdade esse território, o que ocasionou a intensificação do fluxo migratório de camponesas e camponeses tradicionais para áreas periféricas ou para os centros urbanos, e provocando constantes reações de resistências com retomadas de territórios. Assim, a reprodução do campesinato de Campos Lindos tem ocorrido em condições precárias e em situação de insegurança da posse da terra. Porém, o estudo antropológico não é suficiente para garantir a permanência das famílias na terra. A qual poderia ocorrer se tivesse interesse do Estado do Tocantins de regularizar a posse da terra das famílias através do Itertins, como fez com algumas famílias, ou o Estado brasileiro reconhecer o território tradicional.

2.4 A visão dos de fora: dominação da natureza e invisibilidade dos saberes tradicionais

Vimos anteriormente que a representação do campo brasileiro, no imaginário social, parte de uma visão “hiperbolizada” (ALMEIDA; CARVALHO, 2009) do campo como produtor de matéria prima e um “vazio demográfico”. Nesse sentido, a bibliografia revisada aponta que a região do Brasil Central/Amazônia Legal tem sido olhada de fora para dentro, como “poupança de riquezas naturais”. Essa “visão dos de fora” ou “do outro” (LOREIRO, 2002) foi gestada no período colonial desde as primeiras expedições dos europeus no século XVI. Mais tarde, foi ressignificada para uma concepção mais sutil de colonização através dos projetos de desenvolvimento estatais e privados.

A concepção do “vazio demográfico”, incorporada pelo Estado brasileiro, concebe as regiões como a Amazônia e o Centro Norte brasileiro, como “um lugar selvagem”, que carece de relações modernas civilizadas para domesticar a natureza e as dinâmicas locais existentes (LORUREIRO, 2002; ESCOBAR, 2005; SERGE, 2011).

Na visão ecofeminista de Mies e Shiva (1993), a lógica da sociedade global dita “civilizada” é constituída da divisão dos sentidos e da hierarquia dos conhecimentos. Essa hierarquia, por exemplo, consiste na separação entre humano e a natureza, entre homem e a mulher, o moderno e o selvagem, entre centro e a periferia, o global e o local (SERGE, 2011; QUIJANO, 2011).

A noção do vazio e selvagem, lembra o pensamento dualista que surgiu no período do Iluminismo no século XVII e XVIII, que colocou a humanidade no centro da vida na terra. Com esse pensamento, baseado numa ciência reducionista e no desejo de emancipação do humano dito moderno, se construiu o dualismo entre humano e natureza. A emancipação do homem moderno consistiu “no domínio do Homem sobre a Natureza”, ignorando a simbiose entre ambos (MIES; SHIVA, 1993, p. 203; DIEGUES, 2001).

Dessa forma, Quijano (2011) acrescenta dizendo que esse dualismo se aprofunda a partir de Descartes com a separação do “corpo” e o “não corpo”, a aparente simbiose é rompida pela separação dos sentidos entre “razão/sujeito e corpo”, reconhecendo a razão/sujeitos como a parte racional que responde pelo conhecimento e o corpo se torna “objeto de conhecimento”. O objeto corpo que não pensa, torna-se semelhante a natureza: “corpo natureza humana ou espírito natureza”.

Esse pensamento dualista eurocêntrico, também se alia a ideia da “superioridade das raças”. E as raças tida como inferiores, também são consideradas sujeitos não dotados de razão,

sem conhecimentos e, portanto, sem cultura, ou seja, são raças semelhantes a natureza, passíveis a dominação pela raça superior (QUIJANO, 2011). Desta forma, esse mesmo pensamento dualista que separa o humano e a natureza, também reforçou a dominação do homem sobre a mulher, à medida que a mulher foi objetivada como ser não dotado de razão, mas de emoção e um espírito mais próximo a natureza:

Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista (QUIJANO, 2011, p. 118).

A questão que pesa, nesse pensamento racista e misógino, não é o fato de se colocar os povos tradicionais e as mulheres numa condição próxima à da natureza, porque de fato o são. O que causa perplexidade é o fato do homocentrismo branco coisificar a natureza e torná-la meros recursos para servir ao seu desejo, assim como faz com as mulheres e os povos. A assimétrica imposta pela lógica de dominação/colonização, que provoca a secundarização e a subjugação dos lugares, sujeitos e modos de vida comunitário como improdutivos e incapazes, é muito atual no pensamento político e econômico dito civilizatório/moderno. Por isso, a invisibilidade das mulheres, dos povos tradicionais e da natureza, faz parte do jogo de dominação dos projetos de modernização do campo.

Sobre a colonização, Serge (2011, p.16) define: “como um regime de ocupação e exploração estabelecido por parte de uma nação que pertence a um grupo dominante, sobre um país estrangeiro e menos desenvolvido que se vê subordinado a dependência e soberania do país ocupante”. Na colonização moderna, não ocorre necessariamente o controle direto dos territórios e povos, a dominação é através dos dispositivos “Estados e instituições” que estrategicamente atuam sob um comando de grupos e países dominantes.

O comportamento da nação e do Estado, como “dispositivo” de processos colonizadores, é explicado como uma “visão poética” do Estado como protetor. Essa noção, impôs um papel as instituições estatais de implementarem um “desenho civilizatório”, reproduzindo a dominação territorial de forma natural a partir uma lógica cultural e econômica dos países dominantes:

[...] A situação colonial, portanto, não se refere apenas àquilo que ocorre no arcabouço espaço-temporal da dominação direta de uma cidade e de um território por uma

sociedade invasora, mas ao conjunto de relações e estratégias de poder, interno e externo, privado e público, tanto nos países subalternos como na metrópole, que se consolidaram para criar uma realidade colonial da história dessa dominação (SERGE, 2011, p. 28, 30).

Mies e Shiva (1993, p. 346) se referem à colonização dos países do Terceiro Mundo em três fases: na primeira fase, o interesse dos países de homens brancos era “civilizar” os povos tidos como “selvagens”, não brancos, que consistiu na dominação das suas vidas e riquezas. A segunda fase, a colonização veio com o discurso de “desenvolver o Terceiro Mundo”, o que consistia também no controle e uso das fontes de riquezas naturais e direitos da população. No período contemporâneo, segue a terceira fase, que consiste mais uma vez, na “proteção do meio ambiente dos países do Terceiro Mundo”, que também se dar pelo controle da natureza e dos direitos da população local.

Desta forma, ao olhar o contexto histórico da Serra do Centro, aparenta existir duas concepções de desenvolvimento que se chocam: uma consiste no modo de vida local das comunidades camponesas tradicionais e dos seus movimentos, a outra consiste num modelo global de interesse econômicos, como é o caso do grande Projeto Campos Lindos (ESCOBAR, 2005). As “cosmovisões” desses dois modos, provavelmente são impossíveis de ocuparem os mesmos tempos e espaços (MIES; SHIVA, 1993), visto que possuem “tempos históricos heterogêneos que quando se funde os tempos no espaço, o espaço se torna o limite” (MARTINS, 2009, p. 167).

Escobar (2005, p.72), argumenta que a defesa dos movimentos ambientais e políticos, propõe uma concepção do modo de vida local, que também é defendida como território. Essa concepção busca rearticular o “lugar, cultura e natureza”, que se transforma em ações políticas de defesa do lugar. Este modo de vida local, segundo autor, consiste em complexas relações culturais, ambientais e econômicas com o meio, nem sempre ecologicamente corretas, mas são relações não capitalistas carregadas de conhecimentos e combinação de significados ancestrais de convivência em espaços comuns.

Para Mies e Shiva (1993, p.19), o modelo de produção global, ao se apropriar da categoria espaço, transforma-o numa categoria abstrata, visa a integração do local ao global, ou seja, o discurso é vinculado a defesa dos interesses de uma comunidade mundial sob uma ordem “democrática” de livre acesso a mercados e consumo. As autoras salientam dizendo que: “na ordem global significa simplesmente o domínio global dos interesses locais e particulares, agrupando as múltiplas diversidades de economias, culturas e da natureza sob o controle de algumas empresas multinacionais”.

Talvez a concepção de desenvolvimento moderno esteja ancorada numa determinada ordem global, com princípios e valores reproduzidos pela epistemologia colonizadora, que é hegemônica nas relações políticas, econômicas e culturais do país. Epistemologias estas que concebem o modo de vida local como algo residual e marginalizado, passíveis a domesticação pelo modelo moderno de sociedade global. “Trata-se de uma tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldando-os à visão, à expectativa de exploração do homem de fora (estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente)” (LOUREIRO, 2002, p. 109).

Um aspecto final da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental é o das consequências que teve no pensar das realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo. Esta negação do lugar tem múltiplas consequências para a teoria das teorias do imperialismo até as da resistência, do desenvolvimento, etc. que pudessem ser melhor exploradas no âmbito ecológico. Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. Somente nos últimos anos é que percebemos este fato (ESCOBAR, 2005, p. 64).

Sobre a marginalização do lugar, Mies e Shiva (1993,) se referem como “esvaziamento do lugar”, como um processo de “desenraizamento” cultural próprio do modelo de desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento econômico tende a operar “dessacralizando” (MIES; SHIVA, 1993) a relação natureza e comunidade, tornando a terra e a biodiversidade de bem natural em mercadoria (MARTINS, 2009). A dessacralização do espaço e o desenraizamento das comunidades locais, quando “apropriada a categoria espaço pelo desenvolvimento capitalista, as sociedades originárias tornam-se estranhas e intrusas” (MIES; SHIVA, 1993, p. 142, 143):

Os beneficiários são outros que não as vítimas desse processo de desenvolvimento e de modernização. [...] Elas recusam este tipo de desenvolvimento e apenas querem continuar o seu modo de vida orientado para a subsistência (Idem, p. 198, 199).

No entanto, Escobar (2005, p. 63), chama atenção a respeito das expectativas do lugar e das relações sociais estabelecidas no seu interior:

Certamente, o lugar e o conhecimento local não são panacéias que resolverão os problemas do mundo. O conhecimento local não é puro, nem livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas. [...].

Dessa forma, é preciso compreender o “modo de vida local” das comunidades camponesas, como um processo histórico, carregado de relações subjetivas e de poderes, não conectado diretamente ao sistema capitalista. Mas, de alguma forma interligados pelas inter-relações socioculturais com o meio urbano e instituições do Estado. Nesse sentido, entende-se a partir de Loureiro (2002), a importância de olhar para as comunidades tradicionais não de fora para dentro, com um olhar romantizado ou estereotipado, mas a partir de uma leitura holística e integrada sobre as complexas relações que vão se estabelecendo no interior de cada comunidade. E se tratando da questão de gênero, reforça-se a importância de compreender as relações a partir de baixo, ou seja, a partir dos saberes das mulheres que se encontram em situação desiguais (MIES; SHIVA, 1993).

3. MULHERES CAMPONESAS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A temática “mulher e meio ambiente” é recente nos debates acadêmicos e políticos. Só a partir da década de 1970 ganhou ascendência com as mobilizações dos movimentos feministas e ambientalistas. Esse debate, que ressalta a importância da preservação da natureza, vem sendo provocado pelos movimentos de mulheres que ao observarem as grandes catástrofes sobre o meio ambiente, perceberam que a libertação das mulheres também tem a ver com a libertação da natureza e com a conservação das riquezas naturais que dão sustentação à vida humana.

Neste capítulo buscou-se abordar o objeto de estudo por meio da ferramenta analítica advinda da teoria ecofeminista de Mies e Shiva (1993; SHIVA, 1997; 2003; 2006), que se julga ser a mais apropriada, por se tratar de uma teoria que provoca reflexão sobre o desenvolvimento capitalista patriarcal e as interferências nas relações de gênero, ambientais, classe e etnias.

Com base na teoria ecofeminista e a luz dos escritos da Segato (2012; 2016; FREDERICI, 2017) reflete-se neste capítulo sobre a relação do desenvolvimento patriarcal com as mulheres e as reproduções das relações sexistas que continuam ditando papéis diferentes e em assimetria de poder para homens e mulheres na sociedade. Assim, destaca-se também as lutas socioambientais de resistência e a violência que as mulheres camponesas têm enfrentado na defesa dos seus territórios.

3.1 Gênero, feminismo e a condição social da mulher no desenvolvimento capitalista

Há mais de um século, as mulheres encabeçaram lutas por sua emancipação, e desde então foram produzindo teorias feministas que contribuíram e contribuem para as reflexões sobre as relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, bem como, as condições de subordinação das mulheres impostas pelo modelo de desenvolvimento capitalista patriarcal. Nesse sentido, algumas categorias de análise foram criadas, entre elas: as categorias gênero e feminismo, que auxiliam na desnaturalização das desigualdades históricas estabelecidas entre homens e mulheres e na compressão das lutas históricas por libertação das mulheres. Com a categoria gênero, questiona-se a predominância do sistema patriarcal nas relações humanas em diferentes grupos sociais (ROSENDO, 2016).

Segundo Scott (1995), para estudar as relações de poder e subordinação dos grupos sociais é preciso refletir sobre o conjunto das relações históricas da humanidade. Para isso é importante não considerar isoladamente as categorias de gênero, classe e raça:

O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/ a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos (SCOTT, 1995, p. 73).

Nesse sentido, o estudo sobre as desigualdades das relações de gênero não deve se dar de forma isolada, só a partir das mulheres, uma vez que é preciso entender o conjunto dessas relações simbólicas entre homens e mulheres. Segundo Muraro (2002, p.122), não se pode confundir gênero com sexo, uma vez que o sexo “pode ser vivido de várias maneiras: hétero e homossexuais, bissexuais e transgênero, hermafroditas e incontáveis variações dentro de cada categoria”. Deste modo, entende-se a categoria analítica gênero de forma mais ampla, que possibilita a compreensão de “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 76).

Já a categoria de análise feminismo tem sido questionada e muitas vezes deturpada nos discursos sociais contemporâneos. Contudo, compreende-se aqui o feminismo não apenas como uma categoria analítica, mas sim como movimentos plurais de lutas por liberdade e emancipação das mulheres. É um “instrumento para fazer lutas contra o colonialismo, racismo, neoliberalismo e patriarcado [...]. O feminismo transgride padrões culturais - não sendo um produto acadêmico, mas modo de viver a vida” (CELENTANI, 2014, p. 153). Pois para o feminismo comunitário, o patriarcado tem relação com as outras formas de opressão “colonialistas, racistas, capitalistas, neoliberais e globalizante” que impõe a condição de subordinação às mulheres em todas as classes sociais. E a resistência frente a essas formas de dominação não tem um único formato, pois as mulheres resistiram e resistem em diversas lutas feministas.

Assim, do universo dos movimentos e concepções feministas, nasce na final década de 1970, o ecofeminismo. É um movimento feminista que surge com base teórica, metodológica e com experiências práticas nas organizações ativistas que lutam contra as violações de direitos das mulheres e de comunidades de países empobrecidos, como a Índia. O ecofeminismo se constituiu num movimento paradigmático que denuncia a dicotomia nas relações de gênero e nas relações humano/natureza construída pelo patriarcado em que se estabelece a desvalorização e a dominação da natureza e das mulheres, ambas exploradas pelo sistema patriarcal (ANGELIN; SCHNORREMBERGER, 2017).

O ecofeminismo é um termo usado primeiramente por Françoise D'Eaubonne, que defendia um “movimento feminista ecológico”. O termo ecofeminismo, embora no Brasil seja

pouco conhecido, se popularizou na Europa, Estados Unidos e Índia através das manifestações populares em defesa da natureza, no final da década de 1980 (MIES; SHIVA, 1993). As mobilizações feministas, em defesa do meio ambiente, denunciavam as tragédias ambientais provocadas pelos resíduos das indústrias químicas, que prejudicava as comunidades.

Um exemplo é o caso descrito por Mies e Shiva (1993, p. 26), ocorrido “na noite de 2 para 3 de dezembro de 1984, houve uma fuga de 40 toneladas de gás tóxicos da fábrica de pesticida da Union Carbide, em Bhopal, na Índia; três mil pessoas morreram durante o desastre e, das outras 400.000 que estiveram expostas muitas já deve ter morrido”. Outros casos semelhantes, que impulsionaram a luta feminista pelo meio ambiente, foram os desastres de Chernobyl, as construções de centrais nucleares na Alemanha, os impactos do avanço da biotecnologia e dos monocultivos.

Destarte, o ecofeminismo surge de ações práticas e teóricas, “iniciativas das mulheres – através da arte, literatura e da linguagem, ciência, tecnologia, filosofia, religião e das organizações não governamentais” (ROSENDO, 2014, p. 101). Portanto, é um movimento plural que agrega diversas correntes de pensamentos:

a) A corrente do ecofeminismo clássico, que denuncia a destruição da natureza devido à ganância dos homens e pressupõe que as mulheres têm comportamentos éticos diferente dos homens e defende a passividade da mulher como um ser mais próximo a natureza;

b) Na corrente ecofeminista espiritual, se busca a reverência na relação mulher natureza, como uma espécie de divindade religiosa “deusa natureza”. A corrente espiritual existe em alguns países da América Latina. As feministas dessa linha de pensamento lutam contra o sexismo, racismo, a violência do patriarcado contra a mulher e a exploração do meio ambiente;

c) Já a corrente construtivista nasce tecendo críticas às duas tendências anteriores, essa linha teórica denuncia o “racismo, é contra o androcentrismo e é anti-imperialista. Pressupõe a mulher e a natureza como construção social, baseada na economia familiar e na divisão social do trabalho, formas que é distribuído o poder na propriedade” (ANGELIN; SCHNORREMBERGER, 2017, p. 661).

A opção teórica deste estudo é pela concepção ecofeminista de Mies e Shiva (1993; SHIVA, 1997, 2003, 2006) que são pensadoras próximas a corrente espiritualista, mas com uma pegada social. Deste modo, as ecofeminista Mies e Shiva defendem a integração dos aspectos espiritual e material, a defesa da mãe terra e da subjetividade da vida comunitária e da relação que a natureza dispõe. Todavia, as autoras ressaltam que não se trata da defesa do “materialismo marxista de relações mecânicas da humanidade com a natureza”, tão pouco o materialismo capitalista que transforma tudo em mercadoria (MIES; SHIVA, 1993, p. 32). Mas sim, a defesa

da “consciência ecológica de gênero” e para a ética do ser humano com a natureza, numa perspectiva de construção de novos paradigmas epistemológicos (BORRAGÁN, 2011).

Essa teoria ecofeminista também critica a mercantilização da ciência. Segundo Mies e Shiva (1993), a mercantilização é uma das formas do reducionismo. Ela resulta na marginalização da diversidade de saberes das mulheres e dos povos tradicionais. Segundo elas, “As ciências reducionistas é uma fonte de violência contra a natureza e a mulher, na medida em que as subjuga e despoja da sua produtividade, energia e potenciais plenos” (MIES; SHIVA, 1993, p. 39).

Esse modelo de ciência está articulado ao que as autoras chamam modelo de desenvolvimento no paradigma convencional, colonizador e desenraizador (MIES; SHIVA, 1993). Ele acaba por legitimar estereótipos patriarcais que iguala o feminino à passividade e ignora a capacidade de resistência e produção de saberes pelas mulheres e comunidades tradicionais. Assim, segundo Shiva (1997), uma construção social do patriarcalismo capitalista, impõe a superioridade do homem em relação a mulher:

O construto social passividade/materialidade como feminino e animal e atividade espiritualidade como masculino e distintamente humano está no centro do pressuposto patriarcal da superioridade do homem em relação a mulher. Isso se reflete em dualismo como mente/corpo, a mente sendo não material, masculina, ativa, e o corpo sendo físico, feminino, passivo. Também se reflete no dualismo cultura/natureza, com o pressuposto de que apenas os homens têm acesso à cultura enquanto as mulheres estão presas à terra que dá à luz todas as coisas. O que essa dicotomia artificial encobre é o fato de a atividade, e não a passividade, ser o ponto forte da natureza (p. 68, 69).

Segundo Mies e Shiva (1993), o paradigma da ciência “reducionista ou mecânica” surgiu por volta dos séculos XV e XVI, período chamado de Revolução Científica. No geral, parecia que a sociedade viveria a ápice da liberdade e do acesso às tecnologias, a cura das doenças e etc. De fato, houve significativos avanços e benefícios. Porém, a revolução científica também acentuou ainda mais as desigualdades sociais entre classes, raças e entre as relações de gênero, visto que a supremacia das ciências mecânicas hierarquizou os conhecimentos: definindo o que era científico e o que era empírico sem valor para a ciência.

A desvalorização dos saberes populares ou apropriação dos conhecimentos dos povos, se tornou uma prática da biopirataria ou patenteamento¹⁹ de ervas medicinais, árvores frutíferas nativas e animais.

¹⁹O patenteamento significa “dar concessão a determinada pessoa física ou jurídica o monopólio sobre uma invenção por tempo determinado. O detentor da patente é o único que pode fabricar, usar, vender ou autorizar a utilização do invento durante um período. No Brasil, esse período é de quinze anos; nos Estados Unidos, é de dezessete anos” (SHIVA, 1997, p.449).

A biodiversidade foi redefinida como invenções biotecnológicas, para tornar o patenteamento de formas de vida aparentemente menos controverso. Essas patentes são válidas por 20 anos e, portanto, cobrem gerações de plantas e animais. No entanto, mesmo quando cientistas em universidades embaralham genes, eles não criam o organismo que a seguir patenteiam (SHIVA, 1997, p. 42).

Assim como a biodiversidade, os papéis da mulher foram redefinidos. E o “Estado capitalista patriarcal” (MIES; SHIVA, 1993; FEDERICI, 2017) controlou o corpo, a sexualidade e a capacidade produtiva das mulheres através de política de reprodução populacional nos séculos XVI e XVII. Essa política, na época, responsabilizou as mulheres pela superação da crise demográfica que atingiu as Américas e na Europa, alastradas pelas epidemias no período de 1570 a 1630.

A política de reprodução, que objetivava garantir força de trabalho para o capitalismo, durou aproximadamente 200 anos. E no decorrer desse tempo, o Estado e os homens perseguiram e controlaram a sexualidade e os saberes tradicionais das mulheres. Os saberes ancestrais foram marginalizados, as mulheres curandeiras foram criminalizadas como bruxas e as parteiras foram desvalorizadas, substituídas por médicos homens (FEDERICI, 2017).

Aqui, quero apenas ressaltar que, ao negar as mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade a condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres a atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores. Entretanto, forçar as mulheres a procriar contra a sua vontade ou, como dizia uma canção feminista dos anos 1970, forçá-las a “produzir filhas e filhos para o Estado” e uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho. Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras, um processo muito estudado pelas historiadoras feministas, e que estava praticamente completo até o final do século XVII (FEDERICI, 2017, p. 181, 182).

No desenvolvimento capitalista patriarcal, foi reestruturada a percepção da natureza e das relações de gênero, estabelecendo a dominação da terra e das sementes como mercadorias (MIES; SHIVA, 1993). Nas relações de gênero, se estabeleceu a desvalorização do trabalho e da capacidade das mulheres de produzirem bens econômicos. O trabalho feminino passou a ser improdutivo, considerado como labor doméstico ou ajuda (FEDERICI, 2017).

De modo igual, a sociedade patriarcal capitalista, de acordo com a teoria ecofeminista (MIES; SHIVA, 1993), foi fundada a partir da hierarquia de poder e da subjugação de grupos sociais e da natureza. Essa organização hierárquica das coisas e dos seres foi construída socialmente, se estabelecendo relações de “subordinação, secundarização e dicotomização” entre homens e mulheres.

Desta forma, em diferentes sociedades, prevaleceu por muito tempo o corpo feminino como território dominado pelos homens. Consideradas como seres incapazes, as mulheres não podiam cuidar e decidir sobre suas vidas, estavam sempre vinculadas a um tutor, não tinham o “direito de pensar, de sentir e de querer, a não ser pelas cabeças, pelos instintos e pelos interesses de seus chefes” (ABRANCHES, 1992, *apud*. AZEVEDO, 2016, p. 72).

Assim sendo, é possível que o corpo feminino seja compreendido como um território de poder. Parafraseando Mondardo (2009, p. 2,3), podemos pensar que o corpo cria e recria relações de poder, constrói espaços e relações políticas que estabelecem pontos de controle sobre o espaço transformando-o em território. Portanto, o corpo pode ser espaço de dominação de classes, do modo de vida e das relações de gêneros. Pois, “desde os primórdios o corpo necessariamente foi o primeiro território de construção das relações e, portanto, de dominação e controle dos indivíduos” (MONDARDO, 2009, p. 2, 3). De igual modo argumenta os escritos da Ong. Sof (2014, p. 23):

É visível a imbricação do capitalismo e do patriarcado, uma vez que o corpo das mulheres constitui um campo em que se expressa a relação de dominação dos homens mais próximos a cada mulher, ao mesmo tempo em que cada vez mais a mesma relação de dominação se expressa no mercado, com alcance ampliado.

Em tal caso, são inúmeros os mecanismos usados pelas empresas globais para dominar os territórios físicos e simbólicos, os quais já possuem experiências centenárias e muitos significados atribuídos pelas mulheres e por suas comunidades que os territorializam, e que são partes integrantes da identidade, da cultura organizacional e da política das pessoas.

Nesse sentido, para o ecofeminismo de Mies e Shiva (1993, p. 41), o corpo das mulheres, e as reservas de riquezas naturais dos territórios tradicionais, são a última colônia instrumentalizada pelo Estado neoliberal. Consequentemente, tanto o território corpo feminino, como os territórios étnicos, passaram a ser alvos de especulação e dominação das estratégias de desenvolvimento econômico global. Para as ecofeministas, “o desenvolvimento tecnológico emana daquilo que já produziu e esgotou, apontando na direção do que ainda permanece intacto”.

Sobre o Estado como mecanismo de colonização dos territórios, Segato (2012, p.110), diz que o “Estado é destruidor de tecido comunitário”, uma vez que ele financia projetos de desenvolvimento econômico como o agronegócio da soja em Campos Lindos e as grandes obras de infraestrutura, que destroem territórios, riquezas naturais e viola o modo de vida dos povos:

Debilita autonomias, irrompe na vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso crítico igualitário, enquanto com outra introduz os princípios do individualismo e a modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, conjuntamente com o racismo que submete aos homens não brancos ao estresse e à emasculação (SEGATO, 2012, p. 110).

A supremacia patriarcal de homens brancos, presente nas relações institucionais públicas e privadas, influenciam o modo de vida comunitário, na medida que reproduzem as relações sexistas por meio das políticas, negociações e cooptação de lideranças. O Estado busca manter diálogo com os homens das comunidades, sem ouvir as mulheres nos processos de decisão²⁰. Em outras palavras, Davis (2016, p. 25) acrescenta que essa cultura patriarcal faz a “[...] clivagem entre economia doméstica e a economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca”.

Entretanto, apesar das influências do capitalismo patriarcal nas comunidades não capitalistas, as relações de gênero nessas comunidades, de modo geral, tendem a serem menos hierarquizadas e menos perversas²¹, uma vez que a supremacia branca masculina nunca conseguiu dominar completamente as comunidades tradicionais e as mulheres. A resistência das mulheres é cotidiana e tem desafiado as sociedades patriarcais (DAVIS, 2016; SEGATO, 2012).

3.2 A representação social das camponesas nos conflitos socioambientais

Ao longo dos últimos tempos foram travadas diversas lutas feministas por emancipação, direitos e liberdade. E as mulheres camponesas também construíram as suas histórias e lutas, tal qual consta as agendas políticas, as camponesas reivindicam: o acesso à documentação; direitos previdenciários; sindicalização; participação política; direito à terra e território; reconhecimento do trabalho da mulher; direito a um ambiente saudável; por uma agricultura sustentável e ecológica e; principalmente denunciando as violências e desigualdades de gênero no campo (SALES, 2007).

²⁰ “María del Rocío García Gaytán, Ministra do Instituto Nacional das Mulheres do México e Presidenta da Comissão Interamericana de Mulheres argumentou que os países onde há equidade de gênero são mais ricos e desenvolvidos. Para ela, as mulheres devem participar da vida política e da tomada de decisões. “A pobreza é obstáculo pra o pleno desenvolvimento humano. Há desigualdades de homens e mulheres, mas há desigualdades entre as mulheres – cor, raça, região etc. são diferenças importantes que podem se transformar em exclusão – precisamos dizer mulheres no plural e sempre devemos pensar em políticas públicas com essa diversidade”, diz Gaytán” (CARNEIRO, 2012, online).

²¹ Reflexões sobre as relações patriarcais nas comunidades originárias, estão disponíveis na publicação CABRAL, Lorena. **Feminismo diversos, el feminismo comunitário**. ACSUR, 2010. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/002488953253b6850c48>. Acessado em: 20 de agosto de 2018.

A conquista mais significativa das lutas feministas no Brasil ocorreu na revisão da Constituição Brasileira 1988, com o reconhecimento no artigo 226, inciso 5, do capítulo VII, que trata da igualdade de gênero na família (BRASIL, p.132). Para as mulheres camponesas foi um grande avanço a revisão do artigo 189 da CF., parágrafo único, onde foi reconhecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres para obtenção de títulos de domínio ou concessão de uso de terras do programa reforma agrária.

No entanto, o direito constitucional da mulher camponesa para obtenção de títulos de terra no programa de reforma agrária demorou 15 anos para ser efetivado. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão administrativo do Governo Federal, só reconheceu esse direito no ano de 2003, com a Portaria 981/2003 (SALES, 2007, p. 441). Porém, só mais tarde, com a Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007 (INCRA, 2007) é que foi revisado as normas e procedimentos para adequar o artigo 2º da Portaria nº 981/03, de forma garantir o direito das camponesas ao Programa Nacional de Reforma Agrária e no Ordenamento da Estrutura Fundiária para as posseiras.

Entretanto, além da morosidade institucional, em relação aos trâmites legais para garantir o acesso das camponesas a reforma agrária e a titulação de terras, entre outras dificuldades, destaca-se a falta de documentação das mulheres, que foi pauta de reivindicações e campanhas públicas das mulheres na década de 1990.

Para as mulheres do campo, o acesso aos direitos só foi possível com o fortalecimento da organização política das camponesas na década de 1980, impulsionadas pelas Conferências Mundiais e pela criação do ano Internacional da Mulher em 1975. Foi a partir da organização política das mulheres a nível nacional e local, conforme ilustrado na figura 9, que elas se organizaram de modo mais efetivo, através de Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), frentes de onde surgiram as primeiras conferências nacionais para ouvi-las, e partir destas pautas foram se configurando políticas públicas que atendessem suas demandas (ANMTR, 2003).



Figura 9 Mobilização das mulheres em Araguaína/TO

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (1991)

As mulheres têm assumido outras tarefas fora do lar, especialmente as mulheres camponesas, que são um apoio importante na organização da produção familiar. Isso porque além das atividades domésticas e de cuidados, muitas trabalham na produção agrícola, no trato dos animais e ainda fazem o enfrentamento nas lutas territoriais e ambientais.

Uma importante luta socioambiental feminista é das quebradeiras de coco babaçu, que reivindicam a preservação dos babaçuais, por ser uma importante fonte de renda para as mulheres e por dependerem dos babaçuais para existirem como uma categoria social. Rêgo e Andrade (2006, p.52), dizem que “[...] são bandeiras de luta levantadas em favor de práticas ambientais e econômicas específicas, assim como do reconhecimento de uma identidade – quebradeira de coco”.

A história das quebradeiras de coco babaçu mostrou que as mulheres devem ser ouvidas, e ter seus pontos de vistas problematizados em relação aos conflitos socioambientais. No caso específico das quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, as mulheres fizeram parte do processo de resistência, assumiram a luta pela terra juntamente com os homens. No entanto, elas perceberam que suas demandas iam além daquela pauta comum da comunidade, pois suas questões específicas exigiam maior organização coletiva das mulheres, em busca de espaços para construir suas estratégias pela conservação dos babaçuais (PACS, 2017).

A organização da camponesas, na década de 90, fortalecida através do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), uma organização em rede

abrangendo mulheres dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, resultou na aprovação de leis estaduais e municipais que defendem a conservação dos babaçuais.

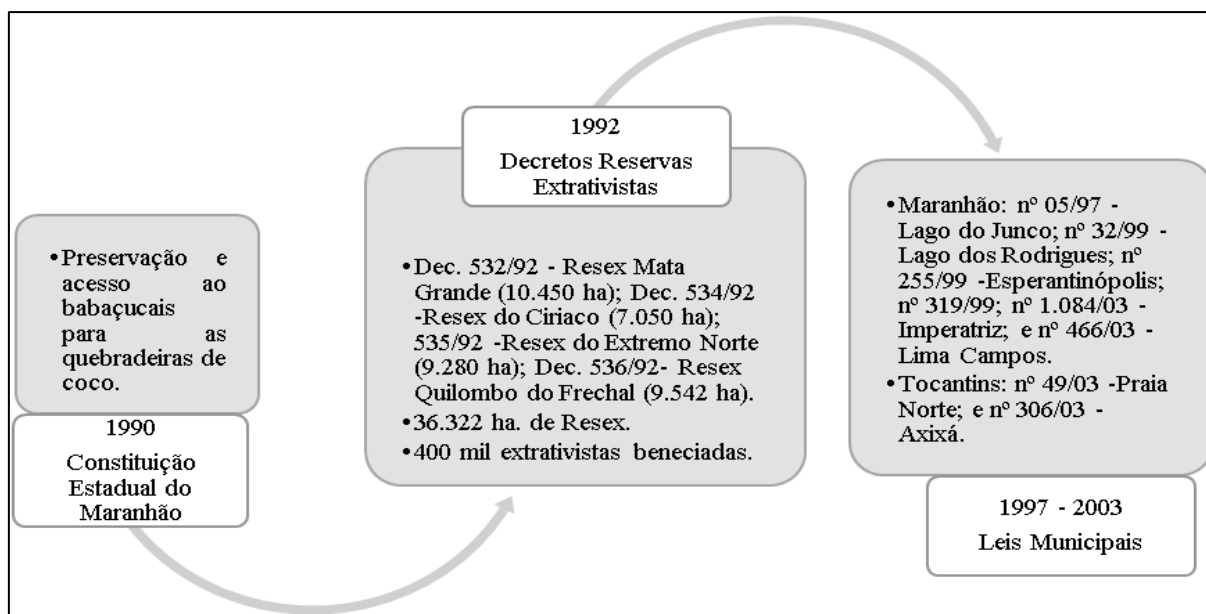


Figura 10 Mapeamento das conquistas das quebradeiras de coco

Fonte: Produzido pela própria autora a partir de dados de Almeida (2004, p. 18) e Neto (2017).

Os babaçuais desde a frente de expansão até a frente pioneira têm disputado espaço com a pecuária extensiva, com o Programa Grande Carajás que abrange os estados do Tocantins, Pará e Maranhão e mais recente com o agronegócio no MATOPIBA na abrangência dos Maranhão, Piauí e Tocantins. Os babaçuais é uma vegetação que tem predominância nos estados: Maranhão com 10,03 milhões de hectares; Tocantins 400.000 hectares; Pará 1.442,800 hectares; Piauí 1.977,600 hectares.

A atividade extrativista do babaçu é realizada predominantemente por mulheres, embora tenha participação dos homens em determinados momentos. É uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitada integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, quebra e venda das amêndoas (NETO, 2017, p. 39).

As quebradeiras de coco perceberam que através do extrativismo do babaçu, que tem sido uma atividade considerada no discurso social como uma fonte de renda “secundária” e “atividade de pobre” (VELHO, 2013), que podiam se constituírem enquanto grupo social político. Todavia, a identidade coletiva da quebradeira de coco babaçu já vinha sendo formada desde o século XX, quando as mulheres em atos solidários se reuniam em pequenos grupos para fazerem a coleta do coco e se protegerem dos jagunços, que as ameaçavam durante a coleta.

A resistência e conquista, das quebradeiras de coco, mostra que as mulheres camponesas construíram grandes avanços na ascensão feminina na esfera pública e privada. Mas, ainda assim predomina nas relações sociais e políticas a definição de papéis diferenciados e assimétricos de poder entre mulheres e homens. Nessa dicotomia de papéis, continua no discurso social e político a mulher como responsável pelo âmbito privado e os homens responsáveis pelo âmbito público (OIT, 2010). Dessa maneira, na divisão sexual do trabalho, a mulher ainda está relacionada ao trabalho doméstico e do cuidado, de forma que sua identidade tem sido caracterizada pelos papéis: mãe, esposa e cuidadora do lar.

Nesse sentido, é possível refletir que a mulher camponesa ainda é subjugada no cenário social e político, uma realidade resultante do modelo patriarcal que permanece enraizado nas estruturas sociais. As relações sexistas, conforme indicam várias evidências, vão sendo reproduzidas pelas representações sociais do cotidiano²². Por exemplo, através da reprodução de práticas e políticas que reforçam a subjugação da mulher e a dicotomização alienadora de papéis sociais, que são elementos constitutivos do sistema capitalista patriarcal (MIES; SHIVA, 1993).

No seu cotidiano, as mulheres camponesas brasileiras, enfrentam diversas desigualdades sociais. E para as mulheres da Serra do Centro e da comunidade Raposa, que vivem em território em conflito com grandes produtores de soja, as desigualdades interseccionam relações de classe, gênero, identidade étnico-racial, ambiental e territorial (DAVIS, 2016).

Assim, percebe-se que as mulheres avançaram no processo de organização, porém ainda existem muitas questões a serem resolvidas que estão relacionadas às desigualdades de gênero, a vulnerabilidade social das mulheres²³ e das comunidades que estão inseridas. E apesar da invisibilidade cotidiana e da condição subjugada, as camponesas continuam resistindo às violações de seus direitos no âmbito público e privado, tornando pública as desigualdades. Elas avançam reivindicando a igualdade de gênero, a libertação das mulheres e a defesa dos bens comuns.

Nesse sentido, a inserção social e política das mulheres nas lutas socioambientais apresentam elementos históricos, que estão em constante processo de construção de novas

²² “As representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico dos processos de influência social”. [...]. (CHARTIER, *apud*. DIELLO; MOSCOVICI, 2007, p. 21).

²³ “A exploração da intersecção entre as variáveis raça e gênero permitiu pôr em evidência que as mulheres pretas ou pardas ainda são as mais vitimadas pelas desigualdades, enquanto os homens brancos e mulheres brancas permanecem como os mais privilegiados. Embora existam desigualdades de gênero na sociedade brasileira, as injustiças em relação aos pretos e pardos são mais intensas, uma vez que as mulheres brancas constantemente atingem melhores índices do que os homens e mulheres pretas e pardas e até que homens brancos, como é o caso da escolaridade” (LEÃO; CANDIDO; CAMPOS; JÚNIOR, 2017, p. 22).

identidades sociais (ENOQUE; BORGES; SARAIVA, 2014). Assim é possível, a partir de Lopes (2004, *apud*. NETO, 2017), pensar que a “ambientalização da luta”, quando associada aos recortes de “gênero e ecológico” e a uma prática ativista por garantias de direitos, resulta na formação de novas identidades.

Deste modo, nos tempos atuais, além das lutas específicas pelos direitos das mulheres, as camponesas se somam nas lutas por valorização do seu trabalho, por reforma agrária e pela defesa dos territórios. Algumas mulheres vão se formando na luta de resistências, politizam-se e constroem identidades na ocupação dos espaços privados e políticos dentro das comunidades. Não parece ser um processo fácil, porque ocorre rupturas no modo de vida pessoal, familiar e coletivo. As mulheres que nascem e renascem neste processo político das lutas feministas e socioambientais, dificilmente voltam a ocupar os mesmos lugares de antes, os novos papéis assumidos muitas vezes são incompreendidos ou rechaçados:

Os caminhos dessa nova identidade podem ser dolorosos, mas as práticas surpreendentes das mulheres indicam que, quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas “opções”, as mulheres já não são mais as mesmas (LOBO, 1996, p. 251).

Nesse sentido, os dados de conflitos do campo organizados pela Comissão Pastoral da Terra, mostram que as mulheres estão cada vez mais protagonizando as lutas territoriais e ambientais. Elas estão assumindo funções de lideranças das suas comunidades e organizações políticas.

Todavia, o protagonismo das mulheres na esfera pública, as expõe a outras formas de violência, conforme mostra o gráfico 2. Nos conflitos socioambientais, as mulheres camponesas estão expostas a violências extremas, acirradas nas disputas por direitos territoriais e ambientais com as forças hegemônicas da fronteira econômica, que a medida em que se expande se chocam contra povos originários e comunidades tradicionais que estão fixadas ou em retomadas de seus territórios:

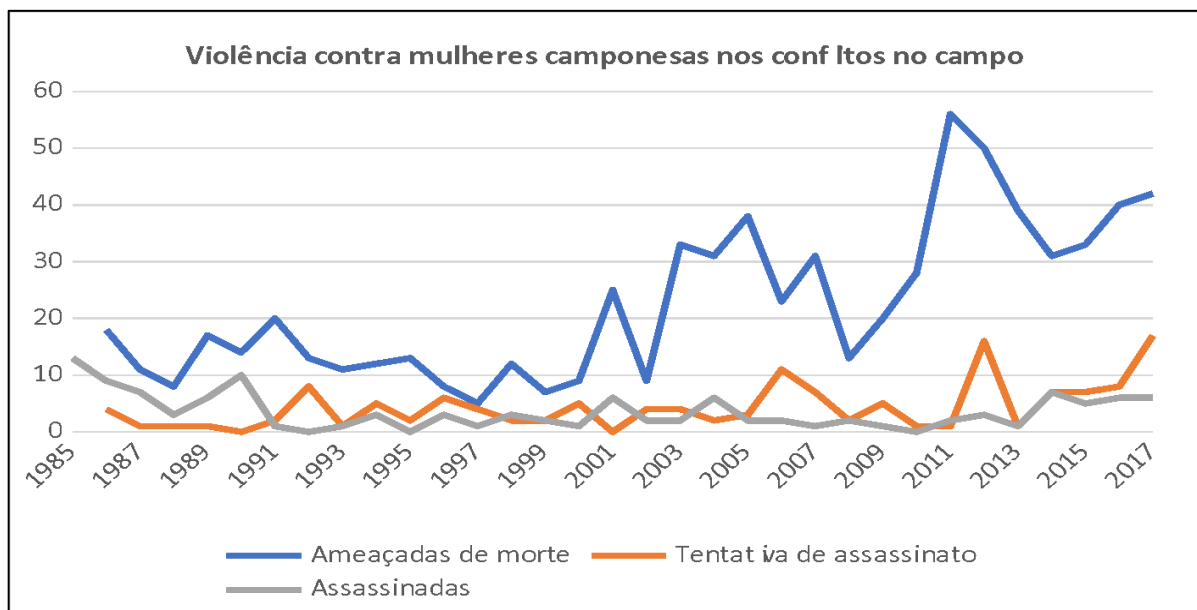


Gráfico 1 Ameaças, assassinatos e tentativas de assassinatos de camponesas

Fonte: Elaborado pela autora (2018)²⁴

Assim, os dados de conflitos do campo organizados pela CPT, mostram que nos últimos 32 anos foram assassinadas 117 mulheres, 140 sofreram tentativas de assassinatos e 729 foram ameaçadas de morte. Vale ressaltar, que as denúncias por ameaças de morte são recorrentes, aparecem em vários registros anuais.

Esses dados, apesar de trágicos, mostram uma crescente participação e ousadia das mulheres. As camponesas passaram a ocupar espaços na esfera pública e têm assumido o protagonismo das conquistas e resistências. No entanto, tem sido alto o custo da ousadia, muitas vão sendo silenciadas, transformadas em números estatísticos dos registros de violência no campo.

O perfil das mulheres assassinadas eram lideranças de acampamentos, assentamentos, comunidades quilombolas, posseiras, lideranças sindicais mulheres indígenas e missionárias. Elas, ocupavam cargos importantes dentro de suas comunidades, e estavam coordenando frentes de lutas contra os grandes interesses econômicos. Pois, o perfil dos responsáveis pelos assassinatos, segundo os dados da CPT (1985 - 2017), apontam a ligação das frentes econômicas aos homicídios. Sendo que as execuções foram através de jagunços (pistoleiros) a mando de fazendeiros, empresas ligadas ao ramo da agropecuária, da mineração e madeireiras.

Para Segato (2016), esse fenômeno da violência contra grupos étnicos tem se intensificado com a “privatização da violência” da “pistolagem e milícias armadas” que usam

²⁴Dados extraídos dos cadernos de conflitos no campo da CPT 1985 -2017. Disponível em: www.cptnacional.org.com.br. Acessado em: 20 de outubro de 2017; 13 de julho de 2018.

técnicas de extermínios de pessoas. Para ela o que tem ocorrido é uma espécie de transferência de papel, que outrora era o Estado que agia com violência por meio das guerras, uma “violência institucional”, mas segundo a autora, atualmente cresce a violência privada com a convivência e omissão das instituições estatais.

Desde modo, os dados apontam a ocorrência de assassinatos de mulheres camponesas em vários estados brasileiros entre os anos de 1985 a 2008, com destaque para os estados do Pará, Minas Gerais, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Espírito Santo. Porém, na última década 2008 a 2017, reduziu os homicídios em vários estados, mantendo uma concentração maior nos estados da Amazônia Legal: Rondônia com 26%, Pará 18%, Maranhão 15%, Mato Grosso 11% e Mato Grosso do Sul /Rio Grande do Sul 7%, Alagoas/Minas Gerais/Rio de Janeiro e Amazonas com 4% (CPT, 1985 -2017, *online*).

Para Gonçalves (2016), a intensificação da violência na Amazônia está ligada às resistências de grupos sociais as estratégias de desenvolvimento econômico a que a região foi submetida. São frentes econômicas controladas pelo Estado e pelas companhias globais ligadas ao ramo da mineração, do agronegócio, da energia e da infraestrutura. São grandes projetos econômicos de interesse privado, mas com fortes parcerias com o setor público, especialmente através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

3.3 As histórias de vida das mulheres da comunidade Raposa/Ribeirão D’anta

As mulheres construíram saberes a respeito do universo público e privado, saberes estes manifestados na sustentação do modo de vida doméstico, de cuidado, na produção e reprodução da vida comunitária. Mas foi relegado por muito tempo o direito de partilharem seus saberes (FEDERICI, 2017), permanecendo as histórias dos espaços e das vivências produzidas por escritos, vozes e pensamentos masculinos (PACHECO, 2015).

É recente as experiências de registros das histórias das mulheres. Só a partir da década de 1970, período do fortalecimento das lutas feministas, que historiadores orais, começaram dar maior importância às histórias de vida das mulheres, como fonte de evidências. Até então, nos registros convencionais, não apareciam os testemunhos das mulheres, as situações vivenciadas por elas, pouco ou nada eram registradas (GLUCK, *apud*. SALVATICI, 2005, p. 31):

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevista não for ela própria uma feminista. É criação de um novo tipo de material sobre mulheres; é a validação de experiências femininas; é a descobertas de nossas próprias raízes; e o

desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais.

Por isso é grandioso a partilha das narrativas de vidas das camponesas. As mulheres fazem um retrato da sua realidade enquanto sujeitas do campo brasileiro, que tem sido pouco evidenciado. Suas narrativas e expressões de satisfação, desconfiança e insegurança, não são meras evidências, mais sim, uma cosmovisão inédita. As narrativas expressam suas angústias e desassossego. São memórias ricas em saberes, mas também, memórias conturbadas pelas desigualdades sociais e pela situação de espoliação que estão inseridas.

Já os registros de suas histórias de vida são ainda mais escassos. No caso específico da Comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, as vozes das mulheres ficaram silenciadas por muito tempo. Seus testemunhos pouco foram ouvidos como fonte de registros, permaneceu nos escassos registros da comunidade apenas os testemunhos masculinos.

As informações aqui sistematizadas são resultados dos registros das histórias de vida (oito mulheres camponesas, na faixa etária entre 26 e 91 anos de idade), da roda de conversa, da oficina de mapeamento social e da observação participante.

E durante as gravações das histórias vidas, pode se constatar que as mulheres da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta não tinham costume de falar em público e muito menos de dar entrevistas, sendo esta a primeira vez para a maioria. No início das narrativas, algumas frases chamaram atenção como, “eu não sei de nada, minha cabeça é fraca”, “eu gosto é de ouvir”, “eu acho que não sei de nada não, porque eu sou anafabeta” (Entrevista Oral, ROSA; EUNICE; FRACICA (nomes fictícios), 3 de dezembro de 2017). Essas frases, lembra o pensamento de Salvatici (2005), onde a autora fala sobre o quanto foi negado à mulher o espaço de fala. E essa reprodução, as fizera acreditar que não eram capazes de emitirem opinião sobre suas realidades.

E durante a pesquisa com as mulheres camponesas da Raposa/Ribeirão D'anta, especialmente na primeira tentativa de roda de conversa, foi possível constatar um dos elementos que contribui para essa insegurança das camponesas. Ficou evidente que no espaço das reuniões comunitárias, as falas das mulheres eram interrompidas e as opiniões eram silenciadas, prevalecendo as vozes e saberes dos homens, esposos e filhos.

Então, logo se percebeu o desafio de tornar as camponesas sujeitas da pesquisa, pois não interessava para esse estudo tê-las apenas como fontes de evidências. Dado que, de acordo com as reflexões de Mies e Shiva (1993, p. 60), os estudos com mulheres devem contribuir para que estas se “apropriem coletivamente de suas histórias, das suas lutas, sofrimentos e sonhos

passados, levaria a algo como uma consciência coletiva, sem qual nenhuma luta por emancipação seria bem-sucedida”.

O relatório antropológico realizado por Santos e Souza (2014), caracteriza a Raposa/Ribeirão D’anta como uma comunidade tradicional da Serra do Centro. O relatório dos autores aponta o povoamento e a formação comunitária a partir de 1973, com a chegada da família Alves da Silva, parentes de Dona Justina, moradora na região desde 1910.

No entanto, na memória das camponesas, a história da comunidade é marcada pela presença das mulheres: Messias e Feliciano, avós do Sr. Filó (1964); Natinha e Rosária (1973); Antônia e Eusimar (1980); e Lurdes (1983) (Oficina de mapeamento social, 30 de junho de 2018). Que assim como Dona Justina, fizeram história na comunidade desde o início. Nos testemunhos das camponesas, além dos homens serem considerados os desbravadores, as mulheres é que enfrentaram grandes desafios, e a partir destes, foram construindo suas trajetórias e as histórias da sua comunidade.

A maioria das mulheres entrevistadas assumiram, muito jovens, grandes responsabilidades com a família e com a vida comunitária. Elas vêm de uma cultura a qual as pessoas casam muito cedo e constroem famílias extensas, com muitos filhos. Um exemplo é Maria, com 53 anos, já é bisavó:

Eu me casei em 1982, aí casei em Balsa. Dia 04 de agosto de 1982 passei para o Tocantins. Em 1983, tive minha primeira filha. Aí fui trabalhando e levando minha vida até hoje, sou mãe dez filhos, vó de treze netos e um bisneto, era para ser dois bisnetos (Entrevista oral, 3 de dezembro de 2017).

A falta de formação formal é um elemento impactante na vida das mulheres. E ele está relacionado, entre tantas dificuldades, ao fato de as mulheres casarem muito cedo e assumirem diversas jornadas de trabalho, inclusive o do cuidado para com a sua família. As mulheres mais velhas da Raposa/Ribeirão D’anta, só conseguiram estudar depois que os filhos cresceram, mas não ultrapassaram o ensino fundamental. Apenas as mais jovens chegaram a cursar o ensino médio.

Outro elemento importante na vida das mulheres é a migração da família em busca de terra. Rosa, matriarca da comunidade, tem um histórico de migração em busca de melhores condições de vida. Pois sua família, é do município de Uruçuí/PI e migraram no início do século XX para o interior do município de Balsas/MA. E depois, na década de 1970, migraram para a Raposa.

A origem das entrevistadas é do entorno da comunidade Raposa. Sendo as mais jovens nascidas na zona rural do município de Campos Lindos e as mais velhas na região Sul do Maranhão: Vale da Boa Esperança e Vereda Boa (município de Balsas); comunidade Buritirana e São Bento (município de Riachão). Constatou-se, que o interior do município de Balsas e Riachão são considerados pelas mulheres uma extensão do seu território simbólico comunitário, uma vez que todas as mulheres participantes da pesquisa são de famílias camponesas, e por muito tempo permaneceram agregadas nas fazendas da região Sul do Maranhão, justamente nos municípios de Riachão e Balsas.

Aí nós morava no Maranhão, nós viemo lutando lutando. Aí tem uma irmã minha que mora desse lado do Tocantins, aí sempre ela... Lá onde morava era muito difícil, ela queria que nós morava aqui junto com ela, aí nós lutemo lutemo, tombando tombando aí nós viemo pra cá. Aí tá com muitos anos que tô aqui pelejando (Entrevista Oral, EUNICE (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

Mas, de acordo as narrativas das camponesas, era predominante a decisão dos homens em relação a busca pela terra. Assim, a decisão da vinda para a região da Serra do Centro, do atual Tocantins, não foi escolha das mulheres, mais sim, dos pais, dos esposos que buscavam terra para trabalhar. A vinda das famílias foi instigada pela necessidade e pelo o sonho da conquista da terra, como também pelos boatos de corretores que diziam que a Serra do Centro era o lugar de “terras livres e baratas”: o lugar de refrigério e o eldorado que tanto atraiu camponeses quanto os grandes produtores de soja (MARTINS, 2009; SERGE, 2011).

No entanto, na memória das mulheres, a vida na comunidade Raposa/Ribeirão D’anta, não era o paraíso descrito por muitos. Algumas famílias chegavam e não conseguiam adaptarem-se ao isolamento do lugar, abandonava as casinhas e iam embora. A figura 11 representa as taperas da comunidades Raposa, que são as casas abandonadas em ruínas, como descrita por Rosa:



Figura11 Tapera Raposa/Ribeirão D'anta²⁵

Fonte: autora (Comunidade Raposa30/06/2018)

Rosa, fala que quando chegou na comunidade não existia donos da terra, mas diz que existiam taperas, que são casas velhas abandonadas por moradores antigos que tinham ido embora abandonando a terra e as casas,

Chegamos aqui tinha muita tapera, só não tinha gente, mas tinha muita tapera. La onde minha nora mora até aqui em cima tinha tapera, na Forquilha. Mas era deixado, ninguém morava. Tinha uns três morador lá na Raposa, tinha outros na Taboquinha, daqui quase uma légua, uns três morador lá. E aqui, esse meio tava vago, da Consulta até aqui na Raposa, não tinha ninguém. E aí, ele veio reparar. Disseram pra ele que aqui era bom e que panhava água no rio e banhava no Rio Mané Alves. Ele achou e tirou aqui para fazer casa pra nós morar, mas eu nunca me engracei desse lugar aqui. Eu pelejava pra ter um sitio, mas nunca prestou um sitio aqui, ainda deu laranja, tangerina, milho, mas num instante morreu tudo, no inverno ainda deu, mas deu cupim e morreu tudo, tem um pé de laranja ainda ali, mas não bota (Entrevista Oral, 3 de dezembro de 2017).

Linda, não tem empolgação para narrar sua história na comunidade:

A vida aqui era assim, quando nós chegamos pra cá, nós fomos batalhar para arrumar o rango pra comer. Tá entendendo? Eu fiquei com eles (filhos) no colégio em Balsa, meu marido comprou esse pedaço de terra, veio pra cá e botou uma roça. Quando ele foi me buscar e eu vim pra cá, ele já tava com o arroz maduro já, afim de nós não morrer de fome. Ele já fez isso, pra quando chegar aqui ter o rango pra comer. Mas pra nós foi difícil, não foi fácil não... é porque a gente não tinha condição assim pra sobreviver, a condição era pouca, nós tinha era muito fí nas costas. Tinha não, tem! Não tem, assim, porque hoje, só mora nós três na casa... Tive oito fí, morreu um, foi tirado em parto cesariano (Entrevista Oral, (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

²⁵Tapera é uma palavra indígena que designa casa velha, aldeia velha ou sitio velho.

Para a Rosa e Linda, da Raposa/Ribeirão D'anta, a vida na comunidade sempre foi de desafios e resistências. Pois mesmo antes da soja, a condição de vida na comunidade já não era fácil, e se agravou ainda mais com a chegada dos produtores de soja. As dificuldades do passado, apontadas pelas mulheres, estavam relacionados a adaptação ao novo ambiente e a falta de estrutura do lugar.

Quando as primeiras moradoras chegaram, não existiam o conflito com os produtores de soja, cada família se estabelecia no pedaço de terra e ia trabalhar para dar conta do sustento e não sentiam necessidade de regularizar a posse da terra. Depois da chegada dos projeteiros (produtores de soja), a dinâmica da região mudou, impactando diretamente o modo de vida das famílias que ali viviam. Elas relatam que a comunidade foi forçada a construir articulações com outras comunidades, com organizações como Sindicato de Trabalhadores Rurais, CPT e buscar apoio de advogados para garantir a permanência na terra.

Nos depoimentos das camponesas é evidente que suas famílias sempre estiveram em luta pela sobrevivência, e a migração foi um elemento marcante nas suas trajetórias. A memória das mulheres lembra o pensamento de Oliveira (2012), que diz que a migração das camponesas e camponeses do Sul do Maranhão para o Tocantins, não foi espontânea, mas sim, uma migração forçada pela expansão da frente econômica que transformou o agrário/agrícola impossibilitando ali, a reprodução do campesinato maranhense.

Para Oliveira (2012), o sul do Maranhão na década de 1980, em especial o município de Balsas, passou por profundas mudanças na produção agropecuária, com a substituição da pecuária extensiva e itinerante para uma agricultura empresarial moderna. A agricultura de base capitalista, implantada na região através da migração dos gaúchos, transformou as relações de trabalho estabelecidas no interior das fazendas, extinguindo o lugar do agregado e estabelecendo novas relações de trabalho com base no assalariamento.

No contexto mais amplo, a nível da região da Amazônia Legal, ocorria a expansão da frente econômica através de grandes projetos de infraestrutura, mineração, pecuária e migrações de nordestinos e sulistas, incentivadas pelo Estado brasileiro (MARTINS, 2009; VELHO, 2013).

As inovações globais que se instalaram no campo na região Sul do Maranhão, na década de 1980 (FERREIRA, 2008, p. 228) e mais tarde na década de 1990, na Serra do Centro, no município de Campos Lindos, impôs uma contraposição de modelos e modos de vidas com tempos históricos diferentes, onde o espaço-ambiente torna-se limite (MARTINS, 2009). Limite também, porque conforme o Atlas do Agronegócio (2018; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018), a crescente especulação imobiliária tem

incorporado novas áreas para a produção de *commodity*. Pressionando os territórios tradicionais e expulsando as famílias camponesas que não tem suas terras e territórios regularizados.

Vale ressaltar que os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas, bem como as violências que recaem sobre elas, as têm colocado sempre numa condição de vítima e subjugadas. Do mesmo modo se observa nos estudos de Esterici (1987) Martins (2009) e Velho (2013), que evidenciam tais conflitos nas disputas de terras e territórios, e nas frentes de expansão da região de convergências dos biomas Cerrado-Amazônia, mas que inserem poucos relatos sobre as camponesas, nos quais elas são retratadas sempre como vítimas e subjugadas.

Não que as mulheres não fossem vítimas, mas o que é importante ressaltar aqui, é que, por trás da condição de subalternas, existiam e existem experiências cotidianas de lutas e resistências dessas camponesas. Elas enfrentaram e enfrentam grandes desafios nos processos de migrações em busca de terra e trabalho, tem-se como exemplo: as quebradeiras de coco-babaçu que enfrentavam jagunços e fazendeiros; as mulheres peãs que enfrentavam os perigos nos campos e florestas; as retirantes nordestinas que saíam em busca de melhores condições de vida, tendo que se adaptar a um ambiente diferente. Todos esses exemplos de mulheres, remete às características das camponesas da Raposa/Ribeirão D'anta.

Outro aspecto que contribui para a invisibilidade das camponesas é o controle social da mulher. Esse controle nas relações de convivência ganha vazão nos ditos populares, naturalizando a condição subjugada da mulher. O ditado popular “No homem nada pega, a não ser o roubo; ele pode cair num barreiro que depois de limpo é o mesmo homem. Mas a mulher é feito leite: qualquer ponto de sujeira toma conta e estraga tudo” (VELHO, 2013, p. 120), é bem conhecido nas comunidades camponesas, usado principalmente para inibir e moldar a conduta sexual das mulheres. Em Esterici (1987), encontra-se a seguinte condição da mulher camponesa peã que acompanhava os homens no extrativismo pelos campos e florestas:

O chefe de time²⁶ leva consigo a esposa para o local de trabalho, ou, na ausência de uma esposa, consegue firmar uma relação de exclusividade com determinada mulher e, então, impõe a barreira da exclusividade avocando para si e sua companheira a condição de “famílias”. Nem sempre, no entanto, as mulheres que trabalham no time são mulheres do chefe de time e, com mais razão nestes casos, podem surgir dificuldades, principalmente no que se refere à esfera de autonomia do núcleo familiar (ou do par conjugal) que tem que ser, a todo custo, preservados, de tal modo que a mulher só esteja diretamente subordinada ao marido (ou ao homem que ela acompanha). Se esta regra foi rompida, a presença da mulher se inviabiliza. (ESTERCI, 1987, 164).

²⁶O chefe do time é o gato, que é a pessoa responsável pelo o grupo de peão nas empreitadas de trabalhos nas fazendas.

Esses relatos da condição da mulher demonstra uma dicotomia de valores morais entre homens e mulheres, que ainda é muito presente nas famílias camponesas. Essa hierarquização das relações sociais, estabelecida historicamente, impede a valorização das atividades femininas, como relata Dona Joana: “aqui minha fia, as mulheres trabaíam mais que os homens, só não é visto, mas trabaia” (Entrevista Oral, JOANA (nome fictício), 30 de junho de 2018).

Contudo, encontra-se na obra “Uma subversiva no fio da história” (AZEVEDO, 2016, p. 74), a representação da mulher negra do interior do Maranhão, “[...] “um status mais elevado da mulher”, o que lhe concedia “um maior grau de independência econômica em relação aos homens”, nessas comunidades camponesas as “uniões informais eram comuns e casamentos católicos a exceção”.

À vista disso, o perfil das mulheres da Raposa/Ribeirão D’anta se aproxima do perfil das camponesas negras descrito por Azevedo (2016). Nas narrativas das camponesas entrevistadas, elas mostram que desempenhavam e desempenham, importante papel na reprodução social de suas famílias. Pois, além de proporcionarem o conforto aos familiares por meio das tarefas domésticas, exercem atividades de alto consumo, de cuidados e de segurança enquanto os homens vão em busca de terra e trabalho. Joana, é um exemplo: “Minha fia, eu trabaio de roça, eu capino, eu corto pau, prantar as coisas. E minha hortinha eu faço. Meu alimento: pranto tomate, pranto alface, pimentão, melancia é uma abobora, porque a luta no verão não é fácil, tende moiar” (Entrevista Oral, 30 de junho de 2017).

As camponesas se colocam como mulheres de batalhas e as narrativas reproduzem as trajetórias de vidas de constante lutas de resistências. Desde a resistência a pobreza, a exploração da mão de obra, a defesa dos bens comuns e as lutas territoriais. Assim, parece que a resistência ao avanço das lavouras de soja, se configura como mais uma batalha enfrentada pelas mulheres. E é percebido que as desigualdades sociais entre homens e mulheres na comunidade se acentua com a implantação do Projeto Agrícola Campos Lindos, que impõe relações sexistas mais perversas sobrecarregando as mulheres.

4 OS SABERES E OLHARES DAS MULHERES DA RAPOSA/RIBEIRÃO D'ANTA

Aqui serão apresentadas, em forma de mapeamento social, os saberes e olhares das mulheres camponesas, reproduzidos e sistematizados a partir das memórias, das reflexões coletivas nas rodas de conversa e da representação do território através do mapa de esboço.

O mapeamento buscou dar conta dos objetivos propostos neste estudo, a saber: compreender as relações das mulheres com o meio ambiente e com comunidade e as transformações no território provocadas pelos impactos da soja.

Para tanto, as reflexões expostas foram guiadas pelas duas questões orientadoras da pesquisa: Qual o olhar e a compreensão das mulheres camponesas sobre os impactos socioambientais gerados pelas lavouras de soja do Projeto Agrícola Campos Lindos? E de que forma esses impactos interferem no modo de vida das mulheres nas comunidades tradicionais?

Nas reflexões abordadas, surgem duas questões guarda-chuva²⁷: o desassossego das mulheres camponesas, compreendido como uma situação de tensão vividas a partir do despejo de outubro de 2016 e da degradação ambiental no entorno do território; e a produção de vida no espaço da Raposa/Ribeirão D'anta, que é a produção de alimentos e a participação das mulheres na reprodução social da comunidade.

4.1 O mapeamento social como instrumento de resistência e autonomia das mulheres

Durante a pesquisa de campo, no convívio com as mulheres camponesas, observou-se que elas eram muito desconfiadas com a presença de pesquisadores. Com esse entendimento, foi necessário abordar um método mais participativo, onde as mulheres pudessem perceber que eram parte do processo da pesquisa. Assim, as camponesas, participaram como fontes de informações e como pesquisadoras. Nesse sentido, para eleger e utilizar métodos apropriados para as necessidades desta pesquisa, buscou-se justamente enfatizar os saberes das mulheres que tem sido pouco potencializado na organização política da comunidade, a saber, a oralidade e a produção de símbolos. Como visto no subcapítulo 3.3, as mulheres foram historicamente impedidas de expressarem suas histórias de vidas, permanecendo reprimidas nos seus conhecimentos e nos espaços coletivos, logo, para a pesquisa foi necessário formas de abordagem que pudesse desbloquear o que foi sempre socialmente bloqueio ou silenciado.

²⁷A questão guarda-chuva, trata-se de um conjunto de problemas que as mulheres destacaram com os impactos da soja, bem como, um conjunto de elementos que compõe a rede de sustentação da vida das camponesas.

Todavia, é da cultura camponesa a troca de saberes por meio da oralidade e da produção de símbolos. É de costume das mulheres camponesas contar “causos”, comunicar os acontecimentos tristes e alegres por meio das rodas de conversas, seja na fonte de lavar roupa ou nos encontros das vizinhas e comadres. Os traçados de mapas no chão ou no pedaço de papel também são usados para indicar endereços ou fronteiras de suas terras e comunidades.

Para Acselrad (2008), a prática do traçado de mapas no chão é denominada de cartografia efêmera ou cartografia de esboço. É um conjunto de técnicas que fazem parte das metodologias da cartografia social, que se expandiu por volta de 1990 (TORRES; GANOA; CORREDOR, 2012).

A cartografia social tem sido desenvolvida mundialmente por “agências governamentais, ONG’s, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades e entre outras” de países como Brasil, Canadá, Alasca, Estados Unidos, países da América Latina, Ásia e África (ACSELRAD, 2008, p.14).

A cartografia social é um importante instrumento de luta dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. E o mapeamento social se situa como um instrumento interdisciplinar, possível de ser utilizado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. De fácil compreensão, o mapeamento social pode ser uma combinação de técnicas cartográficas, com os saberes tradicionais geográficos, hidrográficos, etnobiológico e cultural a respeito do lugar. “O processo cartográfico e os mapas são como produtos, materiais pedagógicos e investigativos com alta densidade de informação” (TORRES; GANOA; CORREDOR, 2012, p. 60), pode auxiliar nas reivindicações territoriais e nos debates políticos, jurídicos, administrativos e educativos de diversos grupos sociais.

Todavia, é importante ressaltar, que não é simples construir mapas comunitários no coletivo. As pessoas partem de diversas formas de ver o lugar que vivem e as relações que estabelecem com o território. Por mais que convivam em uma comunidade, os olhares, saberes e fazeres das camponesas, não são iguais. Cada uma parte de um ponto de vista, que está relacionado com sua cultura e identidade.

O processo do mapeamento social dos saberes e olhares da mulheres da Raposa/Ribeirão D’anta, não objetivou homogeneizar os conhecimentos, mas sim, fazer descrição/reflexão/sistematização das narrativas das histórias de vida, das rodas de conversas, da linha do tempo e da construção do mapa dos espaços de vivências das mulheres, possibilitando a visualização dos elementos que dão sustentação ou ameaçam seus modos de vida.

Na oficina do mapeamento social, estiveram envolvidas mulheres com idades entre 20 e 61 anos, que estavam residindo há mais de 5 anos na Raposa/Ribeirão D'anta. Quando apresentados os mapas oficiais, se observou que algumas mulheres não conheciam a cartografia do município, sendo aquele o primeiro contato. E quando apresentado a proposta de construir o mapa da comunidade, houve estranhamento, pareciam que não tinham familiaridade com a prática de desenhar.

Por sua vez, o que motivou o diálogo entre as mulheres foi a construção da linha do tempo da comunidade, conforme a Quadro 3. Nessa dinâmica, as mulheres mais velhas, se sentiram à vontade e foram destacando os elementos sobre a ocupação da terra. Fizeram memória das primeiras moradoras da comunidade, da produção agrícola do passado e do presente, os conflitos socioambientais com a chegada dos produtores de soja e a evolução das doenças que as afligem. Vale destacar que esse foi um momento de formação, onde as moradoras mais novas foram conhecendo a história da comunidade.

Quadro 03 Síntese da linha do tempo comunidade Raposa/Ribeirão D'anta

Período	Contexto histórico
1964 – 1973	Chegada das primeiras moradoras: -Rosária, Messias, Feliciano, Natinha, Eusimar e Lurdes; Serviço público da SUCAM; A escola era particular, poucas mulheres tinham oportunidade de estudar Doenças: febre, catapora e sarampo (uso de remédios naturais e garrafadas); Existia muita água nos rios, veredas e brejos; Tinha mais produção (feijão, farinha, fava, arroz e etc.); Não tinha estradas, muitas dificuldades no transporte; Na Raposa só tinha 5 moradores e no Ribeirão D'anta 1; Não tinha fazendeiros.
1980 -1994	Chegada dos primeiros gaúchos; Início da produção de soja em substituição da criação de gado; A relação dos fazendeiros com os posseiros era tranquila; 1985 -Início dos conflitos; Aumentou a presença de gaúchos; Aumentou o desmatamento; Terras baratas; Ainda tinha muito peixe piabanha no rio; 1991 - Maior contaminação dos rios com veneno, reduziu os peixes.
1997 – 2014	1997 -Criação do Projeto Agrícola Campos Lindos; Expulsão dos moradores, projeteiros obrigam moradores a saírem do lugar/casa/região. 1998 – 2000 -Migração forçada; Presença do Estado para regularizar as terras (Itertins); Contaminação das fontes de água com veneno (água doente); 2014 -Novos moradores (famílias sem terra) Ameaças de despejo; Aumento do desmatamento das cabeceiras de rios e na serra;
2016 - 2018	Despejo – presença da polícia (32 carros). Agressão física; Ameaças de demolição das casas; Danos morais e materiais;

	Doenças: diabetes, hipertensão, problemas nos rins, fígado, asma, bronquite; Doenças relacionadas a água: no inverno coceira na pele, no verão gripe e febre; 2017 - Retorno das famílias despejadas; Não existe transporte coletivo; Não pode criar animais solto; A produção de alimento continua as mesmas coisas; 2016 -Despejo – presença da polícia (32 carros). Agressão física; Ameaças de demolição das casas. Danos morais e materiais.
--	---

Fonte: Autora. Dados produzidos a partir da roda de conversa com mulheres da Raposa/Ribeirão D'anta (2 fevereiro, 2018).

As mulheres, diante do papel sulfite A4, das canetinhas e do giz cera coloridos, se demonstraram estar inseguras para desenhar (algumas ficaram só observando). E por um instante, o diálogo travou. Uma escrevia na cadernetinha e outra fazia rascunho na folha A4. Depois, foram delineando os primeiros elementos do mapa. Não havia consenso, eram muitas ideias diferentes para iniciar o mapa. Aos poucos, as mulheres foram compreendendo a importância de retratar a realidade atual da comunidade. Elas retomaram o diálogo, planejaram e negociaram informações que julgavam importantes para compor o mapa.

Nas figuras 12 e 13 são representados os primeiros passos da construção do mapa da Raposa/Ribeirão D'anta. No início, as jovens estavam mais familiarizadas com a ideia de desenhar. E com a orientação das mulheres mais velhas, iniciaram a construção do mapa pelos elementos de consenso entre elas: os córregos delimitando as fronteiras e localizando individualmente as casas das moradoras; as árvores do cerrado com identificação das espécies e a utilidade na alimentação e no uso medicinal; as lavouras de soja cercando a comunidade e os impactos negativos provocados pelo plantio da soja:



Figura 12 - As mulheres jovens fazendo os primeiros traços do mapa

Fonte: autora (Oficina de Mapeamento, 30/06/2018).

**Figura 13 - As mulheres mais velhas fazendo o mapa**

Fonte: autora (Oficina de Mapeamento, 30/06/2018).

No tecimento da realidade do território, encontra-se um mosaico de saberes e olhares das mulheres sobre as suas condições de vida. A representação cartográfica na figura 14, evidencia o território, os espaços ocupados pelas mulheres e os desafios cotidiano tensionados pelos impactos das lavouras de soja. O exercício da construção do mapa, antecedido pelos exercícios das narrativas e da roda de conversa, possibilitou a elas se enxergarem no território, através das percepções e sofrimentos, e fortaleceu as relações de confiança no processo da pesquisa.

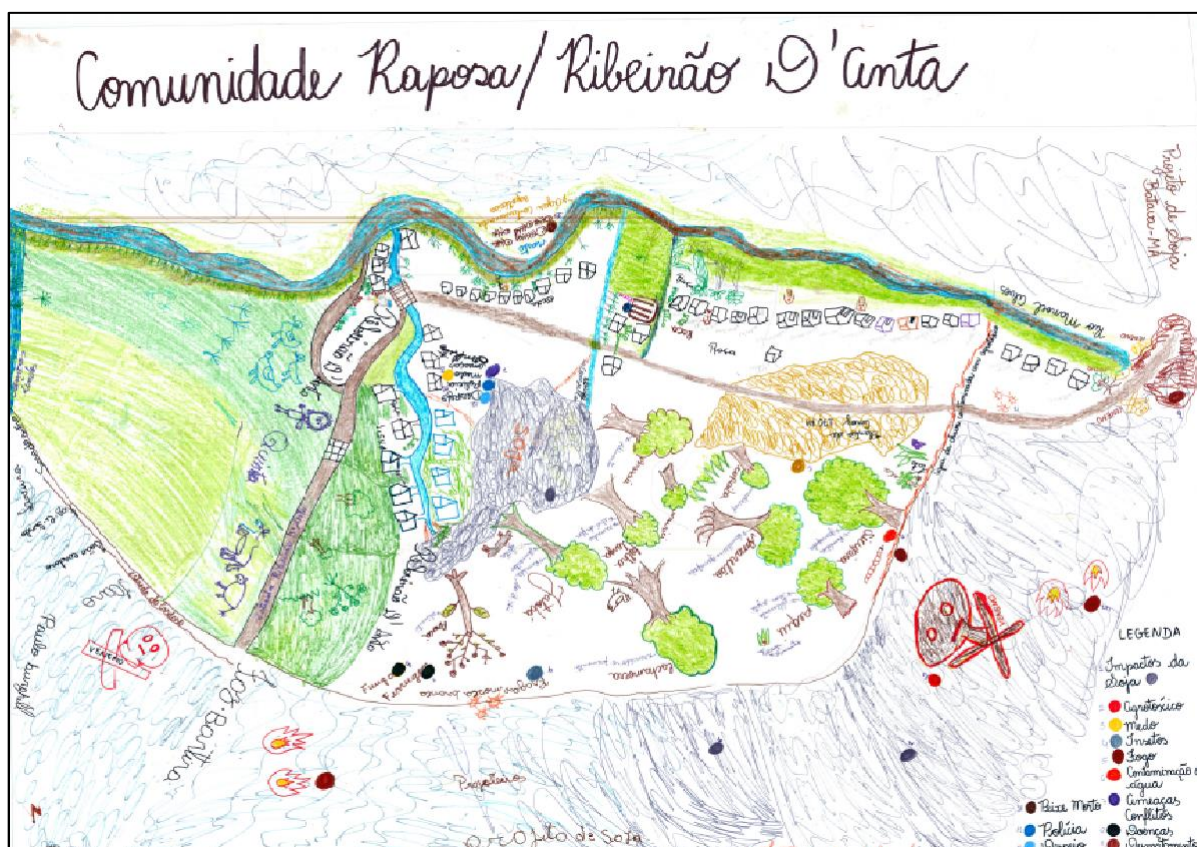


Figura 14 - Mapa social do território da Raposa/Ribeirão D'anta

Fonte: Autora (Oficina de Mapeamento, 30/06/2018).

Ao reproduzirem a ocupação do território da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta, as mulheres criaram duas categorias de elementos: uma que dá sustentação aos seus modos de vida e outra categoria que ameaça e impacta negativamente seus modos de vida, como descrito no quadro 4:

Quadro 4 - Descrição do mapa social da Raposa/Ribeirão D'anta

Elementos que dão sustentação a vida das mulheres	Elementos que impactam a vida das mulheres
Rio Manoel Alves, Córrego Ribeirão D'anta e Córrego Consulta;	Cercando da comunidade pela soja do Projeto Campos Lindos e da Batava, em Balsas/MA;
Fontes de lavar roupa;	As fazendas e os projeteiros (sojicultores), são considerados ameaças pelas mulheres;
Mulheres;	Novas lavouras de soja sendo implantada dentro da área preservada da comunidade;

Hortas;	Contaminação por agrotóxicos no Rio Manoel Alves e os córregos Ribeirão D'anta e Consulta, provocando morte de peixes e doença de dermatológica nas crianças;
49 casas que representam as famílias;	Pragas e insetos (mosca branca, ferrugem e fungos) atacam as roças das famílias;
Sítios (com frutíferas); Roças de produção de alimentos;	Fogo nas lavouras de soja tem prejudicado a comunidade;
Criação de pequenos animais (galinha, suínos) e criação de gado curraleiro;	Despejo com uso da força policial tem amedrontado as mulheres e seus familiares, provocando insegurança da posse da terra;
Áreas de cerrado preservadas dentro da comunidade;	Medo - conflitos e ameaças por parte dos fazendeiros;
Árvores do cerrado que contribuem para alimentação: pequi, murici, araçá, tucum;	Aumento das doenças no período chuvoso pela exposição da população aos agrotóxicos aplicados na soja;
Árvores que servem para cuidar da saúde humana e dos animais: sucupira, amarelão, copaíba, folha larga e cachamorra;	Desmatamento.
Os animais silvestres: anta, tatu, cobras e aves.	-

Fonte: autora (2018).

Mas, foi através da roda de conversa, com o encontro das vizinhas e das comadres, representada na figura 15 e descrito no quadro 5, se ampliou o diálogo com as camponesas, sobre as relações de gênero na família e na comunidade. Outra informação, que apareceu na roda de conversa foi o trabalho nas lavouras de soja, realizado principalmente, pelos maridos e filhos. Pois de acordo com os relatos das mulheres, em todas as famílias tem alguém que já trabalhou ou está trabalhando nas fazendas de soja.



Figura 15 - Roda de conversa mulheres da Raposa/Ribeirão D'anta

Fonte: autora (Roda de conversa, 27/02/2019)

Quadro 5 Síntese da Roda de conversa das mulheres da Raposa/Ribeirão D'anta

Roda de conversa com as mulheres
<i>Religião</i> – evangélica e católica; conflitos entre as pessoas; culto itinerante; reza de Santo Reis (participam católicos e evangélicos);
<i>Carinho</i> – dar e não esperar receber; carinho dos filhos; falta de carinho entre casais
<i>Liberdade</i> – antes só comia quando o marido chegava, as vezes dormia sem comer; os homens podem sair para onde quiser, as mulheres quando saem, eles ficam reclamando”; “poder ir vir e usar o que quiser”; “o homem reclama quando a mulher compra alguma coisa”; “não me prende não, não vivo preza”;
<i>Dor</i> – “não poder ajudar o outro”; “dor é normal”; “dor na junta e coluna”; “trabalhar no pesado: capinar, pegar lata de feijão, carregar lata d’água na cabeça, juntar coivara para queimar, lavar roupa e carregar criança”, “acidente de moto, dores que não passa e piora com o transporte;
<i>Poder</i> – “ter um trabalho que pagasse direito e respeitasse as regras trabalhistas”; “independência financeira”; “mulher é o tempo todo preocupada e ajeita as coisas”; “as vezes tem o poder, mas não tem o querer”; “ter acesso as coisas”; “os homens trabalham na roça só para o consumo”; “tem o machismo, os homens não escutam a opinião das mulheres”;
<i>Feminista</i> – “ter opinião própria”; “ser independente”; “ser capaz de assumir os gostos e ser capaz de dizer o que não gostou”; a camponesa Vera, se assume como feminista;

Vida boa – “ser feliz, ter saúde, dinheiro e fazer o que gosta”; “trabalhar na roça todos os dias (apanhar arroz, descascar mandioca, fazer tapioca e farinha de puba”; “gosto de trabalhar na roça, não gosto de arrumar a casa”; “ir dormir e ouvir o boa noite dos filhos”; “famílias unida”; “nem tudo na vida é dinheiro”; “ter trabalho; “dormir tranquila sem violência”; “a escola podia ser melhor”; “podia ter telefone e posto de saúde”; agora está bom, antes não tinha moto, ia de bicicleta para Campos Lindos”; “ter acesso a carro e moto é uma vitória”; “a mudança veio em 2011, veio depois da soja, melhorou com as estradas e empregos nas lavouras. A desvantagem, desmatamento, veneno nos rios”; “a energia chegou em 2012, Programa Luz para Todos”; “antes só tinha carreirinho, ia de bicicleta até Goiatins”;

Sexo – “não aceita imposição sexual”; “quando casou era obrigação, hoje não tem interesse”;

Violência – “Desfazendo uns dos outros”; “presença de homens armados na comunidade”; “violência pai com filho”; “uso de droga”;

Segredo – “coração dos outros, é terra que ninguém anda”

Fonte: autora (02/02/2018).

No exercício do mapeamento social, se evidenciou como as relações de poder na comunidade são desiguais entre homem e mulher, a invisibilidade das mulheres provocadas pelo sistema capitalista patriarcal é igualmente reproduzida nas relações internas. Mas, as camponesas demonstraram muita dificuldade em abordar sobre as relações de gênero, principalmente, sobre as relações afetivas, sexuais e de violência doméstica física. No universo das narrativas e olhares das mulheres, predominou as narrativas e expressões de defesa do território, visto que apesar do conflito com os sojicultores, as camponesas permanecem com raízes profundas no território.

4.3 O desassossego: insegurança da posse da terra e degradação ambiental

Faz parte da cultura camponesa a busca pelo sossego, o lugar de refrigério (MARTINS, 2009). Essa busca muitas vezes é motivada pela necessidade de sobrevivência, mas em outras vezes, ela tem uma motivação bíblica, inspirada na crença divina da “terra de Canaã, terra que corre leite e mel”. Tanto a necessidade, como a crença, são elementos mobilizadores de migrações de diversos grupos sociais em busca do lugar de sossego ou sair do desassossego.

O termo desassossego, reincidente nas narrativas das mulheres camponesas, segundo o dicionário Aurélio Online²⁸, significa: “privar do sossego; inquietar; perturbar” e tem como sinônimo as palavras: “alarmar; alvoroçar; alvoroçar; preocupar; e sobressalta”. Também, se encontra na obra “Livro do desassossego”, de Fernando Pessoa, a descrição do desassossego

²⁸AURÉLIO. Dicionário do Aurélio Online 2018. Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/desassossego>>. Acesso em: 13 de Mar 2019.

como “privações, angústias, e aquele sofrimento que nasce da indiferença que provém de ter sofrido muito”²⁹. A palavra desassossego, aparece constantemente nas narrativas, quando as mulheres fazem memória ao conflito com os projeteiros.

No conflito da Serra do Centro, além da disputa por terra, existe a disputa entre dois modos produção, de um lado o modo de viver e produzir camponês, e do outro, a produção agrícola industrial. E as mulheres vivem a pressão da ameaça de despejo e a degradação ambiental, em razão de que na lógica da produção agrícola industrial, não há lugar para os saberes e fazeres das camponesas, sendo o Estado com todo o seu aparato de guerra, como ilustrado na figura 16, um elemento a serviço deste modo de progresso, e para isso, expulsa da terra as mulheres e suas comunidades que não se enquadram no modelo de desenvolvimento econômico moderno instalado na Serra (MIES; SHIVA, 2003).



Figura 16 - Força policial no despejo na Serra do Centro

Fonte: Arquivo CPT (Serra do Centro, 2016)

No passado, antes das lavouras de soja, as mulheres e suas comunidades eram invisíveis ao poder político, econômico e jurídico do Estado. Na sua invisibilidade, as mulheres tinham seus próprios costumes e dinâmicas, que definiam os limites e fronteiras das terras. Dessa

²⁹PESSOA, Fernando. O livro do desassossego. Luso livro uma nova forma de ler. Disponível em: <https://www.luso-livros.net/wp-content/uploads/2013/11/Livro-do-Desassossego-.pdf>. Acessado em: 13 de março de 2019.

maneira permaneceram por muito tempo, sem as cercas e propriedade da terra, pois a terra não tinha dono. Por isso no território tinha sempre um lugar para aquelas famílias que precisam da terra para sobreviverem. A terra era de uso comum, aberta, não propriedade individualizada e as negociações das posses entre famílias não eram valorizadas pelo mercado de terra, mais sim valorizada pelo trabalho empenhado na construção das benfeitorias (casas, sítios e roças).

A itinerância fazia parte dos costumes das famílias camponesas da Raposa. Eram constantes as migrações internas ou nas proximidades do território, a terra não era fator de impedimento da migração voluntária. As famílias iam e voltavam sendo orientadas pela busca do seu sustento. Elas sabiam que para onde fossem, podiam chegar e fazer suas roças de toco, criar pequenos animais, coletar os frutos do cerrado e caças de animais silvestres sem nenhum tipo de embaraço.

Para Luzimar, moradora há mais de trinta anos, a terra na comunidade era dada em abundância, “Todo mundo chegava, ali tem um pedacinho de terra, não tinha ninguém, podia chegar e arrancar e morar... não tinha ninguém, ninguém impedia. Gente criava porco... hoje, os porcos se ficar solto, com um quilometro está na terra alheia” (Entrevista Oral, LUZIMAR (nome fictício), 30 de junho de 2018). Esse pensamento de Luzimar, assemelha-se a ideia de Mies e Shiva (1993, p. 138), quando as autoras falam que a terra é como mãe sagrada para as mulheres e suas comunidades tradicionais, no sentido de que a terra para essas pessoas não é uma “mera propriedade”, é o lar, o trabalho, o espaço coletivo, cultural e espiritual.

Por isso, antes das lavouras de soja, não era necessário documentos para viverem na terra. Quem precisava da terra para sobreviver, “podia chegar, arrancar e morar” (Entrevista Oral, LUZIMAR, 30 de junho de 2018). Nesse sentido, o significado da terra na região da Serra do Centro sofre grande transformação. A terra que era vista como espaço de produção de vida para as mulheres e seus familiares, passou a ser loteada, como propriedades privada, perdendo a dimensão sagrada e coletiva. Para Luzimar, essa transformação, é o “desassossego” daqueles que encontrava na terra da Serra do Centro, a liberdade e a reprodução social da família:

Meu pai, na época, toda vida morava em cima de terra aleia, toda vida foi agregado, aqui na época era terras do Estado, aí o Itertins veio e fez os lotes, aí chegou o tempo do corte das terras, aí cada quem mora em cima das suas terras, teve aquela época que todo mundo fez o documento da terra, nossa terra é documentada. E já alguns não passaram.

A transformação da terra e da paisagem natural não ocorreu a partir da dinâmica da população local, veio de fora para dentro, carregada de visões e posturas de dominação. A implantação das lavouras de soja, como sinônimo de modernização da região, conforme o

enunciado do boletim informativo da Feira da Agrotins de 2012, na figura 17, ignorou as mulheres e toda a população local. Pois os que chegaram de fora, os projeteiros, amparados pelo Estado, como provedores do desenvolvimento, impuseram um modelo de produção e de relação com a terra e com o meio ambiente divergente com a realidade local.



Figura 17 - Propaganda da soja mudando Campos Lindos

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (2012).

O discurso na divulgação dos resultados da soja, da figura 17, demonstra entre outras coisas, que os produtores de soja estão em disputa de espaço e buscam dominar a agricultura do município. Ao darem ênfase ao crescimento econômico de Campos Lindos, por meio da soja, buscam tirar o foco do conflito socioambiental e atrair novos investidores.

Mas, a dinâmica da produção agrícola industrial, que mudou Campos Lindos e Serra do Centro, é incompatível com o modo de vida das mulheres camponesas. E os elementos que sustentam a vida das mulheres são empecilhos para produtividade das fazendas de soja. Por isso, para as camponesas, o desassossego chegou junto com os projeteiros.

As mulheres traduzem o medo da polícia, a insegurança da posse da terra, as ameaças, a perda do sustento da família e a degradação ambiental, tudo isso no termo desassossego. E por não conhecerem os termos jurídicos e as ações judiciais, as mulheres, mesmo com suas terras tituladas, não se sentem seguras, se angustiam e temem serem despejadas ou expulsas juntamente com as famílias que não têm títulos da terra.

Para Maria, moradora desde 1982, a permanência na terra, não tem sido fácil, a “comunidade teve que se movimentar” e segundo ela, as mulheres sempre estiveram nessa luta:

Foi muito difícil, pois para nós adquirir essa terra, nós tivemos que fazer grupo. Grupo grande mermo para poder nós adquirir. [...]Ah, era difícil, era tanta mulher que ia, tinha delas que tinha medo, mas ia. O importante era nós acompanhar, pois o meu marido só ganhou por causa deu. [...] Era quase todas, quando tinha reunião era quase todas. Era eu, era as minhas cunhadas, só minha sogra que não acompanhava. O pessoal da Raposa ali todo mundo acompanhava. Para fazer viagem para qualquer lugar, a gente botava a bolsa nas costas e arrocava. Para Goiatins mesmo nos fomos uma vez que teve audiência nessa época da nossa terra, nós todos mundo fomos de pé até o rio Centro... mais ou menos uns quinze quilômetros. Nós fumos de pé, aí o fazendeiro atacou nós lá. Ele atacou nós dizendo que nós não passávamos. Aí todo mundo, até as mulheres desceram do caminhão, aí dissemos: olha quando o senhor chegou aqui já existia essa estrada. [...]não tinha negócio de dizer que só homem não, as mulheres tinham mais garganta que os homens. Que eu mesmo, foi que lutei pela terra para meu marido, e povo dizia: "não deixar não, isso aí é só para vocês ficarem sem a terra de vocês". Aí disse até uma gracinha para ele nesse dia: você não quer não, pois quando conseguir você vai morar de favor. A terra só não saiu toda no meu nome, porque no dia era para fazer a vistoria lá para botar os nomes para vim o título e eu estava de nenê molinho, aí ele fez o CPF e assinou, mas todas as assinaturas foi eu que fiz (Entrevista Oral, MARIA (nome fictício), 3 de fevereiro de 2017).

Na Raposa/Ribeirão D'anta são quarenta e nove famílias, e depois de vinte um ano de batalhas judiciais, apenas nove famílias tem a posse da terra regularizada pelo Itertins. As outras famílias permanecem sem a regularização da posse da terra, e passaram a ser rés na ação de interdito proibitório movida pela Associação Planalto: autos nº 5000008-77.2005.2720, que deu base jurídica para decisão de reintegração de posse, ocorrida no dia 14 de outubro de 2016, conforme reproduzido nas figuras 18, 19 e 20 (ARQUIVO CPT, 2018).

As mulheres, por serem historicamente responsabilizadas pelas tarefas de administração e cuidado da família, são as pessoas que mais sofrem com os despejos. A ameaça da perda do lar e dos elementos que dão sustentação a vida, se apresentam com um golpe duro para elas, por isso, o termo desassossego é o mais apropriado para elucidar essas reflexões, como é possível perceber na narrativa de Joana:

Eu sei que deu pânico, pânico no povo. O povo não podia fazer nada...Aí eu sei que eles pediram reforço da polícia, porque diz que o povo do baixão era valente, mas o povo não é valente não, nosso valente é Deus. Eu sei que veio 60 policiais, mas era dois policial saliente, que foi derrubando a porta do povo, que eles não tinha direito de derrubar nada. Eles dizem que nós é que invadimos, mas que invadiram foram eles...A Gente não, eu tava junto...eu não fui porque nós se escondemo, botemos as coisas no mato, minha casa foi arrebetada, tomei muito prijuízo, porque eu tinha uma cozinha cheia de coisa, até minhas pias levaram tudo, coisa de trabaiair, o carrinho de mão levaram tudo...e o Zé, estava bem pertinho oiando, e os policiais são os primeiros servegonhos que foi tocar os pés na parede e na porta pra arrebetar(Entrevista Oral, 30 de junho de 2018).



Figura 18 - Polícia Militar executando o despejo na Serra do Centro

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (Serra do Centro, 2016).



Figura 19 - Último apelo de uma camponesa durante a execução do despejo

Fonte: Arquivo da CPT Araguaia-Tocantins (Serra do Centro, 2016).

Francisca também relata que só não foi retirada pela força policial porque se escondeu:

Eu fui, eu não fui porque não tava, eu me escondi, não vou mentir. Eu me escondi. Quando eles passavam, ele sempre dizia que vinha. Aí nunca pude viver debaixo de uma casa [...] eu moro debaixo de uma casa cheia de pau em cima, nunca tive condição de construir uma casa, porque não é brincadeira você construir uma casa, para quando terminar de construir, eles falar: saia, se não derruba com trato[...] (Entrevista Oral, FRANCISCA (nome fictício) 3 de dezembro de 2017).



Figura 20 - Despejo

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins (Serra do Centro, 2016).

A decisão judicial que Joana e Francisca se referem, foi executada pela Polícia Militar, com reforço da Polícia Civil, Força Tática e Polícia Ambiental. Na operação do despejo, os móveis, animais, alimentos e pessoas encontradas nas casas, foram retiradas e levadas para um galpão na cidade de Campos Lindos.

Eunice tem nove filhos e é moradora há mais de doze anos, não chegou a ser despejada, pois sua família foi considerada no relatório antropológico do MPF como família de perfil tradicional. Entretanto Eunice não consegue ficar sossegada, ela considera que o futuro dos filhos está sob ameaça³⁰.

Eu me sinto ruim, que eles querem tirar a gente. De onde é que a gente vai criar os filhos? Não. Nós não tem outro lugar para ir. Eles querem tirar a gente pra jogar não sei aonde. Aí onde a gente sobrevive é daqui, o monte de fi que a gente tem, tem que trabalhar, ter as coisas para criar os fios, não dá certo não. É muito ruim... O emprego que eles querem é que nós vaza. Eles querem meter a botina (Entrevista Oral, EUNICE (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

Joana, não aceita o despejo, e não consegue conter sua revolta:

[...] a gente comprou aquela terra, vendemos tudo que tinha lá no Maranhão, não tinha nada, mas deu pra comprar essa terra. Então para querer subir e trabalhar em cima pra ter suas coisas... Quem vive na terra alheia, minha filha, é pra cá e pra acolá, é assim. Eu passei quinze ano nesse lugar, Vereda Boa, quinze anos...ele disse que só tirava nós dali se ele vender e se vender, ele disse que nos beneficiava. Ele é da Argentina, mas morou uns tempos em Balsa. Aí vendeu, ele não pagou nosso direito, direito. Mas

³⁰ Durante a entrevista 4 crianças pequenas brincavam ao seu redor.

no acordo, ele pagou 42 mil, deu pra comprar uma casa em Balsa, antes não tinha casa. Aí dessa casa, vindi a casa, a usina que nós tinha, vindi o gado, animal, vendemo pra comprar essa terra tudinho. Aí pra você dar de mão abanando pro zotos, é brincadeira? Tudo que você fez na vida, lagar pra você ir embora por nada? Pois volta minha fia, pois volta do mesmo jeito, não adianta (Entrevista Oral, JOANA (nome fictício), 30 de junho de 2018).

Para a Subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, é constitucional o direito das comunidades tradicionais e originárias viverem seus direitos identitários e deve ser respeitado a vivência indissociável da “etnia/cultura/território” (DUPRAT, 2018, p. 119. Contudo, no Brasil, ainda existe um longo caminho para se alcançar a efetividades dos direitos desses povos. Uma vez que, segundo os dados da CPT (2015; 2016; 2017), só no Tocantins foram registrados, nos últimos três anos, 198 ocorrências de conflitos por terra, água e trabalho, envolvendo 43.598 famílias. E os grupos sociais envolvidos nesses conflitos são comunidades de posseiros, quilombolas, sem terra, assentados e indígenas.



Figura 21 - Rio Manoel Alves

Fonte: Autora (Comunidade Raposa, 30/06/2018).

O Rio Manoel Alves, se configura como um importante elemento para as camponesas, e para Francisca, é um refúgio. Por isso, ela escolheu a beira do rio, o lugar mais confortável para narrar sua história na Raposa:

Porque eu não tinha onde morar. Ah, quando eu cheguei aqui não tinha esse pessoal aí dessa Serra, não tinha. Aí aqui, era terra do governo, tinha moradores veios, antigos, terra do governo. Não tinha onde morar, tinha que morar em cima do chão, na terra, vou morar aqui nesse cantinho. [...] Esses projeteiros aí da soja, não sei nem dizer quem é, porque todos eles fazem critica com o povo que trabalha roça de toco. Eu fico

tem hora assim imaginado, como disse pra um povo que tiveram aqui. Como é que nós é de viver? Porque na Serra eles toma de conta, aí fica uma varinha dessa aqui, aí não é para bota roça, não é pra plantar abacaxi, não é pra plantar nada. De que nós vamos viver? Porque eles toma conta de tudo, aí na água não tem como nós morar. Estão acabando com o rio, porque o desmatamento tá dentro do rio, o plantio de eucalipto acaba com a água. Esse rio aqui, agora porque está chovendo, mas aquela pedra não ficava de fora, agora todos falam que o rio tá secando. Não sei como é que vamos viver (Entrevista Oral, FRANCISCA (nome fictício), 30 de junho de 2018).

Antes a roça era diversificada e a criação também. Hoje nosso gado tá preso nas fazendas e se a gente os quer de novo precisa pagar por eles [...]. Antes nós tínhamos um verdadeiro cerrado: caça, pesca, frutas silvestres em abundância. A gente tinha os vizinhos próximos. Havia união na oração, no trabalho, nas comemorações. Não havia problema de saúde e se caso alguém adoecesse, apegava-se em Deus, nos remédios da mata [...] (Cleuza, out. 2005) (CASTILHO; CASTRO, 2006, p.73).

A narrativa de Francisca lembra o pensamento de Cleuza, moradora da comunidade São Francisco. Para elas, a soja tem provocado a desagregação social e ambiental na Serra do Centro, ameaçando todas as formas de vidas existentes no ecossistema da região. E nesse cenário de destruição ecológica, o olhar das camponesas se voltam para a defesa dos bens comuns (água, ar, terra e alimentos) que compõem o universo do trabalho feminino, denominada pelas mulheres de responsabilidades e afazeres que estão relacionados com a saúde, a nutrição e a higiene.

O olhar de Lucinda Campos Rodrigues, da comunidade Vereda Bonita, também aponta impactos na saúde provocado pela exposição aos agrotóxicos:

A gente é da gente, a gente acha bom aqui, mas o negócio é o veneno e o projeto é muito perto para nós ficar embaixo do veneno. Quando eles jogam o veneno, a gente sente daqui o cheiro, a catinga do veneno. A gente ver muitos bichinhos pulando para cá devido o veneno. Sempre que ia para Campos Lindos, lá não sentia nada, quando chegava aqui tornava sentir zonzeira, quando tomava banho na água aí que ficava com aquela zonzeira, zonzeira, zonzeira. Falava para os meninos, não sei que problema é esse, quando chego aqui é passando mal. [...] Jogaram veneno nesse dia, de manhã para meio dia, passaram jogando veneno e a gente enxergando eles jogando veneno de avião, o avião passava tornava ir e tornava voltar. E a criança morreu, a criança estava com nove meses. A gente achava bom que o projeto fosse mais afastado da terra da gente, a gente acha melhor, né. Não introduzisse esse veneno para prejudicar as pessoas, né, é melhor não ter, né (CPT, 2013, *online*).

Na visão dessas mulheres, o Projeto Agrícola Campos Lindos tem violado seus direitos ambientais, direito constitucional da população, garantido na CF 1988 (BRASIL, 2018), onde artigo 225, diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Assim,

além da degradação ambiental, os insumos químicos (agrotóxicos) usados nas lavouras de soja aplicado de forma irregular, tem afetado a saúde humana³¹.

Em relação ao uso de agrotóxico, nos últimos meses, no Brasil foi bastante debatida a temática nas redes sociais e blogs de notícias (UOL, Greenpeace, G1 Globo Natureza, Estadão e etc.)³². O fato que mobilizou a opinião pública foi o Projeto Lei (PL) 6. 299/2002, apelidado por organizações sociais e ecológicas de PL do veneno. Essa PL foi aprovada na “Comissão Especial em 28 de junho de 2018”, nela se propõe alterações na Lei dos Agrotóxicos que está em vigor desde 1989. É um projeto defendido por grupos ligados ao agronegócio, apresentado pelo Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, que na época era Senador (ESTADÃO, 2018, *online*; GREENPEACE, 2018, *online*).

A PL 6.299/2002 também intenta outras mudanças, como a flexibilização no processo de liberação dos agrotóxicos no país e a mudança dos órgãos responsáveis pela avaliação e controle de entrada uso de agrotóxicos. Atualmente, quem concede a liberação ou não, é o Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a PL propõe que o Ministério da Agricultura passe a coordenar essa avaliação. Todavia, em contraponto a essa PL, também tramita no Congresso Nacional o Projeto Lei 6.670/2016, que propõe uma Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA), sendo esta uma proposta defendida por movimentos sociais e ecologistas (GREENPEACE, 2018, *online*).

Os depoimentos das mulheres indicam que a aprovação da PL 6.299/2002 poderá agravar ainda mais a condição de vida das famílias da Serra do Centro, como mostraram as camponesas nas narrativas sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de soja. Com efeito, Allier (2005, p. 149) adverte que “A ciência econômica convencional não vê a economia

³¹A matéria “Justiça condena União a indenizar famílias por uso irregular de agrotóxicos em Santa Maria”, da página eletrônica SUL 21, publicada em 31 de agosto de 2018. Apresenta um resultado importante das ações judiciais movidas por famílias impactadas por agrotóxicos das lavouras de soja: “A presente demanda trata da ocorrência do dano moral ambiental subjetivo ou individual, por dizer respeito à pessoa determinada, lesada em seu suporte físico, psíquico ou de afeição, sublinhou. O juiz votou pelo provimento do recurso e estipulou os critérios para determinar o valor das indenizações”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/08/justica-condena-uniao-a-indenizar-familias-por-uso-irregular-de-agrototoxicos-em-santa-maria>. Acessado em: 02 de setembro de 2019.

³²Matérias sobre o consumo e riscos dos agrotóxicos no Brasil, publicadas entre os meses de junho e agosto de 2018: <https://www.greenpeace.org/brasil/participe/chega-de-agrotoxicos/>; <https://g1.globo.com/natureza/noticia/projeto-de-lei-quer-mudar-legislacao-dos-agrotoxicos-no-brasil-entenda.ghtml>; <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-projeto-que-altera-a-lei-dos-agrotoxicos/>; <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/do-campo-mesa-o-perigo-dos-agrotoxicos>; <http://www.ihu.unisinos.br/582004-governo-e-ruralistas-pressionam-liberacao-do-glifosato>; <http://conexaoplaneta.com.br/blog/justica-brasileira-suspende-registro-de-tres-tipos-de-agrotoxicos-entre-eles-o-glifosato/>.

em termos de metabolismo social. Nem a contabilidade corporativa nem a contabilidade macroeconômica subtraem os "passivos ambientais" que são invisíveis para eles”³³.

Em 2013, o Tocantins se destacou como o maior comercializador de agrotóxicos da região Norte, chegando a ser o 13º maior a nível de Brasil. Consequentemente, o Estado também se destacou nos casos de intoxicações: sendo a maioria dos casos registrados em Palmas, 223 casos e Araguaína, 305 casos. Vale frisar que a concentração de intoxicação nesses municípios se evidencia por serem cidades referência no atendimento à saúde para outros municípios na região. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A incidência de intoxicações por agrotóxicos no estado sempre manteve-se crescente até o ano de 2011, quando houve redução do comércio de agrotóxicos, voltando a crescer em 2013. Apesar disso, a média é superior a todas as regiões do Brasil desde 2007. E a partir de 2009, tornou-se o estado com maior incidência de intoxicações por agrotóxicos, apresentando a melhor atuação no tocante às notificações no Sinan, reflexo do bom trabalho da vigilância para sensibilização de gestores e profissionais de saúde para melhoria dos processos de detecção e notificação dos casos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016, p 83).

Por isso, a permanência na terra para as mulheres camponesas se apresenta como uma luta de resistência pela sobrevivência, e o despejo ocorrido em 2016 foi apenas mais uma batalha perdida nesta trajetória de injustiças sociais. A retomada das suas terras mesmo após o despejo, revela que a resistência é um importante característica das mulheres e de suas comunidades.

Em 1988, começaram a devorar essa Serra bem aí. Foi o Epifânio, o senhor Ereci que era o outro projeteiro que derrubou essa serra. Eles pegavam o correntão e colocava no trator e derrubava. [...] Eu tinha treze anos nessa época, mais ou menos em 1977, foi a primeira lavoura que eu vi, era Flips e Pinho, era no Maranhão. Quando nós estava passando e eles estavam derrubando, sabe, tinha tanto pé de bacuri assim e eles metendo a corrente, oh fazia tanta dó, e os bichinhos caindo. Não fui criada pela minha família não, fui criada pelos meus padrinhos. Aí meu padrinho mais minha madrinha disse assim: minha fia, meus pais me disseram que com o tempo ia sair essas coisas, pois é isso aí, daqui mais uns tempos não vai ter árvore não. Só tem essas árvores porque nós estamos brigando, mas a vontade deles é empurrar e acabar (Entrevista Oral, MARIA, 3 de dezembro de 2017).

A memória de infância da Maria mostra que a relação de apego a natureza é reproduzida de geração para geração nas comunidades tradicionais. E nessa reprodução, na valorização dos bens comuns existe um conhecimento empírico do ecossistema e das ameaças de destruição da vegetação pelo avanço da frente econômica. A palavra “devorar” expressada por Maria, pode

³³Texto traduzido pela autora, versão original em espanhol.

entre outras coisas, indicar que ela tem compreensão de como o lugar e com as coisas que estão sendo indevidamente exploradas e degradadas. Pois, como lembram Mies e Shiva, a terra para aquelas pessoas que têm pertencimento com a terra e que se sustentam a partir dela, a terra torna-se fonte de todos os sentidos (1993, p. 138).

4.3 A produção de vida no espaço da Raposa/Ribeirão D'anta

Na concepção hegemônica do desenvolvimento capitalista, as condições de vida de uma população são avaliadas por indicadores quantitativos e divididas em necessidades básicas: “alimentação, abrigo, vestuário e etc. e as necessidades superiores: liberdade e o conhecimento”. Para a teoria ecofeminista, segundo Mies e Shiva (1993, p. 24), não existe essa dualidade, porque para a manutenção da vida na terra é necessário considerar a “rede e redes de sustentação da vida”, que só é possível por meio das relações saudáveis da humanidade com a natureza. Assim, as necessidades: “de alimentação; abrigo; vestuário; de afeto; carinho e amor; de dignidade e identidade; de conhecimento e liberdade; de lazer de alegria, são fundamentais para todas as pessoas, independente da cultura, da ideologia, da raça, do sistema político e econômico[...]”.

As mulheres camponesas pouco compreendem o que é desenvolvimento, mas sabem que ter “vida boa”, é ter saúde, trabalhar na roça, fazer comida e ir para roça todos os dias (apanhar arroz, descascar mandioca, fazer a tapioca e farinha de puba), “é ir dormir tranquila sem violência e ouvir o boa noite dos filhos” (Roda de Conversa, ELIANE (nome fictício), 2 de fevereiro de 2018), “é ter dinheiro e fazer o que gostar”, “mas nem tudo na vida é dinheiro” (Roda de Conversa, DALVA (nome fictício), 2 de fevereiro de 2018). O desenvolvimento comunitário defendido pelas mulheres, reproduzido nas figuras 22, 23 e 24, compõe seus saberes e fazeres cotidianos:



Figura 22 - Moradia camponesa

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 27/02/2019).



Figura 23 - O preparo do suco do buriti (fruto do cerrado)

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 27/02/2018).



Figura 24 - Fogão de lenha

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 30/06/2018).

E a gente... nós faz uma rocinha dessa, nós não joga veneno, nós planta arrozinho, uma macaxeira, uma mandioca, aí nós deixa essa mata aí na frente, que é pra não prejudica nada. Aí nós não joga veneno, porque nós não vamos plantar uma coisa pra nós comer e jogar veneno (Entrevista Oral, FRACISCA (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

No modo de produção camponês, as pessoas fazem uso de tecnologias sociais de baixa intensidade, conforme ilustradas nas figuras 25 e 26 da casa de farinha e cisterna. Elas, dependem das riquezas naturais dos campos (frutos nativos, palha de piaçaba, adobe de barro e madeira para construir as casas, água dos rios para o consumo humano, etc.), para complementarem o sustento da família. Por isso, as camponesas não reconhecem o desenvolvimento que tem como base o modelo de produção agrícola industrial. Porque o modelo de produção defendido por elas é a prática de produção de alimentos para subsistência, alinhada à prática de conservação do cerrado como fonte de riquezas para usufruto no presente e no futuro.



Figura 25 - Tecnologias sociais – cacimba d'água

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 27/02/2018).



Figura 26 - Tecnologias sociais – triturador de mandioca movido a pedaladas

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 03/12/2017).

No modo de produção moderno do agronegócio, existe uma dicotomia entre humano e natureza, a humanidade se constituiu com base em pressupostos do antropocentrismo, o homem como o centro do universo. No pensamento antropocêntrico, a natureza continua sendo vista como fonte de recursos infinitos para a manutenção e geração de riquezas para as sociedades capitalistas (SHIVA, 1997).

O imperialismo econômico das empresas multinacionais domina e exaure as riquezas naturais, levando a extinção de diversas espécies de animais e árvores, e põe em risco biomas completos, como é o caso do Cerrado com a exploração agrícola industrial. No entanto, a humanidade não criou formas de sobreviver e se reproduzir sem depender da biodiversidade da natureza.

E somente por volta da década de 1970, no auge da expansão dos pacotes tecnológicos para aumentar a produtividade agropecuária e a eminente ameaça ambiental, é que finalmente se fortaleceu os estudos e debates que comprovaram que a natureza é finita e precisa ser preservada. Também, iniciaram movimentos feministas em defesa da tese de que a humanidade faz parte da natureza. E, apesar da modernização técnico-científico afastar o ser humano da natureza, dominando-a, assim como domina as mulheres, ela é intrínseca ao ser humano (MIES; SHIVA, 1993; DIEGUES, 2001). Porém, as concepções de natureza são múltiplas, e variam de pessoas, grupos sociais e dos modelos de sociedades que estão inseridas.

Assim, segundo Folch e Bru (2017, p. 40), a valorização da natureza depende dos valores objetivos e subjetivos que as pessoas empenham nessa relação:

Nós vemos coisas diferentes quando olhamos as mesmas coisas. A percepção resulta da comparação das novas informações com os próprios referentes, que são uma matriz de conhecimentos e valores. A maneira de acessar esse conhecimento e classificar esses valores varia muito de acordo com as pessoas. Daí os vieses perceptivos.

Posto isto, a forma como uma pessoa percebe a natureza tende a ser uma construção social e histórica da identidade e dos saberes, que vão sendo adquiridos com as experiências cotidianas. Dessa maneira, todas as sociedades dependem da “economia da natureza” para sobreviverem: umas com interação ecológica e outras mantêm relação de forma utilitária. A concepção utilitária da natureza é intensificada com o advento do capitalismo, é nessa perspectiva, a valorização da natureza é modificada, e são atribuídos novos valores a partir das experiências de vida das pessoas e dos modelos econômicos.

Nesse sentido, Mies e Shiva (2003, p. 33), argumentam que:

A diversidade orgânica é substituída pelo atomismo e pela uniformidade fragmentada. A diversidade tem de ser erradicada como uma erva-daninha, e as monoculturas uniformes – de plantas e pessoas – têm de ser administradas de fora porque não são mais auto-reguladas e autogeridas. Aqueles que não se ajustam à uniformidade são declarados incompetentes. A simbiose cede lugar à competição, à dominação e à condição de descartável. Não há sobrevivência possível para a floresta ou seu povo quando eles se transformam em insumos para a indústria. [...].

A padronização da paisagem, pelas monoculturas da soja, não só destrói a diversidade que alimenta as mulheres e suas comunidades, como provocam o cercamento e despovoamento do campo pela expansão das lavouras, como é possível visualizar na Serra do Centro, ilustrada na figura 27:



Figura 27 - Lavouras de soja na Serra do Centro, dezembro 2017.

Fonte: Autora (Serra do Centro, 03/12/2017).

A relação humano-natureza, para as mulheres camponesas, é diferente da relação capitalista estabelecida pelos provedores da agricultura industrial. A natureza, para as pessoas que tem o “princípio organizador do relacionamento da sociedade com a natureza, é o sustento fundamental, logo, a natureza existe como um bem comum” (MIES; SHIVA, 1993, p. 352). Enquanto que para as pessoas, que tem como princípio norteador desse relacionamento a mercantilização da natureza para geração de lucro e acumulação de capital, a natureza se torna tão somente fonte de recursos naturais.

Diegues (2001, p. 63), argumenta que a relação sociedade-natureza tende a ser resultado das representações sociais estabelecidas entre as pessoas de forma material e imaterial, “[...] que entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza”. Diegues, salienta ainda, que as percepções de paisagens naturais são distintas para as populações urbanas e rurais, uma vez que os povos que vivem nas florestas e campos têm essa paisagem como sua casa e interagem com ela, enquanto que para a população urbana, enxergam uma “*welderness*”, lugar selvagem distante e romantizado.

Nesse sentido, a tecnologia por si só não responde pela degradação do meio ambiente, é a “organização social e os valores culturais” das pessoas alinhados às tecnologias, projetos políticos, econômicos e ideológicos que degradam os bens comuns (DIEGUES, 2001, p. 63).

A relação das mulheres camponesas com os bens comuns tem sido construída ao longo das suas trajetórias de vidas, através das funções que elas desempenham na família e nas comunidades, visto que ainda é muito forte a divisão sexual do trabalho nas famílias camponesas. As tarefas preestabelecidas nas relações sexistas, passadas de gerações para gerações, determina o lugar e as responsabilidades que o homem e a mulher ocupam na família e na sociedade.

Na família camponesa, ainda existe o discurso de que cabem aos homens, a responsabilidade de garantir o sustento da casa através das roças de toco ou diárias em serviços braçais nas fazendas. Também é predominante o discurso do homem como chefe respondendo pelo zelo da imagem moral da família. Mas se destaca com essa pesquisa, que na realidade, esses papéis na família camponesa já não são definidos assim, pois as mulheres têm assumido muitos outros trabalhos que vão além do cuidado da família e afazeres domésticos. Elas assumem também a administração da terra, o trabalho na roça, a geração de renda fora da terra e a luta pelo território. Contudo, os homens ainda se comportam como os chefes e os únicos provedores do sustento da família, tendo esse discurso reforçado na abordagem pelo setor público e privado durante as pesquisas e negociações do conflito socioambiental, o qual lembra o pensamento de Parente (2007).

Assim, para Mies e Shiva (1993, p. 364) “Na sociedade patriarcal as mulheres são responsáveis pela produção e manutenção da vida cotidiana, da subsistência, pela água, o combustível, os alimentos e forragens, bem como pela preservação da terra”.

A renda nossa aqui, nós sobrevive mais da roça, aí agora ele (marido) não pode trabalhar e eu também não posso, aí tamo sobrevivendo do dinheiro dele aí (filho adotivo), aposentar nunca conseguimos aposentar... Nossa terra aqui é mais chapada, é 50 hectares, mas é mais chapada. Não tem mataria de roça não, aí a gente não tem condição de pagar um trator pra aradar a chapada para plantar as coisas né, aí não tem essa condição. Que pra pagar trator hoje em dia, eu fui e paguei um trator para aradar, vocês passaram ali e viram aquela rocinha de mandioca ali naquela lavoura, ali foi luta pra terminar de pagar, mas Deus me ajudou e eu terminei. Plantamos mandioca, arroz, o arroz não prestou, virou um bagaço danado, não tinha adubo e nem dinheiro para comprar. Aí eu digo, moço rumbora plantar mandioca que a mandioca também dá, nós faz a farinha e compra o arroz pra comer, as coisas que a gente quer comer a gente compra pra comer, aí assim nós fizemos (Entrevista Oral, LINDA, (nome fictício), 3 de dezembro de 2017).

As dificuldades de produção de alimentos, são várias, que vão desde as pragas oriundas das lavouras de soja, a falta de recursos para implementos agrícolas, mas existe também quem prefira trabalhar nas lavouras do que plantar as roças de tocos. Mas, em todas as casas, conforme a figura 26, tem os quintais produtivos com frutíferas (caju, manga, cana, mandioca, criação de galinhas e suínos) e hortaliças (pimenta de cheiro, cebola e ervas medicinais), alguns mais organizados e outros menos, mas todos são espaços organizados pelas mulheres.



Figura 28 - Criação de galinhas no quintal

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 27/02/2018).

No passado, antes da soja, existia uma maior diversidade da produção alimentos, as dispensas eram abastecidas apenas com a produção interna (feijão, farinha, fava e criação de suínos e galinhas), não existia estradas para fazer o escoamento do excedente da produção, pois os meios de locomoção eram a pé ou montado em animais pelas trilhas. A viagem até a sede do município, Goiatins, demorava em torno de cinco dias.

Atualmente, o sustento das famílias continua tendo como carro chefe a produção agrícola de autoconsumo: pecuária; roças de tocos; criação de pequenos animais; e frutíferas. No entanto, a produção de autoconsumo não tem sido suficiente e precisa ser complementada pelos benefícios previdenciários, benefício do programa bolsa família, trabalho assalariado na escola e nas lavouras de soja. O trabalho na escola da Raposa, representada na figura 27 é exercido principalmente pelas mulheres nas funções de merendeiras, auxiliar de serviços gerais e professoras.



Figura 29 - Escola da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta

Fonte: autora (Comunidade Raposa, 30/06/2018).

O trabalho nas lavouras, onde são contratados os homens, principalmente os jovens para as funções de caseiros, aplicação de veneno ou técnicos especificação da soja e as mulheres para as funções de domésticas (Entrevista Oral, JOANA, 2018; ALINE (nomes fictícios), 3 de dezembro de 2017), expõe a contradição do modelo de produção do agronegócio, lembrado por Tedesco (1993): a modernização da agricultura é contraditória, assim como o sistema capitalista, uma vez exclui e explora a força de trabalho dos camponeses e camponesas na exata medida em que produz riqueza para um classe patronal restrição, não proporcionando muitas vezes nem as condições para a reprodução social da família.

As camponesas não se sentem detentoras de poder, mas concebem e almejam o poder por meio da independência financeira, pela garantia de trabalho, pelo direito de serem ouvidas e respeitadas suas opiniões. Enxergam a liberdade nas pequenas coisas, como “se alimentar sem precisar esperar o marido chegar em casa”, “comprar o que quiser sem ouvir reclamações” e “usar e vestir o que quiserem” (Roda de Conversa, 2 de fevereiro de 2018).

A condição de invisibilidade da mulher camponesa, referida por Parente (2007, p. 109), “condições que são internalizadas e reproduzidas”, expõe as mulheres a uma situação de pobreza e dependência dos maridos. A dependência e a submissão da mulher, são fortalecidas nos discursos sociais e religioso (AZEVEDO, 2016, p. 71), onde “mulher tinha que ser exemplo de pudor, delicadeza, amabilidade e descrição”, isso estabelece nas mulheres camponesas posturas de “recatos e obediência”.

Ao internalizar e naturalizar a obediência, como sinônimo de obrigações perante a família, as camponesas assumem diversas jornadas de trabalho e tarefas cotidianas: o cuidado da saúde e educação dos filhos; o preparo dos alimentos e higiene; a produção do sustento, no quintal, na roça e no emprego; e a satisfação sexual do marido. No entanto, com o advento da modernização rural desenvolvimentista, se veem obrigadas a assumir uma quinta tarefa, que é a luta contra os impactos das lavouras de soja.

Contudo, as camponesas se encontram em situação de acúmulo de muitas dores. Algumas são dores físicas, como as dores nas “juntas” (articulações) e na coluna, possivelmente relacionadas ao excesso de esforço físico empregado no conjunto do trabalho realizado pelas as mulheres: “carregar lata de feijão; lata d'água na cabeça; trabalho pesado na capina; pegar peso; juntar coivara para queimar; lavar roupa; e pegar peso carregando crianças” (Roda de Conversa, 02 fevereiro de 2018). Outras são dores relacionadas ao psicológico. Mas houve quem dissesse que sentir dor é normal. Já para Luzimar, a dor não é normal, e chega a ser insuportável:

Hoje eu tenho um problema de depressão, não gosto nem de sair, me sinto não sei nem como, louca. Aí me sinto bem assim, saio estou conversando com você, me sinto bem, não sinto nada, mas quando chegou em casa, assim eu me acho não sei nem explicar...é sobre família mesmo, é crítica, tem dias que eu me desespero aí é só choro, quanto mais eu choro mais tenho vontade de chorar, vai chegando para a idade e os problemas vão amontoando só (Entrevista Oral, LUZIMAR (nome fictício), 30 de junho de 2018).

A sobrecarga de trabalho das camponesas, naturalizada como responsabilidades, resulta do sistema patriarcal que definiu os papéis sexistas, responsabilizando e limitando as mulheres pela reprodução da vida, assim como fez com a natureza. E nessa relação, os homens, detentores do poder, assumem funções de comando, ora são os chefes de Estado e das empresas, ora são os chefes da família camponesa, que dominam e exploram as mulheres e a natureza. Para Rodrigues (2017, p. 02), “a divisão sexual entre homens e mulheres que tanto tem provocada as desigualdades sociais entre ambos, tem permitido que as mulheres percebam mais as relações nefastas predominantes no modo de produção capitalista”.

Eles fizeram uma partilha... começaram foi derruba tudo [...] Quando eles chegaram começou a acabar com tudo. Não há fruta no cerrado, não há caça, peixe, abeia, acabou com tudo. [...] Os plantadores de soja não deixam árvores em pé, pois “prejudica” a produtividade da área. E aí, a gente não está achando nada mais (Florença³⁴, Vereda Bonita, maio 2006) (CASTILHO; CASTRO, 2005, p. 69).

³⁴Dona Florença, nasceu em 1916, passou a morar em 1917 na Serra do Centro e permaneceu lá até o seu falecimento em 2012.

A questão ambiental da Serra do Centro, na visão de Florença, pressupõe a existência da disputa entre modelo de desenvolvimento econômico e o modo de vida camponês, o tradicional e o agroindustrial, que são divergentes na concepção de natureza. No modelo de produção de *commodity* da soja, a paisagem natural é transformada em monoculturas e tem todo um *know-how* para controlar a uniformidade das lavouras, garantindo a produtividade da oleaginosa. Assim, junto ao pacote tecnológico, tem a carga ideológica da racionalidade capitalista produtivista, que concebe a natureza como empecilho ou mercadoria que compõe o pacote de negócios globalizados.

Os impactos socioambientais na Serra do Centro, não só exaurem as riquezas naturais, fonte de sustentação das mulheres, como tensionam as relações de gênero e aumentam a jornada de trabalho das mulheres. Com os impactos das lavouras de soja, que deixam as águas impróprias para o consumo humano, as mulheres precisam andar mais para apanhar água. O desmatamento que provoca a escassez de frutas, a extinção de animais do cerrado e a improdutividade das roças de tocos, força as mulheres a recriarem suas dinâmicas de sustentação da família, o que exige mais empenho de horas de trabalho, mais esforço físico e a intensificação da pressão psicológica.

As camponesas se colocam contra as ameaças ao modo de vida tradicional. As narrativas mostram que o sustento das famílias depende das riquezas naturais por elas entendidas como bens comuns. Esse bem comum está articulado não apenas a reprodução da vida e da soberania alimentar, mas a uma dimensão simbólica e sagrada com o território (SHIVA, 1993; LITTLE, 2004).

No campo tem ocorrido muitas transformações, não só as transformações negativas impostas pelos grandes projetos, como o Projeto Agrícola Campos Lindos, que modifica a paisagem e as relações sociais de produção. Mas também tem ocorrido algumas melhorias, mesmo que a conta gota, a ampliação do acesso a serviços públicos (energia elétrica, educação, estrada e saúde) e a aquisição de bens materiais como televisão, geladeira, aparelhos de som, carros e motos. Tudo isso influencia na dinâmica da comunidade, em especial no trabalho das mulheres, sendo avaliado como positivo esse acesso aos bens materiais e as políticas públicas.

Hoje está bom, antes não tinha moto, ia para Campos Lindos de bicicleta, ter acesso a carro e moto é uma vitória, a mudança veio com a soja, melhorou as estradas (figura 28), antes não tinha estradas era carrerinhos, a desvantagens é o desmatamento e envenenamento dos rios e peixes” (LEILA, Roda Conversa, 2 de fevereiro de 2018).



Figura 30 - Estrada de acesso às comunidades camponesas da Serra do Centro

Fonte: Autora (Serra do Centro, 27/02/2019).

Com todas essas questões apontadas, a comunidade se encontra com a sua base de organização política fragilizada, principalmente em relação a participação e valorização das mulheres nos espaços de tomadas de decisões. Como não existe uma coordenação coletiva, a auto-organização política se dar através de uma liderança masculina, que tem o papel de acompanhar a negociação das questões relacionadas à posse da terra, articulações políticas e reivindicações em nome do coletivo.

Devido à escassez de reuniões para tratar das demandas internas, existem muitas questões a serem encaminhadas e esclarecidas, como por exemplo: as ações judiciais; o acesso às políticas públicas; as denúncias de contaminação da água; o adoecimento das mulheres e crianças pela exposição aos agrotóxicos; e a má qualidade da educação. Nesse contexto, as poucas reuniões que ocorrem na escola para tratar da vida escolar dos filhos ou a reuniões esporádica realizada pela Pastoral da Terra, não tem sido suficiente para fortalecer a comunidade.

Aqui, as mulheres daqui, cada quem por si e Deus por todas... participa as vezes das reuniões que tem aqui é só de escola, quando vocês vem, acho que o ano passado no Sr. Filó, o Pedro e só, aqui não anda tendo reunião, só dos pais na escola e só... Evangélica...todo mês tem culto lá e casa... nem todo mundo vai, porque, aqui de mulher evangélica, só eu, Irmã Luzia e a veinha Rosaria, as outras aqui nenhuma evangélica (Entrevista Oral, LUZIMAR (nome fictício), 30 de junho de 2018).

Entretanto, não é que não existe organização interna. Mas as formas de organizações existentes, como os núcleos familiares liderados pelos homens da família Alves da Silva, a igreja católica e evangélica, não somam forças, ao contrário, ocorre a disputa interna de espaços. Já houve um tempo de maior organização, conseguiram eleger um vereador, mas não foi uma experiência que acumulou força política. Contudo, as igrejas ainda são os espaços aglutinadores da população, através dos cultos itinerantes e a celebração do dia de Santo Reis.

As camponesas compreendem suas fragilidades e complexidade do conflito que estão inseridas. Por isso, são discretas e muito desconfiadas, quando se trata de assuntos relacionado ao cotidiano da comunidade, elas buscam preservar as suas práticas comunitárias, como lembra Mafesoli (2001).

Na concepção sociológica de Maffesoli (2001), a estruturação comunitária é produzida através dos costumes e hábitos que se enraízam no dia a dia e vai produzindo sentido para o sagrado, que se materializa na relação com a biodiversidade, na terra e com o território. Não que se deva idealizar esse modo de vida comunitário, mas as imperfeições da vida comunitária, segundo o autor, formam o seu “território concentrado”.

Para Mies e Shiva (1993, p.134), numa concepção ecofeminista, “[...] O sagrado é o laço que une as partes ao todo. A santidade da terra deve ser sustentada, deve ser estabelecido limites à ação humana. [...]”. Assim, a dimensão sagrada da produção de vida das comunidades camponesas não é uma coisa “transcendental”. O sagrado, está nos saberes, fazeres e olhares das mulheres e comunidades que preservam e convivem com a terra e a biodiversidade do cerrado. Portanto, na atualidade, a conservação dos bens comuns continua nas mãos, nos territórios e na memória das mulheres camponesas e de suas comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os saberes, fazeres e olhares das mulheres camponesas têm uma profunda relação com a ancestralidade e com o meio ambiente que vivem. Elas se colocam como parte da natureza e sabem que, se conservar a mesma, podem desfrutar do potencial econômico, medicinal e alimentício da biodiversidade do cerrado. Por isto as suas vidas na Serra do Centro estão marcadas pelo doce dos frutos do cerrado e pelo amargo sentimento do desassossego.

O desassossego é o conflito socioambiental, que chegou 1997 através do Projeto Agrícola Campos Lindos, que tinha no discurso político de desenvolver e modernizar o município, mas trouxe na bagagem os projeteiros (sojicultores). Sem diálogo com a população,

o Projeto Agrícola Campos Lindos foi implantado de modo autoritário, ignorando o modo de vida que ali existia. A modernização da Serra do Centro, baseada no agronegócio, tem sua gênese na Revolução Verde, e impôs na região um modelo de produção excludente, misógino e incompatível com o modo de viver das mulheres camponesas.

A “invisibilidade” da população da Serra do Centro tem sido uma estratégia do Estado. A superação da pobreza e do isolamento são usados nos discursos dos projetos de desenvolvimento, como justificativa para as desterritorializações, todavia, o resultado tem sido a de reproduzir ou mesmo agravar o empobrecimento da população local, inclusive os rebaixando para uma situação de intrusos nos seus próprios territórios. Por conseguinte, com uma mão o Estado tem oferecido os projetos de modernização dos lugares, mas com a outra, causa a exclusão e a violência contra aqueles que não se enquadram no seu modelo de modernização (SEGATO, 2016).

As constatações, acerca do conflito na Serra do Centro, apontam que o conflito não está resolvido, e pela característica da disputa territorial, pode perdurar por muitos anos. A correlação de força entre sojicultores e as mulheres camponesas e suas comunidades é muito desigual. Mas a força desse campesinato está no seu saber, fazer e na facilidade de se adaptar às mais diversas situações, mesmo em condições degradantes e de exploração, como tem ocorrido com a questão ambiental e trabalhista nas lavouras de soja.

Na Raposa/Ribeirão D’anta existem as famílias proprietárias, posseiros e a famílias sem-terra que recém ocuparam os lotes das margens do córrego Ribeirão D’anta. Essas famílias sem terras são os filhos/as dos proprietários/posseiros e dos moradores que foram expulsos no passado com a implantação do projeto. O despejo de outubro de 2016 retirou as famílias sem terra, mas a insegurança da posse da terra ainda permanece em todos que ocupam o território.

Percebe-se que a resistência e a necessidade de sobrevivência são importantes elementos nesse conflito. As mulheres não têm outras formas de sobreviverem fora do território, então mesmo com as diversas expulsões, elas e suas famílias retornam para a terra.

Quanto às condições de vida das mulheres da Serra do Centro e da Raposa, existe um processo de adoecimento, que pode estar relacionado a exposição aos agrotóxicos pelo ar, água e ou alimentos contaminados. O que se constata é que existe uma carência quanto a assistência à saúde da população, em especial, a saúde da mulher. E que não existe monitoramento e fiscalização do uso de agrotóxicos nas lavouras de soja da Serra do Centro.

As violações de direitos ambientais, sociais e territoriais das famílias camponesas pelo Projeto Agrícola Campos Lindos, tem um peso diferenciado para a vida das mulheres. Pois, no modo de vida camponês da Serra do Centro, as mulheres são quem tem assumido as

responsabilidades com as atividades da produção, enquanto que os homens vão trabalhar nas lavouras de soja para complementar a renda da família. Assim, se constatou, que as mulheres se encontram sobrecarregadas com diversas jornadas de trabalho e de responsabilidades com a família: cuidar dos filhos; cuidar da casa; cuidar da produção de alimentos/trabalhar na escola; ser esposa; e fazer a luta em defesa do território. Esse excesso de responsabilidades também tem contribuído para o adoecimento por esforço físico e psicológico.

Percebe-se que, devido à comunidade Raposa/Ribeirão D'anta e o conjunto da Serra do Centro, ser formada por famílias extensas, e quase todas as pessoas têm algum grau de parentesco, as ocorrências de violência doméstica são silenciadas e algumas violências são naturalizadas por homens e também pelas mulheres. As mulheres têm absorvido diversas formas de violências, principalmente a sexual, psicológica e patrimonial, como naturais da condição de mulher e esposa.

Nas áreas em conflitos socioambientais, pouco tem sido discutido a situação de desigualdades entre homens e mulheres, visto que a extrema violência dos grandes projetos e fazendeiros contra as comunidades têm camuflado as outras formas de violências contra as mulheres do campo. E a distância e o isolamento das residências nas áreas de conflitos contribuem para o silenciamento e a impunidade dos agressores. E no caso da Raposa/Ribeirão D'anta, isso expõe a necessidade de maior organização da comunidade com maior participação das mulheres nos espaços de reflexões e tomadas de decisões.

A dimensão sagrada da produção de vida da família camponesa não é uma coisa “transcendental”. O sagrado está nos saberes, fazeres e olhares das mulheres e comunidades que conservam e convivem com a terra e com a biodiversidade do cerrado, ao mesmo tempo que forma uma sabedoria intuitiva de como que a conservação destes bens, comuns a todos, são condição necessária para a sustentação da vida boa defendida pelas camponesas. Portanto, na atualidade, a conservação dos bens comuns continua nas mãos, nos territórios e na memória das mulheres e de suas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros. **Movimentos sociais do campo e práxis políticos, trajetória de luta por uma educação do campo no Tocantins**. In. SILVA, Cicero da; MIRANDA, Cássia Ferreira; AIRES, Helena Quirino Porto; OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. (Orgs.). **Educação do campo, artes e formação docente**. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; CARVALHO, Guilherme. **O plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém: Actionaid, 2009.

_____. **Terras tradicionalmente ocupadas- processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, volume 6, número 1, maio de 2004.

_____. **Carajás, a guerra dos mapas**. 2ª edição. Belém: Seminário Consulta, 1995.

ALIER, J. Martinez. **El ecologismo popular**. Departamento de Economia e História Económica Universidade Autònoma de Barcelona: Ecosistema, setembro 2007. Disponível em: <http://www.revistaecosistemas.net/articulo.asp?Id=498>. Acessado em junho de 2018.

ALINE. Pesquisa Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa, 02 de dezembro de 2017.

ALTIERI, Miguel A. **Biotecnologia agrícola, mitos riscos ambientais e alternativas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

ANGELIM, Rosângela; SCHNORRENBURGER, Neusa. **Ecofeminismo e mística nos movimentos de mulheres camponesas no Brasil**. Anais do Congresso Latino Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo/RS, Est. V.5, 2017. P. 612 -625. Disponível em: anais.est.edu.br/gênero. Acessado em: 05 de março de 2018.

ANMTR – Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil. **8 de Março, Mulheres trabalhadoras rurais na luta pelos direitos construindo um projeto popular**. Cartilha de estudo e debate. Passo Fundo/RS: março de 2003.

AZEVEDO, Emilio. **Uma subversiva no fio da história**. São Luís: Vias de Fato, 2016.
BARRAGÁN, Magarida Aguinaga; LANG, Mariam; CHÁVES, Dunia Mokrani;
SANTILLANA, Alejandra. **Pensar a partir do feminismo**. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário, debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos Humanos no Brasil 2012**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

BOTERF, Guy. **Pesquisa participante, proposta e reflexões metodológicas**. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. 3ª reimpressão. Editora Brasiliense, 2008.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm> Acessado em 05 de março de 2018.

CASTILHO, M.W.V.; CASTRO, J.G.D.C. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja – O Caso da Serra do Centro em Campos Lindos - TO**. Araguaína – TO: FASE/ CPT/APA-TO, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e raça em debate na #Arena Rio 20**. Publicado em 21/06/2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/genero-e-raca-em-debate-na-arenario20-por-sueli-carneiro/>. Acessado em: 21 de agosto de 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis. Editoras Vozes, 2005.

CELENTANI, Francesca Gargalho. **Feminismos desde Alaya Yala, ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos em nuestra América**. Cidade do México: Editora Corte Confeccion, janeiro 2014.

CIFUENTES, Joaquin Eduardo Manchola. **Agronegócio e acumulação por espoliação, o enclave da soja em Campos Lindos –Tocantins**. Tese de doutorado. UNB. Brasília, 2013.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **O conceito de bioma**. Act.bot. bras. 20(1): 2006, p. 13-23. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Bioma_ConceitoID-M40xWuUZO1.pdf. Acessado em: 05 de setembro de 2018.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Observatório agrícola, acompanhamento da safra brasileira de grãos**. V. 5. Safra 2017/1018. Décimo levantamento, Brasília, p. 1 -178, julho de 2018.

CONEXÃO PLANETA. **Agro é Pop, Agro é Tudo: os donos do poder e a manipulação da comunicação**. Disponível em : <http://conexaoplaneta.com.br/blog/agro-e-pop-agro-e-tudo-os-donos-do-poder-e-a-manipulacao-da-comunicacao/>, acessado em 17/07/2018.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Vida X soja (agrotóxico)**. Goose Audiovisual, 2013 disponível: <https://youtu.be/V3DEFhjQ92I>. Acessado em 18/11/2017.

CRUZ, Valter do Carmo. **Povos e comunidades tradicionais**. In PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. 13ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada**. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

EUNICE. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa, Campos Lindos: 03 de dezembro de 2017.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia, peões, posseiros contra grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acessado em: março de 2018.

ENOQUE, Alexandro Gomes; BORGES, Alex Fernando; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Penduradas no tempo, representações sociais do trabalho feminino na atividade de corte de cana-de-açúcar**. In NAVES, Flávia. **Trabalho e trabalhadores nas sociedades contemporâneas, outras lentes sobre invisibilidades construídas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional. **Cartografia social e urbana, impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FASE, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras_publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf acessado em 25/01/2017.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas/MA**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FOLCH, Ramon; BRU, Josepa. **Ambiente, território y paisaje, valores y valoraciones**. Barcelona/Madrid: Aguae Fundación e Editora Barcino, 2017.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro Editora Contraponto, 2009.

FRANCISCA. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa: 03 de dezembro de 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3ª edição. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.

IBGE - Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acessado em: 20 março 2018.

_____. **Produção agrícola municipal**. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acessado em: 20 março de 2018.

_____. **Resultados preliminares mostram que** <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total.html>.

JR. José Arbex, Terra sem povo, crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In. TORRES, Marcelo. *Amazônia Revelada, os descaminhos ao longo da BR 153*. Brasília: CNPQ, 2015.

JOANA. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa: 30 de junho de 2018.

KAGEYAMA, Ângela. org. **O novo padrão agrícola do Rio Grande do Sul**. Ipêia, 1996.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros – Conflitos de terra no Araguaia Tocantins**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

LEÃO, Natália; CÂNDIDO, Márcia Rangel; CAMPOS, Luís Augusto; JÚNIOR, João Feres. **Relatório das desigualdades de raças, gênero e classe**. UFRJ/IESP: GEMAA, n.1, 2017.

LEILA. Roda de conversa com mulheres da Raposa/Ribeirão D'anta. Comunidade Raposa: dia 03 de fevereiro de 2018.

LIMA, Débora Assumpção e. **Fronteira moderna de grãos e as transformações do espaço agrário do Tocantins**. Palmas/TO: UDUFT, 2017.

LINDA. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa: 03 de dezembro de 2017.

LITTLE, Paul E. **Território sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

LOUREIRO, Violeta Rufkalefasky. **Amazônia, uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir.** Estudos avançados, 16 (45), 2002. P. 107 -121. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4922>. Acessado em: 25 de junho de 2018.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos, trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abromo, 1996.

LUZIMAR. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa: 30 de junho de 2018.

MARTINS, José de Souza. **A fronteira, a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5ª edição. Petrópolis: Editoras Vozes, 1995.

MARIA. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos. Comunidade Raposa, Campos Lindos/TO, 03 de dezembro de 2017.

MANDARDO, Marcos Leandro. **O corpo enquanto primeiro território de dominação, o biopoder e a sociedade do controle.** Universidade Federal da Grande Dourado, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>, acessado em: 25 de janeiro 2018.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente.** Natal/RN: Argos, 2001.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade.** 21ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório nacional de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos, agrotóxicos na ótica do sistema único de saúde.** Vol. 1 tomo 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais, investigações em psicologia social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOURA, Adriana Ferro; LIIMA, Maria Glória. **A reinvenção da roda de conversa, um instrumento metodológico possível.** Revista Temas em Educação. João Pessoa: v.23, nº1, p. 98 -106, jan – jun, 2014.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Quebradeiras de coco, “babaçu livre” e reservas extrativistas.** In. LIMA, Rosirene Martins; NETO, Joaquim Shiraishi; FILHO, Benedito de Souza. (Orgs). **Dinâmicas territoriais e conflitos socioambientais.** São Luís: Editora UEMA, 2017.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho, avanços e desafios.** Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Dannel Madson Vieira. **Territórios da fronteira, fronteira dos territórios, o novo sertão de Balsas, Sul do Maranhão.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, outubro 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1420_1.pdf. Acessado em: julho de 2017.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e memória de mulheres desterritorializadas.** Uberlândia ArtCultura, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007. p. 99-111. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Temis%20Gomes.pdf>. Acessado em: 08 de outubro de 2017.

PACHECO, Juliana. (Org). **Mulher e filosofia, as relações de gênero no pensamento filosófico.** Porto Alegre: Editora Fi, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/293707108>. Acessado em: 20 de julho de 2018.
PACS – Instituto Política Alternativa para o Cone Sul. **Mulheres e conflitos ambientais, nem nossos corpos, nem nossos territórios. Da invisibilidade à resistência.** Rio de Janeiro: PACS, 2017.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1º edição, 2006.

PIRES; Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora, sua origem e utilização no Brasil.** REN 40 anos, v. 40, nº 3: junho a setembro de 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In. LANDER, Edgardo. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acessado em: março de 2018.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DEIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terra na região do Matopiba.** Editora Outras Expressões, 2018. Disponível em: www.social.org.br. Acessado em: maio de 2018.

REVISTA ÉPOCA. **Negócios entre amigos.** Revista Época, ed. 147, 12 mar, p.70, 2001.

RIBEIRO, Fabrizio de Almeida. **A invenção do Tocantins, memória, história e representação.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2001.

ROSA. Entrevista Oral concedida a Valéria Pereira Santos Comunidade Raposa, Campos Lindos, 03 de dezembro de 2017.

ROSENDO, Daniela. **Filosofia ecofeminista, repensando o feminismo a partir da lógica a dominação**. Revista Diversitas, v.4, p. 99-123, 2016. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/4_ROSENDO,D.%20Filosofia%20ecofeminista.pdf. Acessado em: 02 de janeiro de 2018.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Florianópolis: Estudos feministas, maio e agosto, 2007.

SALVATICI, Silvia. **Memória de gênero, reflexões sobre a história oral de mulheres**. Revista História Oral, v. 8, nº. 1, 2005. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>. Acessado em 15 de dezembro de 2018.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller e Círculo do Livro, 1999.

SANTOS, Márcio Martins; SOUZA. **Relatório antropológico: Situação das comunidades de camponeses da Serra do Centro (Campos Lindos-TO)**. MPF, Procuradoria da República do Tocantins, Palmas, 2014.

SANTOS, Mauren; GLAS, Verena. (Orgs). **Altas do agronegócio, fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p.; il.; 29,7cm

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios, Campos Lindos**. Palmas: Seplan/TO, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **La guerras contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf, acessado em 27 de fevereiro de 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos ces [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado em 01 janeiro 2018. URL : <https://journals.openedition.org/eces/signal er1533>.

SERGE, Margarida. **El revés de la nación, terrtórios selvajes, fronteiras y tierras de nadie**. Bogotá: Universidade de los Andes, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, CESO. Editora Uniandes, 2011.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

SILVA, Elias Manoel da. **A história oral e os caminhos trilhados**. In. FILHO, Batista; OLIVEIRA, Rejane Araújo de; SARAYVA, Regina Coelly Fernandes; GOMES, Leonio

Matos; OLIVEIRA, Luiza Paula Araújo de. *Memórias e gerações*. Planaltina, DF: Fundo Nacional de Cultura, 2013.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento e Comunidade e Participação**. 7ª edição, São Paulo: Ática, 2000.

SOUZA, Adelma Ferreira; SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da; BERGAASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa Bergamasco. **Reorganização do capital, agronegócio e expropriação camponesa**. Artigo apresentado no III Congresso Internacional de Problemas Latino-americanos, Universidade Nacional de Cuyo-UNCUYO, Mendoza, Argentina 30/11/2012. PDF.

SOF – Sempreviva Organização Feminista. **Trabalho, corpo e vida das mulheres, uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios**. São Paulo: SOF, dezembro 2014. Disponível em:

https://br.boell.org/sites/default/files/sof_trabalho_corpo_e_vida_das_mulheres_bollbrasil.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, p. 71 - 99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acessado em: 20 de junho de 2018.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **La guerras del agua, privatizacion, contaminacion y lucro**. Siglo Veintiuno Editores, 2006.

_____. **Monoculturas da mente, perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nú! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: Fase, novembro de 2006. 148p.

STEDILE, João Pedro. (ORG). **A questão agrária no Brasil, o debate tradicional, 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

SVAMPA, Maristella. **Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais, um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas**. In. DILGER, Gerard; LANG, Miriam; FLHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário, debate pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar, Realidade e perspectivas**. 2º edição, Passo Fundo. EDIUPF, 1993.

TEIXEIRA, Gerson. **Sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil**. In. ABRA - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Agronegócio e realidade agrária do Brasil**. Edição especial, julho 2013.

TOCATINS. Procuradoria Geral do Estado e do Patrimônio Imobiliário. **Peça jurídica direcionada a Comarca de Goiatins para fins de desapropriação por Utilidade Pública de Imóveis Rurais**. Palmas, 06 de fevereiro de 1998.

TORRES, Irene Vélez; GAONA, Sandra Rátiva; CORREDOR, Daniel Varela. **Cartografia social como metodologia participativa e colaborativa de pesquisa no território afrodescendente da bacia alta do rio Cauca**. Bogotá/Colômbia: cadernos de geografia/ revista colombiana de geografia, vol. 21, nº 2, pp. 59-73, julho de 2012.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária, estudos do processo de penetração numa área da transamazônica**. Manaus: 3ª edição, UEA Edições, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes história do campesinato brasileiro**. XX encontro anual dos anpacs gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, 1996.

_____. **O Campesinato Brasileiro, uma história de resistência**. Piracicaba-SP, RESR Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

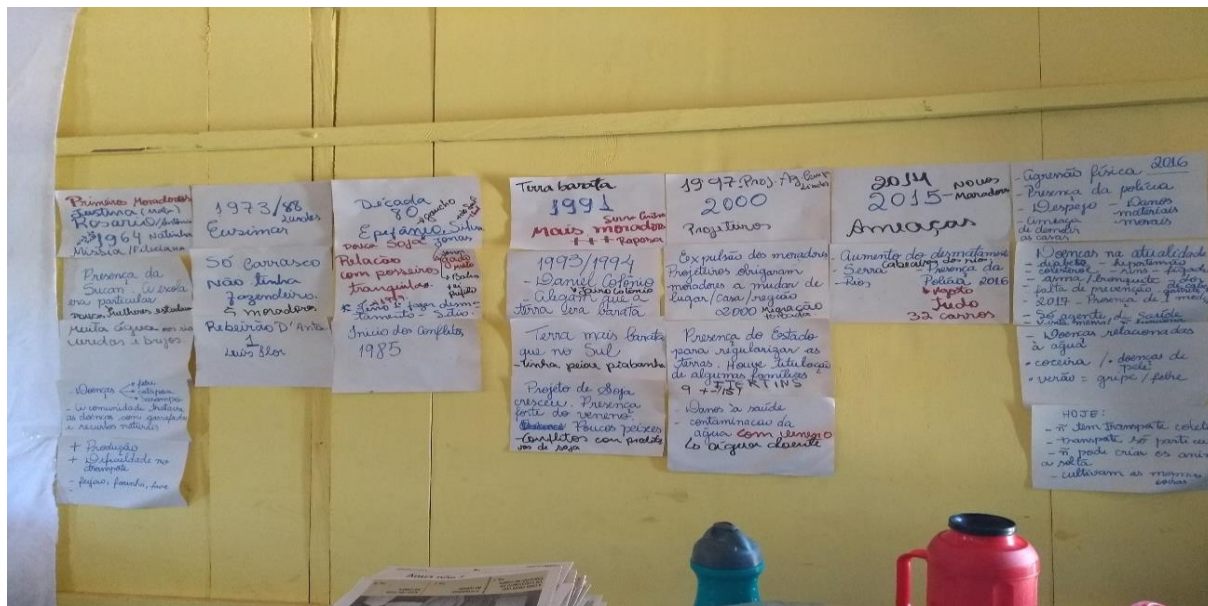
WELCH, Clifford Andrew. **Conflitos no campo**. In PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: alógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997.

ZAMBERLAM E FRONCHETI, Jurandir e Alceu. **Agricultura ecológica – preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis. Editora Vozes, 2001.

ANEXOS

Anexo 1- Linha do tempo da comunidade Raposa/Ribeirão D'anta



Fonte: autora (Oficina Mapeamento Social, 30/06/2018).

Anexo 2 – Mapa da comunidade Raposa /Ribeirão D'anta (página 130, formato A3).

Fonte: autora (Oficina Mapeamento Social, 30/06/2018).